

Claudia Musa Fay | Helen Rotta (Orgs.)

TECENDO NARRATIVAS

Metodologias em estudos
de gênero e migrações



Com o objetivo de romper, por um lado, com a homogeneidade de narrativas, e por outro, de metodologias, o presente trabalho busca propor reflexões acerca de diferentes abordagens, tanto de mulheres distintas como do uso de metodologias variadas, transitando entre a fotografia, arquivos, jornais e revistas e reconstrução normativa. Longe de ter a pretensão de encerrar a discussão, o propósito é justamente o contrário, de alargar as perspectivas, ampliando não somente o repertório metodológico que pode ser utilizado em estudos de migração e gênero, como também trazendo estudos de casos e comunidades que possam oferecer exemplos de como utilizar determinadas metodologias de forma coerente e, ao mesmo tempo, possibilitando um olhar mais atento e cuidadoso para as narrativas que surgirão dentro desses objetos de estudo. Reunindo cinco artigos, este livro conta com o trabalho de cinco pesquisadoras, além das duas organizadoras. São trabalhos de pesquisas que se desenvolvem no centro de debates mais atuais da academia, utilizando-se de teorias da subalternidade, decoloniais, teoria crítica, metodologia e usos de imagens e de oralidade. Neste livro, o leitor e a leitora encontrarão, além de possibilidades de fontes e pesquisas com encaminhamentos sólidos, referências teóricas atualizadas para refletir sobre os processos de migração, tanto no aspecto mais histórico, em tempos mais distantes, quanto nos fenômenos das migrações presentes. Essa característica é, aliás, um dos grandes presentes dentro dos estudos migratórios, a confluência de tempos, a possibilidade do levantamento de questões múltiplas acerca de um mesmo fenômeno, mas que se desenvolve de formas distintas em tempos e espaços diferentes. E que, além disso, se mostra aberto a novas contingências constantemente, pois as dinâmicas dos grupos se alteram o tempo todo, remodulando antigas formas de análise e propondo que novas estratégias de reflexão sejam escolhidas cuidadosamente para possibilitar que essas narrativas sejam contadas com a maior cientificidade e o maior cuidado afetivo possível.



Tecendo Narrativas



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Tecendo Narrativas

Metodologias em Estudos de Gênero e Migrações

Organizadora
Claudia Musa Fay
Helen Rotta



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Bruna Dali

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FAY, Claudia Musa; ROTTA, Helen (Orgs.)

Tecendo Narrativas: Metodologias em Estudos de Gênero e Migrações [recurso eletrônico] / Claudia Musa Fay; Helen Rotta (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

162 p.

ISBN - 978-65-5917-228-3

DOI - 10.22350/9786559172283

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Narrativas; 2. Gênero; 3. Migrações; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Para Núncia Santoro Constantino, que nos deixou em 2014, mas continua entre nós na memória e no coração. Este livro é a continuidade dos seus estudos sobre “Mulheres Imigrantes em Porto Alegre”, iniciado em 2010. Seu projeto de pesquisa valorizou os imigrantes urbanos, não só em Porto Alegre como também os que se fixaram em cidades pequenas e de fronteira, graças à formação de redes. Despertada para uma história de gênero, propôs a realização de entrevistas com mulheres imigrantes, tema que trazemos neste livro com a colaboração do grupo de pesquisa em História Oral da PUCRS.

Sumário

Apresentação	11
<hr/>	
Tecendo narrativas: Metodologias em Estudos de Gênero e Migrações Claudia Musa Fay Helen Rotta	
1	22
<hr/>	
Arquivos, gênero e silenciamentos: uma análise das permanências árabe-palestinas no Rio Grande do Sul em arquivos institucionais na segunda metade do século XX Caroline Atencio Medeiros Nunes	
2	49
<hr/>	
À procura da imagem: pluralidades do olhar de Stefania Bril para os frequentadores das urbes de Campos do Jordão e São Paulo Maria Clara Lysakowski Hallal	
3	74
<hr/>	
Migrações e gênero: Teoria Crítica e Reconstrução Normativa como Método de análise Lara A. Sosa Márquez	
4	111
<hr/>	
O estereótipo dos imigrantes na revista “Jornal das Moças”: A Piada como um Meio Educador (1949-1950) Augusta Schutz	
5	136
<hr/>	
Migrações Contemporâneas: o deslocamento de Mulheres Venezuelanas Claudia Musa Fay Giselle Perna	
Biografias	158
<hr/>	

Apresentação

Tecendo narrativas: Metodologias em Estudos de Gênero e Migrações

*Claudia Musa Fay
Helen Rotta*

A mobilidade humana é uma característica do momento em que vivemos. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o número de migrantes tem crescido, provocando uma crise política e humanitária agravada nos últimos anos pela pandemia que enfrentamos. Recentemente, em maio de 2021, assistimos cenas na fronteira do México com os Estados Unidos em que muitas crianças separadas dos pais tentavam chegar a pé aos Estados Unidos¹.

Dentro da pesquisa acadêmica, quando o assunto abordado são os referenciais metodológicos a respeito de processos de migração, o tema ganha algum caráter de inquietação. Os motivos são os mais diversos e podem variar entre pouca preocupação teórica, que pode ser encontrada nas abordagens mais tradicionais, e traduções e explicações fantasiosas que se organizam a partir de tentativas disruptivas, mas que encontram seus limites em graves problemáticas de caráter metodológico. De qualquer forma, parece haver a necessidade de reavaliação ou, pelo menos, de novos enfoques e abordagens para a questão. A situação se torna ainda mais preocupante quando o recorte dessas abordagens se localiza nos estudos de gênero.

¹ Recentemente o Programa Fantástico mostrou, em 23 de maio de 2021, flagrantes da onda recorde de imigração ilegal na fronteira do México com Estados Unidos, uma crise humanitária em que muitas crianças e adolescentes viajam sem os pais para tentar entrar no território americano. Disponível em : <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/05/23/fantastico-mostra-flagrantes-da-onda-recorde-de-imigracao-ilegal-na-fronteira-do-mexico-com-os-eua.ghtml>.

Quando se fala aqui em novos enfoques e abordagens, é preciso ressaltar que existem diversos trabalhos que merecem atenção, principalmente pela sua preocupação não somente com a fonte mas, sobretudo, com a forma como essa fonte conta uma história por si mesma, sem necessariamente o historiador ou historiadora em questão precisar de uma grande esforço tradutório. Em outras palavras, a fonte conta a sua história e é passível, é claro, de interpretações, mas estas interpretações também devem ser avaliadas na sua pertinência, uma vez que podem ser muito tendenciosas e criar uma narrativa inexistente, tanto em termos de hipervalorização de determinados grupos como também no empobrecimento e apagamento de opressões e histórias mais precarizadas. Em tempos de negacionismo histórico, é preciso refletir sobre a maneira com que as interpretações dos fatos são elaboradas de maneira mais ou menos profunda e, na mesma proporção, a ética discursiva que se emprega na edificação de um problema histórico. E é preciso lembrar também que, como apontava Hannah Arendt², a manipulação discursiva e a imposição de determinadas estruturas de pensamento estão presentes, tanto nas abordagens de direita como nas de esquerda também.

Entre abordagens pouco ou nada comprometidas, leituras ortodoxas de fontes e traduções narrativas, é importante refletir sobre esses aspectos quando se fala de trânsitos migratórios, porque a história que será tratada é de uma pessoa em transições e construções. Arendt atribuía o lugar de um migrante a um “não lugar”. Então, em que medida a história de uma pessoa deslocada, sem um lugar fixo ou transitante, pode ser contada? De que maneira essa história pode ser interpretada, entendida ou mesmo “montada” aos olhos de quem lê? Se a interpretação é feita na tentativa de

² ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Dumaré, 1995.

qualquer enquadramento previamente estabelecido, a situação se torna bastante nebulosa e provavelmente a narrativa será aquela que Stuart Hall tanto criticaria: a modulação através de uma pretensa “tradução” de uma história que é real, a história pintada com um verniz que mostra aquilo que pesquisadores querem mostrar. No entanto, se a aproximação tem por base uma leitura teórica do problema, buscando uma metodologia que permita a criação de espaços de vida e dinâmica para a narrativa que pode surgir – inclusive contrapondo hipóteses anteriormente levantadas –, as chances dessa história ser realmente colocada à disposição para leitores e leitoras é muito maior.

Como apontava Gayatri Spivak³, o agenciamento social, ou seja, a possibilidade de agência, de ação e fala na sociedade deve ser estruturada de maneira que esse sujeito, grupos ou comunidades possam expressar as suas vivências e experiências. Essa expressão não deve ser intermediada por um intelectual, organização ou instituição que é visto como apto a falar sobre aquela comunidade, mas sim, que ela ocorra fluidamente e seja possível por uma estrutura social aberta e ampla que viabilize as diferentes agências sociais. A crítica que Spivak apresenta, utilizando em seu livro o exemplo das mulheres indianas, pode ser entendida como um apontamento agudo e preciso em relação ao trabalho de intelectuais, sobretudo do Ocidente, que adquirem como prática uma espécie de codificação de opressões, estabelecendo o que é opressão, quem são oprimidos, porque são oprimidos e, principalmente, o que vale a pena ser contado dessa minoria, deste grupo ou desta comunidade específica. Assim, muitos aspectos das histórias das minorias ficam no caminho dessa triagem, deixando de lado, muitas vezes, sentidos, emoções, visualidades

³ SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

e expressões que compõem de maneira fundamental a trajetória desses sujeitos.

Assim como Spivak, Maria Lugones também aponta a importância das sujeitificações ativas, ou, em outras palavras, a ação dos sujeitos na sociedade. O conceito da filósofa argentina é fulcral para a percepção política de quem tem a autorização de fala, ou seja: quem tem propriedade para falar e quem tem propriedade para contar histórias? Para Lugones, as narrativas são edificadas de maneira política e cumprindo interesses de uma sociedade moderna marcada pelo componente da colonialidade, que vai muito além de uma relação entre colonizador-colonizado e se localiza mais especificamente no centro de relações de poder, micro e macro. Essas relações estão dispostas, como em uma moldura, naquilo que Peter Gay⁴ aponta como um mosaico de distinções sociais estruturado, especialmente, por diferenciações de poder. Dentro dessa estrutura, é inevitável: uns falam e outros traduzem. Nesse sentido, a viabilidade de ter autonomia, de construir direitos e possibilidades de reconhecimento social⁵ e, desta forma, erguer-se como uma agente social com oportunidade de ação e fala – o que configura, para Hannah Arendt, a edificação de si e da ação política – torna-se cada vez mais suprimida por essa estrutura já construída de poderes e consentimentos.

E é por esse motivo que Spivak, ao final de seu livro, declara que o subalterno e a subalterna não podem falar, porque seu direito de fala está submetido a autorizações e permissões diversas que são tecidas cuidadosa e rigorosamente dentro dessa estrutura de poder.

A narrativa das mulheres em trânsito migratório está submetida, nesse sentido, a uma forte condição de aprovação de fala. A sua autenticidade, ou o nível de validação da sua história, esteve e ainda está

⁴ GAY, Paul du; EVANS, Jessica; REDMAN, Peter. **Identity**: a reader. London: Sage Publications, 2000.

⁵ HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. São Paulo: Editora 34, 2009.

constantemente submetido aos interesses carregados dentro da sua própria trajetória. Quem migra é uma mulher ocidental? Branca? De qual comunidade étnica ou religiosa ela vem? Qual a sua intencionalidade ao chegar no Brasil? É do Leste Europeu? Do Oriente Médio? É judia, muçulmana, católica, atea...? Tudo é relativo a partir do momento em que o trânsito migratório se abre como uma fenda, pois é uma infinidade de possibilidades que se gestam dentro desse processo aberto, inconcluso e constante. Essas possibilidades difusas e variadas não agradam as tentativas de enquadramento teórico e metodológico, que tem como característica a rigidez, a homogeneidade. O “não lugar” de Arendt se coloca como o duvidoso, desconfiado e, aliado ao marcador de gênero, se intensifica ainda mais.

Com o objetivo de romper, por um lado, com a homogeneidade de narrativas, e por outro, de metodologias, o presente trabalho busca propor reflexões acerca de diferentes abordagens, tanto de mulheres distintas como do uso de metodologias variadas, transitando entre a fotografia, arquivos, jornais e revistas e reconstrução normativa. Longe de ter a pretensão de encerrar a discussão, o propósito é justamente o contrário, de alargar as perspectivas, ampliando não somente o repertório metodológico que pode ser utilizado em estudos de migração e gênero, como também trazendo estudos de casos e comunidades que possam oferecer exemplos de como utilizar determinadas metodologias de forma coerente e, ao mesmo tempo, possibilitando um olhar mais atento e cuidadoso para as narrativas que surgirão dentro desses objetos de estudo. Reunindo cinco artigos, este livro conta com o trabalho de cinco pesquisadoras, além das duas organizadoras. São trabalhos de pesquisas que se desenvolvem no centro de debates mais atuais da academia, utilizando-se de teorias da subalternidade, decoloniais, teoria crítica, metodologia e usos de imagens e de oralidade.

No primeiro artigo do livro, intitulado “Arquivos, gênero e silenciamentos: uma análise das permanências árabe-palestinas no Rio Grande do Sul em arquivos institucionais na segunda metade do século XX”, a pesquisadora Caroline Atencio Medeiros Nunes desenvolve um cuidadoso trabalho de investigação acerca da presença palestina no Brasil, a partir do Rio Grande do Sul. Sua análise se desenvolve atravessada por duas estruturas de estigma: por um lado, aponta que há uma constante tentativa em reforçar, no meio acadêmico, que não existe documentação para a investigação de grupos árabe-palestinos e que, neste sentido, a pesquisa estaria sempre submetida à pouca qualidade teórico-metodológica, uma vez que as fontes seriam restritas; e por outro lado, a consequência desta postura pouco investigativa em relação à comunidade árabe-palestina tem como desdobramento o componente do silenciamento, devido à falta de trabalhos comprometidos em mapear as fontes, falar sobre este grupo e, por conseguinte, desnudar as possibilidades de narrativas que já existem. Com este capítulo, é possível tomar conhecimento não apenas de um conjunto de fontes disponíveis acerca da comunidade árabe-palestina especificamente, mas, sobretudo, entrar em contato com esta vasta possibilidade de pesquisas dentro do campo teórico da história das migrações de grupos árabes e da região do Oriente Médio para o Brasil. Além disso, trata-se de um capítulo riquíssimo na elaboração teórica de um dos temas mais áridos dentro do feminismo, que é o do feminismo árabe e do feminismo islâmico. Amplia-se, nesse sentido, o debate acerca da presença das subalternidades e dos processos de decolonialidade, com destaque para estudos metodologicamente amparados em comunidade do Sul global, que se tornaram famosas no meio acadêmico, mas que ainda apresentam um déficit metodológico de análise.

No segundo capítulo, intitulado “À procura da imagem: pluralidades do olhar de Stefania Bril para os frequentadores das urbes de Campos do Jordão e São Paulo”, a historiadora Maria Clara Hallal explora a potencialidade dos olhares de mulheres imigrantes. Amparada no estudo de caso da fotógrafa e migrante judaica Stefania Bril, Maria Clara investiga a mudança de vida e de visão de mundo pela qual uma mulher está submetida quando decide viajar pelo processo do trânsito migratório. Stefania Bril era química e, na década de 1960, após sua chegada no Brasil, inicia uma nova etapa de suas experiências: estudos sobre a fotografia. Muito mais do que uma análise de trajetória ou biográfica, a proposta de análise deste trabalho se centra na possibilidade do olhar migrante. Na potência da construção dessa visão de mundo e as formas que ela adquire ao tentar ser mostrada para o mundo, ao tentar encontrar o seu lugar de adequação dentro dessa nova sociedade, estranha, mas, ao mesmo tempo, agora parte do lar dessa mulher. Os retratos de Bril mostravam a visualidade de São Paulo aos seus olhos, de forma cotidiana, porém crítica, edificando aquilo que ela mesma entendia como significante na dinâmica da cidade e no desenvolvimento dos aspectos sociais. Uma das marcas de suas fotografias são os olhares plurais construídos acerca daqueles que ela identificava como atores e atrizes do cenário urbano, o que demonstra a potencialidade do olhar migrante para perceber a diferença dentro da normalidade, do corriqueiro. A construção da visualidade trazida por Maria Clara Hallal, através dos olhares de Stefania Bril, possibilita, por um lado, a utilização de metodologias e usos de imagens, e por outro, a reflexão, dentro de referências teórico-metodológicas consistentes sobre o tema, da narrativa que a mulher migrante constrói, uma vez que a fotografia é a denúncia do olhar naquele instante.

O terceiro capítulo oferece ao leitor e leitora uma abordagem teórico-metodológica de grande relevância nas discussões atuais sobre migrações

contemporâneas, trazendo a importância da teoria crítica para o centro dos debates nos estudos de trânsitos humanos. A socióloga Lara Sosa Márquez demonstra, através de perspectivas cruzadas entre tempo e contexto, que a migração de mulheres não é um fenômeno propriamente atual e que, dada a sua invisibilidade histórica, é necessário retomar os sentidos, características e elaborações mais amplas desse processo crescente. Utilizando-se do termo generificação da migração, Lara propõe uma ruptura de categorias e estabelece uma discussão mais ampla dos sentidos das migrações dentro do componente de gênero. A partir dessa premissa, emprega o uso da reconstrução normativa como estratégia metodológica, buscando o aprofundamento das características das mulheres migrantes, bem como dos processos que marcam e condicionam a migração gendrificada. A observação da migração como desenvolvimento, ou seja, como acontecimento contínuo, é proposta como uma reflexão sobre a partida, o trânsito e a chegada, analisando e tensionando aquilo que na teoria crítica é nomeado como “mundo da vida” ou seja, a superfície de contato e de realidade em que essas mulheres migrantes estão submetidas, uma vez que chegam ao lugar de destino. O desenvolvimento dessas vidas será observado em suas particularidades e potencialidades, com vistas em processos de práticas cotidianas e reais para analisar o macroprocesso do trânsito de mulheres.

No quarto capítulo, encontramos uma análise através dos periódicos do período, especialmente o *Jornal das Moças*, da mulher imigrante como motivo de humor. A mestrandia Augusta Schutz explora, especificamente, a sessão *Traças e Traços* para demonstrar de que maneira o imigrante era retratado em piadas e através do humor, como uma forma de divertimento para a elite das moças no Brasil, na década de 1950. Pelo seu caráter cotidiano e corriqueiro, os periódicos se apresentam como um elemento extremamente profícuo para a análise do contexto político de uma época.

Sua característica cultural e simplória pode revelar recursos e dinâmicas de um contexto mais amplo no campo político, do qual muitas vezes documentos oficiais e outras fontes mais tradicionais não mostram. Com isso, através desta perspectiva, o artigo “O estereótipo dos imigrantes na Revista *Jornal das Moças*: a piada como um meio educador” procura inferir sobre a maneira como o *Jornal das Moças* interferiu na visão das mulheres sobre as próprias imigrantes mulheres, uma vez que um dos principais objetivos deste periódico era o de educar as moças da época para os bons costumes, regras sociais e de conduta e, sobretudo, moralidades edificadas e aceitas para a época. Nessa perspectiva, além do marcador de opressão de gênero, é possível identificar, no mesmo sentido, o reforço do estigma social construído na visualidade do imigrante e que nesta parte do jornal é oferecido para as leitoras através do humor. Augusta nos convida a refletir sobre como o humor pode ser educador e mantenedor de preconceitos circulantes na sociedade, através da sutileza das *charges* e piadas entregues às leitoras do *Jornal das Moças* na década de 1950.

Finalizando este livro, o capítulo de Giselle Hirtz Perna e Claudia Musa Fay, intitulado “Migrações contemporâneas: o deslocamento de mulheres venezuelanas”, oferece parte dos resultados preliminares de um projeto de pesquisa mais amplo e profundo, contando com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um estudo do aumento das migrações contemporâneas, tendo como foco as mulheres venezuelanas na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O objetivo deste capítulo, especialmente, é compreender de que maneira se constituem as mulheres venezuelanas, tanto no aspecto do trânsito como na sua chegada, uma vez que o caráter migratório destas acompanha o marcador da miséria e da fome como principal fator de movimentação. O mergulho das duas pesquisadoras se concentra fortemente nos estudos decoloniais, abordando autoras-

referência como Maria Lugones e Gloria Anzadúa. Uma referência interessante para compor esse livro, o artigo trabalha com o processo de edificação dessas mulheres como sujeitos no Brasil, atravessadas pelos processos de racialização e gentrificação, uma vez que, no Brasil, são vistas como corpos deslocados, corpos indígenas e de cor. A observação desses processos, somados ao componente do deslocamento que essas mulheres sofrem, caracteriza um agravamento de suas vulnerabilidades, uma vez que o seu reconhecimento social é interpelado por múltiplos aspectos somados ao marcador de gênero.

Assim, buscou-se uma diversidade de abordagens para compor o mosaico múltiplo e diverso de possibilidades que existem dentro dos estudos acerca das migrações. Não raro, esses estudos concentram-se muito, especialmente no Brasil, em comunidades mais consolidadas tradicionalmente, como as pesquisas sobre os alemães e os italianos. No entanto, mesmo dentro desses estudos, ainda é possível identificar uma certa carência de bibliografias e trabalhos que aprofundem os marcadores e diferenciações de gênero dentro dessas comunidades.

Neste livro, o leitor e a leitora encontrarão, além de possibilidades de fontes e pesquisas com encaminhamentos sólidos, referências teóricas atualizadas para refletir sobre os processos de migração, tanto no aspecto mais histórico, em tempos mais distantes, quanto nos fenômenos das migrações presentes. Essa característica é, aliás, um dos grandes presentes dentro dos estudos migratórios, a confluência de tempos, a possibilidade do levantamento de questões múltiplas acerca de um mesmo fenômeno, mas que se desenvolve de formas distintas em tempos e espaços diferentes. E que, além disso, se mostra aberto a novas contingências constantemente, pois as dinâmicas dos grupos se alteram o tempo todo, remodulando antigas formas de análise e propondo que novas estratégias de reflexão sejam escolhidas cuidadosamente para possibilitar que essas

narrativas sejam contadas com a maior cientificidade e o maior cuidado afetivo possível.

Ao finalizar, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao CNPq pelo apoio e financiamento das bolsas dos pesquisadores, permitindo que nossas pesquisas sobre o tema das migrações contemporâneas tenham continuidade.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Dumaré, 1995.

GAY, Paul du; EVANS, Jessica; REDMAN, Peter. **Identity: a reader**. London: Sage Publications, 2000.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 24, p. 68-75, 1996.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2009.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Arquivos, gênero e silenciamentos: uma análise das permanências árabe-palestinas no Rio Grande do Sul em arquivos institucionais na segunda metade do século XX

*Caroline Atencio Medeiros Nunes*¹

Buscamos no presente capítulo, através da ótica de análise do estudo de caso acerca da migração palestina para o Rio Grande do Sul, especificamente para a cidade de Pelotas, levantar questões sobre a presença destes migrantes nas bases de consulta do arquivo nacional, a partir da documentação referente a relatórios de atividades árabes no Brasil emitidos pelo Serviço Nacional de Informações agência central, documentos que descrevem atividades organizativas e políticas de migrantes árabes no Estado do Rio Grande do Sul, contendo telegramas, recortes de jornal, relatórios gerais de informações e fichas consulares, originadas da divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras (DPMAF). Procuramos, portanto, realizar uma análise metodológica através da leitura e levantamento de algumas destas fontes, percorrendo os indícios, vestígios e silêncios da documentação, dada a complexidade dos mapeamentos de entrada e permanência da dinâmica palestina nestes documentos, visto que a maioria destes migrantes entrara no país com passaporte jordaniano. Deste modo, vislumbrar a análise de relações de gênero e a dinâmica da mulher palestina nestes processos se tornaria praticamente inviável sem uma leitura mais apurada nas entrelinhas da análise documental. A partir destas questões, pretendemos modificar

¹ Doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

traços da narrativa da mobilidade árabe-palestina no Rio Grande do Sul, indo de encontro com narrativas acadêmicas que reforçam a ideia de ausência documental deste grupo diaspórico, na busca por tratar este aspecto enquanto um “silêncio documental”, analisando essa “não presença”, através de um estudo mais exaustivo e complexo da documentação disponível.

A Pesquisa e os Caminhos Migratórios

Escrever sobre metodologia é sempre um desafio, e a pesquisa com imigração na área de história torna este desafio constante e diário na construção dessa narrativa que gosto de chamar de “teoria que une o tempo e o espaço”, afinal as mobilidades se travam no espaço físico do tempo invariável das pesquisas, e no meu caso, a segunda metade do século XX. Quando ingressei meus estudos nesse campo que chamo de área das migrações, me debrucei a conhecer as pesquisas e teorias, caminhos e possibilidades que eu poderia seguir, por mais óbvio que pareça, percebi que pretender se tornar um “historiador da migração” acabara por circular entre as demais áreas das ciências humanas, o direito e até a psicologia, questão essa que me ascendeu principalmente após promover, junto com a colega Helen Rotta, o curso *online* “Imigração, Refúgio e Diáspora na Perspectiva de Gênero”², realizado no mês de setembro de 2020. Na ocasião, surpreendeu-nos o número de inscritas, digo inscritas visto que cerca de 90% do público – de mais de 100 pessoas – fora de mulheres, pesquisadoras, interessadas na área, trabalhadoras do direito, psicologia e escritoras. Enfim, posso evidenciar que o público faz o curso, nossas temáticas de pesquisa abraçaram muitas discussões que eu nunca refletiria sem essas diferentes perspectivas, olhares e análises.

² Mais informações sobre o curso em: <https://www.even3.com.br/irdpg/>

Minha pesquisa com a imigração passou por diversas provações, inicialmente por me encontrar perdida nesta no que era para mim uma nova área, e em uma incessante busca por me completar enquanto pesquisadora, a verdade, afinal, é que nunca somos pesquisadores completos, principalmente ao defrontarmos este caminho tão associado às barreiras do sensível, somos seres em construção, junto com nosso objeto, junto com os “nossos” migrantes. Nasci em Pelotas, RS, e vivi tendo consciência da importância que estes processos migratórios desempenharam na cidade. E enfim, não cabe aqui falar de toda trajetória que tive com o grupo migrante atinente à reflexão em minha tese, mas percorri e percorro um caminho nebuloso, completamente cercado pelo sensível.

São palestinos, e são mulheres palestinas, algumas nasceram no Brasil, mas também são palestinas, destino moral, Lar e pátria. Mas Caroline (e troque meu nome por qualquer pesquisador de imigrações não clássicas e pouco documentadas), você é de descendência árabe? Essa pergunta faria sentido se você perguntasse isso para um estudioso que passou anos debruçado em analisar a imigração portuguesa? A alemã? A italiana? São pontos que sempre passaram pela minha mente ao receber essa constante questão. Compreender meu lugar de pesquisadora é fundamental nesta questão, eu passei por fases da pesquisa que me ajudaram a me reconstruir e a reconstruir esta investigação, enquanto observadora participante, construí meu diário de campo e adentrei no setor religioso da questão islâmica, uma experiência que me salvou de cair em obviedades que a pesquisa, às vezes, acaba por confrontar; quando me coloquei a entrevistar e estar na sensível situação de ouvinte, entrevistadora, compreendendo os desafios e complexidades da História Oral; quando me desafiei teoricamente e pretendi ler, traduzir os clássicos dos estudos de imigração, diáspora e transnacionalismo, refletindo sobre

estes processos no caso palestino, e quando finalmente, fui aos arquivos, onde, eu que sempre critiquei a obsessão do historiador pelo documento, me senti extremamente historiadora e passei pelas maiores provações que um historiador pode passar: o constante silêncio documental.

É quase que uma constante a ideia de aceitar que determinados grupos não deixam documentação, não produzem documento, seja ele institucional, jornalístico e afins. Foi este cenário com o qual me confrontei ao percorrer os caminhos documentais dos processos migratórios palestinos. E bati na tecla de que, sim, vou usar documentos quase como uma ideologia que tinha a defender, e claro, os empecilhos foram vários, eu tinha nomes pontos de partidas de famílias pelotenses que tive contato, mas, por vezes, isso não bastava para encontrar a maioria desta documentação, visto que tudo que encontrei era raso, e visto como “incompleto” para construir uma narrativa. Existe, afinal, documento incompleto, digno de expressão de uma verdade histórica? Ao discutir sobre o lugar central da teoria e metodologia na cultura histórica, Reis (2019, p. 14) percorre este ponto:

[...] as fontes, além de não falarem por si mesmas, chegam ao presente arruinadas, fragmentadas, lacunares, ou excessiva/estranhamente eloquentes. É o historiador quem vai ao arquivo com suas questões e as desenvolve apoiando-se nas fontes. Não há observação da documentação sem problemas e hipóteses. Os documentos só falam para confirmar ou não as hipóteses levantadas pelo sujeito da pesquisa. É a questão histórica que permite reconhecer, separar, triar, avaliar a documentação. O documento não é dado, não vem em busca e não se impõe ao historiador. Este o procura, e claro, o encontra.

Os palestinos entraram no Brasil entre 1948 a 1980 – meu recorte de pesquisa –, em sua maioria, através do visto jordaniano, visto que muitos estavam sob proteção da UNRWA (discutirei sobre isso em breve), então

contabilizar por país de entrada pode ser um empecilho, este que ocasiona diversos equívocos: qualitativos, ao agrupar grupos palestinos nas pesquisas sobre sírios libaneses e não especificar este grupo como culturalmente diferenciado do outro apesar de compartilharem a língua árabe; e quantitativos, ao colocar a presença palestina constantemente nas colunas designadas “outros” em bases de dados sobre migrações e censos estatísticos, trazendo sempre números inexpressivos para este grupo étnico, logo, não haveria necessidade de uma análise mais aprofundada.

Ademais, em função desta generalização ao agrupar árabes de maneira homogênea, caímos em pontos como a boa e velha denominação “turcos”, que se dá em função dos grupos sírio-libaneses, migrantes árabes em números mais expressivos no Rio Grande do Sul. Como Jacomeli, Tedesco e Vanin (2020) expõem, a ideia de “Turco” é muito associada à imagem do mascate e do pequeno comerciante no imaginário brasileiro, e por vezes, também em tom pejorativo “ao ser dirigida a sírios e libaneses em função de uma não identificação com o Império Turco-Otomano, e sim, com seus espaços de origem, fossem os vilarejos ou cidades, ou mesmo os territórios de origem, ainda antes do processo de independência” (JACOMELI; TEDESCO; VANIN, 2020, p. 23).

Todas estas aproximações destes grupos árabes, em função do idioma, cultura, trajetos, e por vezes religiosos, são evidentes, apesar dos palestinos serem em sua maioria muçulmanos, e sírios libaneses, de maioria católicos maronitas. Said (2012), no entanto, realiza uma importante reflexão acerca de seu *status* enquanto árabe, reafirmando a relevância da autodeterminação palestina em fatores identitários.

A condição palestina não é apenas descrita na questão “ser árabe”. Para o autor, cabe enfrentar outros caminhos, “não somos simplesmente árabes. Somos exilados e, no entanto, somos hóspedes tolerados em certos países de nosso exílio [...]” (SAID, 2012, p. 141). O autor salienta que

carregar o peso de ser árabe e, por vezes, islâmico para o mundo ocidental ocasiona uma constante recusa e rejeição em boa parte do século XX para o olhar aos palestinos. Constantemente atrelados em oposição ao sionismo, aos problemas do Oriente Médio, ao terrorismo e intransigência. Desta forma, a autodeterminação palestina constitui parte crucial da identidade deste grupo, Said (2012) relembra que há palestinos libaneses, palestinos norte-americanos, jordanianos, sírios e, no nosso caso de estudo, palestinos brasileiros.

Os caminhos parecem óbvios, trabalhar pelo caminho da memória com as entrevistas de História Oral, e se tiver sorte, documentos pessoais. Documentação oficial para grupos árabes no geral são construídas nas bases das ausências, ou, como prefiro chamar, “não presença”. A mobilidade palestina em larga escala é vista como um processo recente, e ser deixado no escanteio das fontes históricas, enquanto as migrações clássicas gozam de exacerbação documental, é, por vezes, sem sentido. Compreendendo estes pontos, redirecionei alguns tópicos de pesquisa e me coloquei a buscar esta documentação, percorrer caminhos que poderiam me levar a ruas sem saída, mas que deviam ser percorridos. Cabe a este momento discutir o caso de análise das fontes referente a relatórios de atividades árabes no Brasil emitidos pelo Serviço Nacional de Informações agência central, documentos que descrevem atividades organizativas e políticas de migrantes árabes no Estado do Rio Grande do Sul, contendo telegramas, recortes de jornal, relatórios gerais de informações e fichas consulares, originadas da Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras (DPMFAF), documentos produzidos por instituições governamentais, que acrescem na pesquisa um terceiro olhar, oficializado pelo seu contexto de produção.

Em busca de compor esta narrativa, é necessário falarmos em “palestinação”, termo recorrente nesta tese, que ajuda a pensar e refletir

estes múltiplos sujeitos em diferentes contextos e locais de fala. Schiocchet (2015, p. 7) faz uma excelente reflexão acerca deste conceito, ao compreendê-lo enquanto uma tradição plural, um ponto de identificação unificador:

A saber, como uma ampla arena de negociação inerentemente heterodoxa, composta por espaços plurais de pertencimento social e a partir de sua própria interseção a outras arenas, que ao mesmo tempo produz e contesta ortodoxias segundo contextos distintos e interpretações e experiências diversas. Dito de forma mais simples e direta, é precisamente a riqueza de formas pelas quais palestinos vivem, articulam e expressam sua palestinidade, que possibilita a própria identificação de palestinos com algo que entendem, de forma extremamente diversa enquanto uma essência palestina concreta compartilhada por indivíduos hoje dispersos pelo mundo todo.

Esta riqueza na forma palestina de expressões sociais, organizativas e culturais deve ser levada em consideração durante a narrativa de grupos específicos, em nosso caso os palestinos no Sul, especificamente em Pelotas. Além disso, Schiocchet defende a urgência de discutir identificações de amplos referentes simbólicos e largos processos sociais empíricos, no lugar de modelos concretos, normativos e carregados de particularismos. Ao longo das narrativas, devemos nos atentar aos mecanismos pelos quais os palestinos experienciam sua palestinidade, bem como na persistente autodeterminação nacional. A palestinidade é cercada de uma multiplicidade empírica, celebrada por palestinos através das permanências e origens de diferentes vilarejos, dialetos, tradições, religiões, grupos étnicos, classes sociais, posicionamentos políticos, pontos que, por vezes, convergem entre os próprios palestinos, que reivindicam uma “verdadeira palestinidade” (SCHIOCCHET, 2015, p. 9).

Através da compreensão da palestinidade enquanto um ponto de partida do nosso estudo, direcionamo-nos a refletir sobre o lugar da

diáspora palestina nos estudos migratórios, através da questão sobre quem é pertencente à Diáspora Palestina. O conceito Diáspora já passou por diversas provações nos estudos migratórios, por vezes, sendo usado de maneira errônea e mal interpretada. Foi alvo de críticas por parte de Brubaker (2005), que, ao perceber o uso de diáspora de forma indiferenciada nos estudos das ciências sociais, sugere tratá-la enquanto um idioma, postura e reivindicação. seria a máxima de que se a diáspora está em tudo, logo ela não está em nada; se ela define tudo, logo não possui nenhuma definição.

Uma das soluções para este problema da alavanca analítica do conceito “Diáspora” é a proposta por Bauböck e Faist (2010), que sugerem estudar como as diásporas são constituídas e as consequências destas para os agentes e instituições envolvidas, e como as fronteiras deste conceito se modificam com o tempo. Além disso, para os autores, a diáspora está geralmente relacionada a padrões multigeracionais, formações que perpassam várias gerações, ou melhor, uma *longue durée* geracional.

Moghissi (2006) define a diáspora de forma mais próxima do que pretendemos neste momento, ao compreendê-la enquanto uma perda e dispersão, resultante de deslocamentos forçados de povos de países ou regiões, definidos por estes como seus centros culturais e históricos. Dessa forma, compreendemos que a Diáspora é mais que uma movimentação de uma minoria étnica. Como apresentam Hammer e Schulz (2003), ela requer uma existência transnacional e um aspecto temporal, apesar da constante definição dos agentes migrantes enquanto residentes temporários e da constante ideia de retorno. Nesta perspectiva, é essencial categorizarmos a diáspora enquanto uma forma de organização social, construída nas bases de uma comunidade transnacional.

Hammer e Schulz (2003), ao refletirem sobre a diáspora aplicada para o caso palestino, ponderam sobre a noção de pátria, e, neste caso, esta

não deve representar necessariamente uma entidade nacional, mas também ser representada por lugares ou experiências locais, pois para as diásporas, a noção de território pode ser mais metafórica e simbólica, que concreta, a pátria pode ser compreendida enquanto um destino moral. A pluralidade dos direcionamentos palestinos direcionam a palestinidade pertencente à diáspora, os dispersos da terra natal em 1948 e 1967, residentes fora das fronteiras da palestina histórica, os refugiados da Cisjordânia e Gaza, e até mesmo os que residem dentro das fronteiras israelenses, se tornando minoria em um novo estado.

Palestinos Lá e Cá

Em meados de 1947, a Grã-Bretanha, em uma jogada estratégica, informou a sua retirada da palestina à Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945 em substituição à Liga das Nações. No decorrer deste ano, a ONU acabara por instituir o *United Nations Special Committee on Palestine* (UNSCOP), o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina. Estes comitês organizados recomendaram pela partilha territorial em dois estados independentes. Com a Resolução 181 da ONU instituída e aprovada em novembro de 1947, foram declarados os estados independentes judeu, controlando cerca de 56% do território, e árabe, controlando 43%, e o regime administrativo internacional gerido pela ONU para Jerusalém, os restantes 1%, que contaram com os idiomas árabe e hebraico como línguas oficiais.

Neste processo, a Liga árabe, organização regional dos árabes, e o Alto comitê árabe acabaram por boicotar as negociações com a UNSCOP, que ocasionou a partilha do país contra a vontade de seus autóctones. Como frisa Pappé (2016), esta partilha foi logo aceita pela direção sionista, mas repudiada pelo mundo árabe e autoridades palestinas, que tinham por objetivo manter o estado único e prolongar estes períodos de negociações.

De acordo com Pappé (2016, p. 52), a resolução foi um estopim para estas tensões, “levando diretamente o país a descambar para uma das fases mais violentas da sua história”. Seria o que o próprio autor designa o começo da Limpeza étnica da Palestina, a série de ataques de grupos sionistas a bairros e vilarejos palestinos, em represália aos ataques a ônibus e lojas por parte de grupos palestinos, em seguida à aprovação da resolução, e, embora esporádicos, estes ataques ocasionaram uma mobilidade inicial de quase 75 mil pessoas (PAPPÉ, 2016, p. 60).

A ideia de “Limpeza étnica”, a designada metodologia de expulsão de palestinos de seu território, é essencial para a compreensão de diversos pontos abordados nesta tese, visto que esta metodologia de expulsão foi constante durante todo o recorte de análise proposto neste momento (1948-1980), perpassando diversos cenários entre guerras e revoltas no solo palestino/israelense, e logo sendo o cerne da mobilidade da diáspora palestina ao Brasil.

Em meados de maio de 1948, o mandato britânico se findava na Palestina, abrindo espaço para a proclamação da independência de Israel, contando com o reconhecimento do então presidente dos Estados Unidos na época, Henry Truman. O mês de maio contou com diversas agitações no território, como uma forte evacuação de palestinos rumo a outros países do mundo árabe, ataques a comunidades judaicas por parte da liga árabe em forma de represália a ações militares judaicas, a escolha por parte da ONU de um mediador para a questão palestina, e resoluções que demandavam um cessar fogo por parte do Conselho Nacional de Segurança da ONU.

Antes mesmo do fim do mandato britânico, em abril de 1948, Harry Truman anunciara o reconhecimento por parte dos Estados Unidos em relação ao estado de Israel, o que acabara se concretizando, conforme explana Coggiola (2016), na data de 14 de maio de 1948, cerca de 200

peças, envolvendo lideranças sionistas, reuniram-se no Museu de Arte Moderna de Tel Aviv para ouvir o primeiro ministro David Ben-Gurion na leitura da declaração do estabelecimento do Estado de Israel, levantando pontos como a noção do direito natural à terra e a resolução das Nações Unidas. Este cenário acarretou no alargamento da Guerra que percorria o país, contando com a entrada de uma coligação de forças transjordanianas, egípcias e sírias, sob colaboração de contingentes libaneses e iraquianos (COGGIOLA, 2016, p. 255).

Em meio a este turbilhão, o cenário brasileiro que, como nunca em sua história, pôde ser caracterizado como “estável”, buscava desenhar seus canais de apoio. A posição brasileira se esboça bem desde meados de 1947. Conforme discutem Cintra, Kleinas e Vigevani (2001, p. 37), a posição brasileira em relação ao conflito tomou forma concomitantemente à comunidade internacional, quando estas foram chamadas a se posicionar oficialmente a respeito do assunto. Inicialmente, o posicionamento brasileiro se alinhou ao posicionamento de grandes potências como os Estados Unidos, como relembram os autores:

Diretriz histórica homogênea e contínua nem sempre significou atuação autônoma, coerente com as necessidades de longo prazo do Brasil. As razões do posicionamento brasileiro, no final da década de 1940, fortemente condicionado pela posição dos Estados Unidos, secundariamente pela posição da Igreja e pelas relações com seu mais importante vizinho, a Argentina.

Durante a decisão das Nações Unidas para a partilha da Palestina em 1947, os autores relembram que a atuação de Oswaldo Aranha como presidente da assembleia da ONU e lembrada de forma recorrente, e que suas posições colaboraram para aprovar a resolução 181, visto que poderia no momento atender a interesses não apenas para o Brasil, mas para o “Ocidente” como um todo. Esta posição inicial do Brasil possibilita que

situemos a questão primordial dos primeiros deslocamentos palestinos, visto que a ONU admitiu posteriormente que estes deslocamentos em números ultrapassaram 700 mil.

Estes deslocamentos que tiveram seu ápice em 1948 passaram por diversas provações, acadêmicas e midiáticas, tratando estes deslocamentos em massa como parciais e com tendências políticas, no entanto como trata-se de um ponto-chave para o desenvolvimento desta tese, visto que representa o princípio do recorte histórico de análise, é essencial compreender estas importantes questões para (re)construirmos a dinâmica da chegada destes palestinos no Brasil. Inicialmente, os palestinos que permaneceram em zonas de controle israelense, aponta Coggiola (2016), durante os meses de junho a setembro de 1948, tiveram em sua maioria a proibição de toda sua colheita, fazendo com que moradores da Galileia e deserto de Neguev debandassem da região. O autor também discute que, na cidade de Haifa, o exército organizou uma espécie de reagrupamento populacional para os mais de três mil árabes cristãos, e neste reagrupamento, os próprios moradores judeus denunciaram como equivalente à criação de guetos (COGGIOLA, 2016, p. 254).

Com a iminência destas mobilidades de palestinos após 1948, sob designações e conceitos que discutiremos no tópico seguinte, entra em evidência diferentes versões do chamado “Problema dos Refugiados” palestinos, e da *Nakba* (a grande catástrofe) Palestina, Pappé (2016, p. 271) reforça esta ideia ao abordar esta recusa categórica de grupos sionistas em reconhecer assumir responsabilidades da *Nakba*:

A *Nakba* e a questão dos refugiados foram sistematicamente excluídas do programa de paz e para entender isso precisamos caracterizar a profundidade que o nível de negação dos crimes cometidos em 1948 ainda tem hoje em Israel

e associá-lo com a existência, por um lado, de um medo genuinamente percebido e, por outro, de um racismo antiárabe profundamente enraizado.

Percorrendo este mesmo caminho, Abu-Lughd e Sa'di (2007) relembram que a *Nakba* acontecera às sombras do Holocausto, um dos atos mais perturbadores de desumanidade, ato este que colocou em questão a civilização ocidental e a Europa moderna. Visto desta perspectiva, as autoras afirmam que os palestinos poderiam ter sido considerados vítimas residuais e de certa forma insignificantes perto da grandiosidade desta história. O sofrimento palestino, portanto, não foi significativo o suficiente para reflexões do papel “calmante” da partição da palestina na consciência ocidental, como bem lembrado pelas autoras, afinal o próprio primeiro-ministro de Israel Ben-Gurion compreendia a situação e designara a partilha enquanto o gesto de arrependimento do ocidente pelo Holocausto (ABU-LUGHOD, SA'DI, 2007).

As autoras discorrem acerca dos discursos de estudiosos israelenses e sionistas, que representam todo o processo desta chamada limpeza étnica enquanto um ato enganador por parte dos nativos palestinos. Abu-Lughd e Sa'di (2007) referem que, de acordo com estes discursos, nativos palestinos foram designados por suas lideranças a abandonarem seus lares, indo de encontro aos apelos de lideranças judaicas que desejavam suas permanências e coexistência em paz. De acordo com estes discursos, a lógica seria que os grupos palestinos que debandaram pretendiam difamar grupos judeus, e, no cerne das batalhas travadas entre 1947-1948, esta campanha de desinformação passara a circular, juntamente com a ideia da “criação” de um problema de refugiados palestinos, principalmente nos discursos ocidentais.

No entanto, passaram a surgir relatos cada vez mais bem documentados, como sugerem Abu-Lughd e Sa'di (2007), atestando que

as afirmações anteriores não passavam de especulações e, ironicamente, a maior evidência contra esta versão sionista acerca da *Nakba* de 1948, veio dos próprio arquivo do exército israelense e, a partir destas fontes, as narrativas de vítimas, das mobilidades e metodologias de expulsão passaram a ganhar maior credibilidade, visto que foram corroboradas através de relatos dos autores das expulsões, comandantes do exército, oficiais, soldados, que trabalharam ativamente na causa da *Nakba* palestina (ABU-LUGHOD, SA'DI, 2007, p. 299). Esta ideia de “problema dos refugiados palestinos” permaneceu, no entanto, em alguns setores oficiais do Ocidente, presente inclusive em documentações oficiais sobre a presença árabe no Brasil, através das separações denominadas “árabes: assuntos gerais”, documentos que estarão presentes na presente tese. Complementando a ideia da importância de refletir a *Nakba* e seus precedentes, as autoras afirmam que este período de 1948 pode ser considerado como o princípio da história palestina contemporânea, um período de repressões e mudanças, mas também de permanências e recusas em desaparecer:

É o ponto focal do que pode ser chamado de ‘momento palestino’. *Nakba* é a referência para outros eventos, passados e futuros. A Declaração Balfour de 1917 ganha importância ao ser seguida pela *Nakba*. Eventos marcantes na história palestina, como Setembro Negro (Jordânia, 1970), o massacre de Sabra e Shatila (Líbano, 1982), Dia da Terra (Israel, 1976) e a primeira e a segunda intifadas (1987-1993; 2000 até o presente) não teriam ocorrido se eles não tivessem sido precedidos pela *Nakba*, a que se referem. A *Nakba* se tornou um evento-chave no calendário palestino – a base para histórias pessoais e da classificação das gerações.³ (ABU-LUGHOD, SA'DI, 2007, p. 5).

³ Tradução do original: “It is the focal point for what might be called Palestinian time. The *Nakba* is the point of reference for other events, past and future. The Balfour Declaration of 1917 gains its significance from being followed by the *Nakba*. Landmark events in Palestinian history such as Black September (Jordan, 1970), the massacre at Sabra and Shatila (Lebanon, 1982), Land Day (Israel, 1976), and the first and second intifadas (1987-1993; 2000-present) would not have occurred if they had not been preceded by the *Nakba*, to which they refer back. The *Nakba* has become

A situação para os palestinos, portanto, percorria três principais caminhos, principalmente após 1948. Pappé (2016) explica que os palestinos que permaneceram em terras israelenses foram submetidos a um regime militar, os palestinos da Cisjordânia e faixa de Gaza encontraram-se sob ocupação de árabes estrangeiros, e o restante dos palestinos estavam dispersos por países árabes vizinhos, onde buscaram refúgio, em acampamentos de ajuda internacional. O autor discute que apenas em 1949 as Nações Unidas passaram a se mobilizar para lidar com as consequências do plano de 1947, e enfatiza que um dos principais equívocos da ONU, foi criar uma agência especial para os palestinos. Segundo ele:

Uma das primeiras decisões equivocadas da ONU foi não acionar a Organização internacional para os Refugiados, (OIR, ou, na sigla em inglês, IRO) e criar uma agência especial para os refugiados palestinos. Era Israel e as organizações Judaicas sionistas do exterior que estavam por trás dessa decisão de deixar de fora a OIR: a OIR era o mesmo organismo que vinha fornecendo assistência aos refugiados Judeus na Europa depois da Segunda Guerra Mundial, e as organizações sionistas estavam ansiosas para impedir qualquer possível associação entre os dois casos ou até qualquer comparação. Mais ainda, a OIR, sempre recomendava a repatriação como a primeira opção a qual os refugiados tinham direito. (PAPPÉ, 2016, p. 271)

Em outras palavras, de acordo com o autor um dos principais temores de lideranças sionistas seria o direito ao retorno à terra, bem como a presente busca por diferenciação com o grupo árabe. Deste modo, em 1950 foi criada a *United Nations Relief and Work Agency* (UNRWA) – Agência das Nações Unidas para Ajuda e Emprego, atual Agência das

a key event in the Palestinian calendar—the baseline for personal histories and the sorting of generations.” (ABU-LUGHOD, SA’DI, 2007, p. 5).

Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina –, que foi estabelecida em caráter provisório e encontra-se em atividade até os dias atuais.

A UNRWA estaria, portanto, não dedicada à questão do retorno dos refugiados palestinos. Conforme designou a resolução 194, de 11 de dezembro de 1948, da ONU⁴, o foco da organização, como discute Pappé (2016), foi de colaborar com incentivos a um estabelecimento da vida fora da pátria, através de fornecimento de emprego e demais questões sociais aos mais de um milhão de refugiados que pararam nestes acampamentos: “Foi-lhe confiada também a construção de campos mais permanentes para eles, além de escolas e postos de saúde. Em outras palavras, a UNRWA foi projetada para cuidar dos problemas cotidianos dos palestinos em geral.” (PAPPÉ, 2016, p. 271).

De acordo com o manual de procedimentos e critérios para determinação da condição de refugiados de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados da ACNUR, o apoio estabelecido pela UNRWA, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, se limita geograficamente, desempenhando completa assistência apenas em determinados países do Oriente Médio aos refugiados palestinos:

No que se refere aos refugiados da Palestina, cumpre ressaltar que a UNRWA só opera em certas zonas do Oriente Médio e somente ali pode ser prestada proteção e assistência. Por isso, um refugiado da Palestina que se encontre fora dessa zona não se beneficia da referida assistência e pode ter sua condição de refugiado reconhecida de acordo com os critérios da Convenção de 1951. Normalmente, será suficiente demonstrar que as circunstâncias que

⁴ “A Assembleia geral da ONU resolve que os palestinos que desejam retornar a suas casas e viver em paz com seus vizinhos devem poder fazê-lo no prazo viável mais curto possível e que se deve pagar indenizações a título de compensação pelos bens dos que não desejam retornar ou por qualquer bem perdido ou danificado que, sob os princípios da lei internacional e da igualdade, devem ser reparados pelos governos ou autoridades responsáveis”. Resolução 194 (III) da assembleia Geral da ONU, 11 de dezembro de 1948

inicialmente o qualificaram para a proteção ou assistência por parte da UNRWA ainda se mantém e que não deixou de ser refugiado devido a uma das cláusulas de cessação, nem foi excluído da aplicação da Convenção em razão de uma das cláusulas de exclusão.⁵

Estes fatores contribuem para refletirmos a respeito da Diáspora Palestina e seus alcances e nuances. Jardim (2016) expõe perfeitamente a situação de palestinos em direção aos países da América do Sul, especificamente ao Brasil, nas condições já apresentadas. Restava a migração através de vistos disponíveis no local de partida, e este caminho a percorrer por vezes era tortuoso, caminho que não traduz as experiências de todos os palestinos, mas que deve ser evidenciado. Os documentos jordanianos revelam muito deste cenário, e como descreve a autora, era ônus ingressar em um sistema de proteção internacional nos anos 1950, estabelecendo-se através de exigências da UNRWA, visto que “o estatuto de refugiado não permitiria traçar uma circulação internacional para outros rumos potenciais (a não ser o retorno)” (JARDIM, 2016, p. 264). Além disso, são evidenciadas por Jardim (2016) as recorrentes ofertas de vistos permanentes nas embaixadas, destacando o Brasil, que selecionara a partir de determinadas características, traçando um perfil migratório no mesmo período.

Neste perfil migratório que a autora discorre, por vezes, pode acometer a ideia de migrante “ideal” que percorre diversos trabalhos deste campo, cabendo menção ao trabalho de Koifman (2015) sob o título “Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)”, que, apesar de não coincidir com o período de recorte

⁵ Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado de Acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 Relativos Ao Estatuto Dos Refugiados Acnur, 2011 p. 30, Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf Acesso em: 21/03/2021

de análise da presente pesquisa, pode dar compreensão a esta ideia de idealização do perfil migrante para o país, visto que o autor trabalha com as questões das políticas nacionalistas de controle. Destacando preconceitos étnicos culturais e religiosos nestas “portas” de entrada do país, através destas questões, ele analisa discursos de importantes documentos oficiais, como do serviço registro de estrangeiros e o acervo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Complementando esta ideia, Lesser (2015) discute esta fluidez por parte da escolha de grupos que seriam mais “desejáveis” e promoveriam maior “embranquecimento” da sociedade brasileira, indo ao encontro da busca de imigrantes em vias de aperfeiçoar a nação brasileira. Certamente, a imigração de árabes não era designada como o “desejável” por autoridades, mas cabe aqui uma reflexão acerca da questão geracional, visto que a maioria destes primeiros palestinos a entrar no Brasil eram jovens homens e solteiros, ou seja, aptos a construir uma nova vida, família e a designar força de trabalho.

Caminhos Documentais

As buscas por documentação palestina referente à entrada e permanência no país, em função da pandemia de Covid19, foram possíveis de maneira exclusivamente *online*, ao longo do ano de 2020. Referimo-nos aqui ao Arquivo Nacional, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e ao *Familly Search*, base mantida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a maior base de pesquisa genealógica do mundo, na qual constam as Fichas Consulares de qualificação emitidas pela Divisão de Polícia, Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMFA).

Um dos primeiros traços documentais levantados foram as particularidades ao se referir a um grupo árabe no Brasil, de modo semelhante ao que Lesser (2015) discute ao apresentar os arquivos do

Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), força policial que atuou em muitos momentos reprimindo “subversivos”. Os arquivos deste órgão, após se tornarem públicos em fins de 1990, possibilitaram um olhar apurado por parte de pesquisadores, constatando-se que as fichas eram separadas em categorias de “brasileiros” e “não brasileiros”, termos estes que não possuíam relação com cidadania, visto que as fichas atribuídas como “não brasileiros” eram designadas a pessoas com sobrenome árabe, judeu e japonês, ao passo que a categoria “brasileiro” tinha a presença registrada de cidadãos de origem portuguesa, italiana e espanhola (LESSER, 2015, p. 170).

Durante as diversas pesquisas realizadas nas bases do SIAN, pudemos identificar os dossiês Atividades Árabes no Brasil, emitidos pela Agência Central, às vezes especificados enquanto Atividades Árabes-Palestinas no Brasil, Dossiê Árabes-Assuntos Gerais quando emitido pelo Ministério das Relações Exteriores. Este agrupamento documental, emitido por setores oficiais governamentais, cercam a temática árabe e em sua grande maioria refletem as entradas e permanências palestinas no Brasil. Por vezes, são relatadas atividades de jordanianos, sem enunciar traços de sua palestinidade, e ao fim, à guisa de esclarecimentos, descrevem a sua possível relação com movimentos políticos palestinos. Seria esta, portanto, a chave para compreensão destes documentos: as entrelinhas, os vestígios.

Estes vestígios documentais podem ser percorridos pelo que sugere Ginzburg (1989) no seu paradigma indiciário, baseado em indícios, detalhes, vestígios e sintomas. Através desta compreensão, dados por vezes invisíveis presentes nestas documentações oficiais revelam ao pesquisador muito mais do que o que simplesmente está circunscrito em seus limites. Além disso, cabe refletirmos conjuntamente com o método

onomástico, também proposto por Ginzburg (1989b), traçando o nome como fio condutor da pesquisa.

O autor reflete sobre os acervos e seus reflexos sobre os indivíduos, os registros civis refletem os indivíduos enquanto nascidos, mortos, pais, filhos, os registros cadastrais de proprietários, usufrutuários, autos, criminosos, autores e testemunhas. No entanto, olhar para as fontes com este olhar limitador não permite que elas falem além do que está escrito ali, acaba por perder sua complexidade. Além disso, Ginzburg discute que as séries documentais podem permitir o mesmo indivíduo ou grupo em contextos sociais diversificados, o fio que guia o pesquisador neste caso seria aquilo que distingue os indivíduos, seu nome; o uso do nome como método de abrir novos caminhos documentais, possibilitando modificar perspectivas, e reconstituir dados familiares (Ginzburg, 1989b, p. 174).

Estas duas modalidades analíticas propostas por Ginzburg se encaixam no estudo de caso das migrações palestinas ao sul do Brasil, dada a complexidade de mapeamento já referida, devido à entrada com vistos jordanianos, dentre outros de países de proximidade, nos valemos de uma lupa na pesquisa pelo local de nascimento, pesquisa genealógica dos nomes de pais se apresentados na documentação, local de visto, ano de nascimento, e todas estas questões têm muito a supor sobre a origem e a direção deste sujeito. Cabe à pesquisa não apenas traçar o perfil, mas compreender particularidades através das entrelinhas presentes na documentação oficial, o que pode representar um ponto de partida para busca de outros tipos de documentação e buscas genealógicas.

Em relação à busca nominal, acaba por ser crucial no caso da imigração árabe como um todo, primeiramente a designação de nome e sobrenome já pode sugerir uma indicação de localização genérica. O estudo dos sobrenomes árabes traz um fator complexo devido à forma organizacional estabelecida, primeiramente em herdar quase sempre

sobrenome paterno, não da família materna, e em segundo lugar, no trajeto migratório, pode haver severas modificações e membros de uma mesma família carregarem uma grafia diferente para o mesmo sobrenome. Esse ponto é recorrente em minhas pesquisas genealógicas, nomes como “Hosni” e “Husni” entre irmãos em suas fichas consulares, “Mahmud” e “Mahmoud”, “Hamid” e “Hamide”, bem como diminuição de nomes ao excluir letras repetidas, e até mesmo a adoção de um outro nome mais facilitador para a realidade brasileira. Todas essas questões não sugerem que determinadas modificações sejam certas ou erradas, não cabe aqui este juízo linguístico, mas estas pequenas grandes modificações apontam caminhos mais difíceis na pesquisa guiada pelos nomes.

Perpassando estas questões, o sujeito diaspórico palestino em diversos momentos em representações documentais, apesar de suas atividades plurais, culturais, religiosas e econômicas, é atrelado à situação política, mesmo já vivendo no Brasil, e esta é uma constante na causa palestina. No entanto, enxerga-se uma ausência da mulher nestas situações, principalmente ao longo dos dossiês árabes – assuntos gerais, atribuindo o *status* familiar, quase que em todos os casos, a mulher é o sujeito de permanência, mãe, de filhos que já nasceram no país e sem envolvimento com causa política, segundo documentações institucionais onde são citadas. Apenas em meados dos anos 1980, percebemos algumas modificações presentes em documentos de ordem institucionais ao apresentar nomes de mulheres na composição de grupos ativistas como a Sanaúd Juventude palestina e a Federação Árabe Palestina.

Já as fichas consulares possibilitam pontos de partidas interessantes na reconstrução de trajetórias de mulheres palestinas no estado. Tomamos dois casos como exemplo, de duas jovens de 24 e 18 anos de idade que ingressaram no Brasil através da embaixada do Líbano, com passaportes transjordânico e jordaniano.

A primeira ficha consular que nos debruçamos a analisar trata da entrada, no Brasil, de Suad Mahud, sob caráter permanente, em 1949. Suad representa aqui a primeira leva de palestinos. Os dados emitidos revelam interessantes pontos, Suad é casada, tem 24 anos, sem filhos, nascida em Deir Dibwan, cidade na província de Ramallah, definida enquanto transjordânica, visto que o ano de emissão 1949 precedeu a nomeação jordaniana.

Seu local, data de nascimento e residência no país de origem são apresentados de maneira idêntica: Deir Dibwan, Palestina. Seu passaporte foi emitido pela Transjordânia, no entanto seu visto de migração e permanência foram emitidos pelo serviço consular do Brasil no Líbano, em Beirute, em 17 de novembro de 1949. Outro ponto que direciona o olhar é o fato de sua impressão digital estar registrada no lugar de sua assinatura, revelando que Suad era analfabeta.

Figura 1 - Ficha Consular de Suad Mahmud

64

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL MODELO S.C. 139
 FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO **118432**

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no póto de destino.

Nome por extenso SUAD MAHUD
 Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (passaporte ou permanente)
 Nos termos do art. 92, letra ---- do dec. n. 7967, de 1945
 Lugar e data de nascimento Deir Dibwan-PALESTINA - 1924
 Nacionalidade Transjordano Estado civil Casado
 Filiação (nome do Pai e da Mãe) Saud e Khadra Mahmoud.
 Profissão ----
 Residência no país de origem Deir Dibwan - PALESTINA
NOME IDADE SEXO

FILHOS _____
 MENORES _____
 DE 18 ANOS _____

Passaporte n. 32214, expedido pelas autoridades de Ministério do Interior TRANSJORDANIA, na data 17-8-49
 visado sob n. 991 bis

ASSINATURA DO PORTADOR: 

NOTA - Esta ficha deve ser promovida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

SERVIÇO CONSULADO CONSULADO DO BRASIL em Beirute LIBANO.
 17 de Novembro de 1949
 O CONSUL:

 R. C. DA CUNHA



Fonte: Cartões de imigração 1900-1965 - DPMFAP - Family Search

Jardim (2003) discute esse impasse sobre a nacionalidade jordaniana em passaportes palestinos e como fatores externos afetaram esta

nominação. A autora ressalta que a Jordânia entra no jogo da questão da identidade palestina, visto tanto a Jordânia como o estado de Israel reconhecerem o território da partilha da Palestina, o que corresponderia ao reconhecimento do Reino da Jordânia. Os palestinos da Transjordânia acabaram por ser incorporados aos aparelhos de estados jordanianos, e os palestinos estabelecidos na Jordânia após 1948 possuem outro tipo de tratamento, que se modifica de acordo com seu percurso de evasão (JARDIM, 2003, p. 237). O passaporte de Suad é uma das raras aparições do termo “Transjordano” na entrada de Palestinos no Brasil após 1948, tendo sua entrada a partir de Beirute.

Cercamo-nos, por fim, da ficha consular de Zakihe Musa Bakri Kidan, mulher solteira de 18 anos, nascida em 1943 em Jaljolaya, na Palestina, e de nacionalidade libanesa. A profissão atribuída a ela foi denominada “prendas domésticas”, e um dos pontos principais de sua ficha foi designado à observação “Compromisso assumido por seu pai, Musa Bakri, residente em Rio Grande do Sul”. Esta observação sugere que seu pai já estava estabelecido no estado, assumindo a responsabilidade de mantê-la, visto que ela possuía 18 anos no período. Seu passaporte foi emitido pelo Ministério do Interior da Jordânia em agosto de 1961, apesar dela possuir nacionalidade libanesa, e sua admissão no Brasil pela Embaixada do Brasil em Beirute em caráter permanente se deu em dezembro do mesmo ano.

Figura 2 - Ficha Consular de Zakihe Musa Bakri Kidan

Modelo S. C. 129

100716 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso **ZAKIHE MUSA BAKRI KIDAN**

Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE

Nos termos do art. 9º letra **a** (temporário ou permanente) do dec. n. 7967, de 1945

Lugar e data de nascimento **Jaljolaya-Palestina, em 1945**

Nacionalidade, LIBANESA Estado civil **Soltseira**

Filiação (nome do Pai e da Mãe) **Musa e Chirifé Kidan**

Profissão **pr. domésticas**

Residência no país de origem **Beirute** NOME **IBANO** IDADE **IBANO** SEXO **IBANO**

Compromisso assumido por seu pai, **Musa Bakri, residente em Rio Grande de Sul.**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **301526** expedido pelas autoridades de **Ministerio do Interior da Jordania,** na data **29-8-61**

visto sob n. **1230**

ASSINATURA DO PORTADOR **زكيه موسى بكرى كيدان**

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada à república pela autoridade consular sendo as duas vias em original.

Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Beirute - LIBANO
27 de **dezembro** de 1961
O Encarregado do Serviço Consular: **Osiris Correia**

OSIRIS CORREIA

Fonte: Cartões de imigração 1900-1965 - DPMFAP - Family Search

A ficha de Zakihe destaca-se aqui, pois foi localizada na busca pelo sobrenome “Bakri”, família de origem árabe palestina residente em Pelotas e estabelecida há três gerações no Rio Grande do Sul, seus laços se estendem entre Porto Alegre, Pelotas até Ramallah. Além disso, no caso de Zakihe, vale evidenciar seu processo percorrido sozinha, rumo ao sul do Brasil para o encontro de seu pai, Musa Bakri, já estabelecido no estado, o que era bastante comum nas migrações familiares em cadeia. Este caso da família Bakri se estende para outras diversas famílias, trazendo a noção das relações de parentesco e das estruturas familiares semelhantes aos clãs presentes na sociedade palestina até os dias atuais. Como Rivera (2016) relembra, estes laços familiares colaboram com o estabelecimento de relações emocionais, sociais e até mesmo comerciais, traçando redes que levam à mobilidade social de migrantes palestinos.

Reflexões Conclusivas

O caminho que temos a percorrer na construção da narrativa e dos caminhos metodológicos na pesquisa com mulheres palestinas é

complexo, pois parte de uma ausência e pobreza documental, mapeamentos dificultosos, visando chegar na representação de uma mobilidade pouco registrada através da lente de mulheres e sobre as mulheres. Ao discutir os apontamentos das questões sobre gênero, relembremos sempre os pontos que defendemos sobre a importância de persistirmos pela analítica descolonial. Sibai (2012) colabora com este ponto ao discutir os desafios da teoria política feminista na atualidade, na busca por redefinir e revisar conceitos, ao abrir-se a outras modalidades diferentes das difundidas pelo Ocidente, fugindo dos termos de tolerância e superioridades de determinadas concepções epistemológicas. Abu-Lughod (2012) também percorre este caminho ao abordar as feministas do terceiro mundo e em diferentes partes do mundo árabe, alertando que devemos ser cuidadosos para não cair em polarizações que direcionam o feminismo unicamente ao Ocidente e ao secularismo.

É também interessante lembrarmos o que Sibai (2016) sugere, ao recomendar leituras radicalmente descoloniais, propondo formas de reconstrução da realidade a partir da sua condição heterogênea e plural, sem se enclausurar em particularismos estreitos e expandi-lo na direção de refletir sobre estas conceitualizações de maneiras inclusivas, não exclusivas e não genocidas. A autora propõe, portanto, a negação da fala em local imposto, modificar termos e desarticular conceitos para praticar enunciação no local onde o silêncio se impôs (SIBAI, 2016, p. 270).

Estas breves reflexões colocam-nos perante as nossas complexidades analíticas. Refleti aqui parte dos desafios e caminhos que tomo na escrita da minha tese em andamento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. As documentações podem ser limitadas, limitantes, dificultosas e refletir apenas um lado de um grupo plural, mas o tratamento que daremos a elas, através de escolhas e posicionamentos que conversam em harmonia com nossas posições em relação à nossa

pesquisa, é o grande definidor do caminho da escrita, acerca deste documento que pode ir de raso a extremamente complexo.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila; SA'DI, Ahmad H. **Nakba**: Palestine, 1948, and the claims of memory. New York: Columbia University Press, 2007.

BAUBÖCK, Rainer; FAIST, Thomas. **Diaspora and Transnationalism**: concepts, theories and methods. Amsterdam; Amsterdam University Press, 2010

BRUBAKER, Rogers. "The 'Diaspora' Diaspora." **Ethnic and Racial Studies**, v. 28, n. 1, p. 1-9, 2005.

CINTRA, Rodrigo; KLEINAS, Alberto; VIGEVANI, Tullo. Conflito Palestina-Israel: anacronismo, contemporaneidade e o papel do Brasil. *In*: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. **Israel-Palestina**: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Editora Unesp, 2002 p. 19-46.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução árabe e o Islã**. São Paulo: USP, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. **A Micro-História e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Lisboa: DIFEL, 1989b.

JACOMELLI, Jussara; TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. **Sírios e libaneses no Centro-Norte do Rio Grande do Sul**: imigração, memórias e representações (1890-1970). Passo Fundo: Acervus, 2020. 361 p.

JARDIM, Denise Fagundes. Os imigrantes palestinos na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 171-181, 2006.

JARDIM, Denise Fagundes. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 223-243, 2003.

KOIFMAN, Fábio. **O imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Unesp, 2015.

MOGHISSI, Haideh. **Muslim Diaspora**: gender, culture and identity. New York: Routledge, 2006.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rúben, G. **Legacies**: the story of the immigrant second generation. Los Angeles: University California Press, 2001.

RIVERA, Lírío Guitierrez. Revisiting palestinian migration and social mobility in Honduras: the caribbean coast and family and kinship relations. *In*: RIAL, Carmen; VAILATI, Alex. **Migration of rich immigrants**: gender, ethnicity, and class. New York: Palgrave Macmilan, 2016. p. 99-116.

SCHIOCCHET, Leonardo (org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo**: a Diáspora palestina desde o Oriente Médio à América Latina. São Paulo: Chiado, 2015.

SIBAI, Sirin Adibi. Colonialidad, feminismo e Islam. **Viento Sur**, Madrid, n. 122, p. 57-67, 2012.

SIBAI, Sirin Adibi. **La cárcel del feminismo**: hacia un pensamiento islámico decolonial. México D.F.: Akal, 2016.

Fontes

Cartões de imigração 1900-1965 - Divisão de polícia, marítima, aérea e de fronteiras
DPMF - *Family Search*.

Dossiê Árabes - assuntos gerais, Ministério das Relações Exteriores - Divisão de Segurança e Informações. Arquivo Nacional.

À procura da imagem: pluralidades do olhar de Stefania Bril para os frequentadores das urbes de Campos do Jordão e São Paulo ¹

Maria Clara Lysakowski Hallal²

Stefania Bril nasceu em 1923, na Polônia. Sua família era de origem judaica e devido aos avanços do antissemitismo, desde nova passou por vários processos de migrar – entre Ucrânia, o interior da Polônia e a Bélgica. Já na década de 1950, casada e com dois filhos, Stefania migra para o Brasil, e nesse local, sua identidade profissional se transforma: até então trabalhava como química, e na década de 1960 passa a estudar fotografia e se especializar no ramo. Além disso, até o final da década de 1980, também foi crítica de fotografia no jornal “Estado de São Paulo” e na revista “Íris”, curadora e agente de iniciativas engajadas no desenvolvimento do campo da fotografia no Brasil. Assim, possuía um olhar voltado para a crítica; buscava, nas imagens, retratar o cotidiano, mas, principalmente a(o) personagem que constituía a urbe das cidades, especialmente São Paulo. Logo, este trabalho tem como objetivo identificar como a profissional mostrou visualmente as(os) frequentadoras(es) da urbe de São Paulo e Campos do Jordão na década de 1970. E para discutir essa questão, foco, dentre a diversidade de material que a profissional produziu, em oito fotografias. Para a metodologia do trabalho, desenvolvi

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

² Doutoranda e Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). É pesquisadora do Laboratório de Política e Imagem (LAPI-UFPEL) e tem interesse em estudos sobre cultura visual, cidades, gênero e processos migratórios. Em sua tese de doutorado estuda a obra da fotógrafa alemã, naturalizada brasileira, Hildegard Rosenthal (1913-1990).

um método que decompõe as imagens com base em questões técnicas e interpretativas. Entendo que Bril era uma profissional plural e suas imagens se tornaram ícones, porém seu legado cultural parece ter sido esquecido pelas novas gerações de estudiosas(os) da área. Como resultados, entendo que Stefania Bril era uma fotógrafa preocupada com o outro, possuía um fôlego vital que refletia em sua criação como profissional da imagem.

Trajatória e o Encontro de Stefania Bril com a Fotografia³

Em 1922, na cidade de Gdansk, na Polônia, nasceu Stefania Ferszt, de origem judaica. Até o início da Segunda Guerra Mundial⁴, a família viveu em Varsóvia, mas durante o conflito, para se protegerem dos avanços antissemitas, adotaram o sobrenome católico, Filinski.

Ainda durante a Guerra, a família viveu em vários locais da Polônia e da Ucrânia, se estabelecendo em 1945, em Lodz, a capital temporária da Polônia. Já na cidade, a família trabalhou no comércio e Stefania ingressou no curso de psicologia na Faculdade de Humanidades da Universidade de Lodz, que tinha sido recém-aberta pelo governo polonês. No mesmo ano de 1945, Stefania conheceu Casemiro Bril e, depois de dois meses de namoro, se casaram. Após abandonar a faculdade de Psicologia e uma breve passagem pelo curso de Matemática e Biologia, e com o incentivo de Casemiro, Stefania mudou seus estudos para a Química.

Já em 1946, Stefania retornou à sua identidade judaica e devido às dificuldades da Polônia – estava cada vez mais submissa ao governo soviético – e ao fato de as ameaças antissemitas ainda serem uma realidade, as famílias Feszt e Bril resolvem migrar. Os pais de Stefania

³ A trajetória de Stefania Bril foi construída com bases nos autores: (MENDES, 2017); (HALLAL, 2020) e no site do Instituto Moreira Salles, disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/stefania-bril/> Acesso em: 10/03/2021.

⁴ A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito da História, envolvendo nações de todos os continentes e deixando cerca de 50 milhões de mortos.

migram para São Paulo, enquanto o casal Bril permanece na Europa, mudando-se para Bruxelas, local em que conseguiram uma bolsa de estudos na Universidade Livre de Bruxelas.

Com o advento dos conflitos da Guerra Fria⁵ e a ameaça constante à paz mundial, o casal decide migrar para o Brasil, e no país, conseguiram o visto de caráter permanente graças a um contrato de trabalho fictício da Companhia Química do Paraná, que pertencia a um amigo do pai de Stefania.

Logo, já estáveis no país, em 1953 nasceu Michele-Annie, a primeira filha de Stefania e Casemiro. A partir desse ano até 1963, o casal passou a trabalhar na mesma empresa, a Orquima. Em 1955, Stefania adquiriu a nacionalidade brasileira, e em 1960, nasceu a caçula da família, Jacqueline Helène.

Somente em 1963, Stefania retornou, ainda que por poucas semanas, ao seu local de origem, passando por Bélgica e França. Em 1965, o casal comprou um apartamento em Campos de Jordão, e nesse local, Stefania cultivou um jardim e começou a tirar fotografias das flores. A partir desse momento, iniciou seu interesse pela fotografia. Em 1969, começou a se especializar no ramo fotográfico, ingressou na Enfoco – Escola de Fotografia, que havia sido fundada no ano anterior e tinha como premissa aulas e exposição dos alunos e professores.

A primeira mostra individual de Stefania foi em 1970, no Clube Hípico de Santo Amaro. Depois, no ano seguinte, apresentou nova exposição durante o II Festival de Inverno de Campos do Jordão. Entre 1972 a 1974, lançou nova série de fotografias, denominada “As mãos”, e lançou o livro “Entre”, com apresentação de Boris Kasso e poesias de

⁵ Guerra Fria é o nome utilizado para falar do cenário político internacional no período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando Estados Unidos (EUA) - capitalista - e União Soviética (URSS) - socialista - polarizaram as relações internacionais.

Olney Kruse. Em 1975, pela primeira vez, a Bienal de São Paulo teve uma sala dedicada à fotografia brasileira, e Stefania, junto a profissionais do ramo, expôs suas obras.

Concomitantemente com o período de ascensão profissional de Stefania Bril, o Brasil passava pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que foi marcado por supressões de direitos civis, mas, também, no país, cresceu a visibilidade da mulher no mercado de trabalho⁶. No jornalismo escrito, espaço em que a fotógrafa Stefania Bril trabalhou como crítica cultural, a presença feminina passou a ser mais visível a partir da década de 1940, mas com assuntos voltados ao lar, aos cuidados com os filhos e algumas temáticas culturais. Já a partir de 1960, as mulheres começam a ser mais visíveis nas redações de São Paulo e do Rio de Janeiro (MENDES, 2017).

O primeiro trabalho de Stefania Bril como curadora fotográfica foi em 1978, quando coordenou o I Encontro Fotográfico em Campos de Jordão e apresentou a palestra “Focalizando fotógrafas”. No mesmo ano, começou seu trabalho como crítica de fotografia no suplemento cultural do jornal “O Estado de São Paulo”, atividade que exerceu até 1991. E em 1982, iniciou colaboração como colunista da revista “Iris,” que perdurou até 1991.

Seu livro “Notas – Vinte e nove notas da fotografia” foi lançado em 1987. A obra perpassa uma seleção de comentários da autora, publicados na revista “Iris”, sobre trabalhos escolhidos de fotógrafos. Em 1990, foi inaugurada a Casa de Fotografia Fuji, e Stefania Bril foi coordenadora e idealizadora do centro cultural patrocinado pela empresa japonesa Fuji. O

⁶ Em relação às fotógrafas, já no fim do século XIX começaram a participar do mercado brasileiro, mas não tinham educação formal e na maioria das vezes, faziam trabalho de “bastidores” (MENDES, 2017). No início do século XX as fotógrafas começaram a trabalhar nos seus próprios estúdios, ou em alguns casos, de familiares ou mentores. Entre 1914 a 1950, havia, aproximadamente, nove mulheres trabalhando como fotógrafas na cidade de São Paulo, atendendo no seu próprio estúdio ou nas casas dos contratantes (IBRAHIM, 2005).

objetivo do local era ser um centro internacional para a discussão da fotografia e a formação do profissional da área no Brasil.

Enquanto isso, as(os) fotógrafas(os) trabalhavam, até o início dos anos 1970, preferencialmente, sozinhas(os), em muitos casos, contratadas(os) por jornais ou revistas, mas não se associavam em grupos formais. Porém, uma das grandes modificações que os anos 1970 trouxeram foi das(os) profissionais terem se unido em associações (PROENÇA, 2020).

Os profissionais se uniram, pois, conforme a pesquisadora Maria Beatriz Coelho (2006) menciona, estavam em constante perigo durante o período da Ditadura, porque registravam as passeatas contra o fim do regime e os consequentes combates por parte dos militares. Em vista disso, as(os) fotógrafas(os) tiveram a necessidade de se reunirem de forma a poder organizar o trabalho e, também, de se protegerem de prisões ou de apreensões organizadas pelos militares. Como forma de se instituírem melhor, essas(esses) profissionais criaram agências, como a F4, a Angular e a Ágil Fotojornalismo.

Nesse período, atuaram fotógrafas como Jaqueline Joner, a qual retratou os colonos do Rio Grande do Sul, Nair Benedicto, a primeira mulher a registrar as manifestações durante o período ditatorial, e Eneida Serrano, que registrou o interior do país. Elas tiveram destaque e voltaram o cenário fotográfico para novos atores sociais.

Dessa maneira, os historiadores Charles Monteiro e Carolina Etcheverry (2019, p. 202) entendem que essa nova visualidade foi construída através dos “movimentos sociais, da violência policial, da marginalização dos grupos indígenas e dos negros [...]. Assim como, pautas da falta de moradia, empobrecimento das classes trabalhadoras e a cultura popular foram inseridas no ramo fotográfico”.

Nesse período, Stefania Bril se profissionalizava na fotografia e pautava seus trabalhos sobre temas diversos, como: o dia a dia das cidades, percepções curiosas sobre o cotidiano das urbes, e entre 1978 e 1987, trabalhou regularmente como crítica de imprensa, alternando entre “O Estado de São Paulo” e a revista “Íris”, e faleceu em São Paulo, no ano de 1992. No ano seguinte, a Casa da Fotografia Fuji e a Fujifilm realizaram homenagem a Stefania Bril com a exposição “Viva a vida”.

Após o contexto fotográfico brasileiro e a trajetória de Stefania Bril, entendo que faz-se necessário novas pesquisas sobre a fotógrafa e, para isso, apresento a problemática de pesquisa, que é analisar como a imigrante Stefania Bril construiu as narrativas visuais das pessoas que ocuparam as urbes paulistas na década de 1970.

Para elucidar tal questionamento, apresento o objetivo de pesquisa que é identificar como Stefania Bril registrou visualmente as(os) frequentadoras(es) da cidade de São Paulo e interior, na década de 1970. E para isso, trabalho com oito fotografias de homens e mulheres, que foram registrados durante passeios, poses e flagrantes nas urbes de Campos do Jordão e de São Paulo.

Compreendo que o processo de migrar é uma experiência construída em torno do pertencimento, construção social e processos identitários. Logo, ao analisar fontes produzidas por uma fotógrafa estrangeira, é necessário entender que os processos criativos são indissociáveis do existir, portanto seus deslocamentos e construções de identidade(s) devem ser levados em consideração. Também, entendo a importância do trabalho de Bril para os estudos migratórios visuais e para a construção imagética de São Paulo da década de 1970, período de maior atuação profissional.

Logo, o trabalho se guia por uma metodologia imagética, entendendo que os fatores de Stefania Bril ser uma fotógrafa imigrante são levados em

consideração. Assim, com base em alguns trabalhos já existentes⁷, dividi o método em dois momentos: Processos técnicos fotográficos e Processos interpretativos fotográficos, como observado nos quadros abaixo:

Quadro 1: Processos técnicos fotográficos

Processos técnicos fotográficos	
Luminosidade	Uso do flash; Posição da luz
Planos	Grande plano geral
	Plano aberto (geral) (<i>long shot</i>)
	Plano médio (<i>medium shot</i>)
	Plano fechado (primeiro plano) (<i>close-up</i>)
Ações e ângulos	Normal
	<i>Plongée</i>
	<i>Contre-plongée</i>

Fonte: Maria Clara Hallal

Quadro 2: Processos interpretativos fotográficos

Processos interpretativos fotográficos
Bibliografias
Contexto de produção
Particularidades narrativas

Fonte: Maria Clara Hallal

Entendo que as análises das fotografias não ocorrem de forma estanque, e para serem fluídas, os elementos das duas tabelas, em determinados momentos, podem convergir e serem vistos separadamente ou em conjunto.

À Procura da Imagem: narrativas das(os) ocupantes da Urbe de Campos do Jordão e de São Paulo

Stefania Bril teve sua trajetória marcada pelo processo de migrar, ir e vir, encontros e desencontros, e também é necessário salientar que era uma fotógrafa que ocupava e registrava as urbes na década de 1970,

⁷ As questões técnicas fotográficas podem ser encontradas nas obras: "Olhar!", Joel Meyerowitz (2019); "Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX", Ana Maria Mauad (2005); "Leggere la fotografia: osservazione e analisi delle immagini fotografiche", Augusto Pieroni (2003).

período da Ditadura civil-militar brasileira, momento em que as(os) profissionais, em diversos momentos, se arriscaram ao fotografar passeatas e manifestações. Além disso, devido a mudanças da economia, as condições sociais da população também sofreram revés.

Primeiro, saliento que o migrar de Stefania Bril passou pelo processo de diáspora, isto é, por deslocamentos forçados, e entendo que esse movimento constrói uma teia. Stuart Hall (2003) exemplifica que depende da construção de um Outro e que a identidade de uma pessoa, que passa por essas circunstâncias, é permeada do antes, durante e depois. Brent Hayes Edwards (2017) aprofunda a discussão e afirma que o movimento diaspórico tem que ser analisado pelas diferenças e pelas semelhanças. Edward Said (2003) complementa que o exilado, ou o sujeito diaspórico, tem a necessidade de reconstruir sua identidade em um novo lugar, com novas perspectivas, mas levando o seu lugar de origem dentro de si.

Eleni Sideri (2008) afirma que o termo diáspora é de origem grega e significa dispersão de sementes; é como se fosse uma sementeira que espalha grãos que já existem, mas que agora vão nascer em outras terras. Dentro dessa lógica, compreendo que Stefania Bril fez parte desse processo de germinação, espalhou suas ideias fotográficas pelo Brasil e por outros locais, pois, além de expor seus trabalhos no estrangeiro, fotografou outros países, como Paris (1974 e 1976) e Israel (1976).

Além disso, Stefania Bril foi curadora e expôs na mostra *Brésil des Brésiliens*, no *Centre Georges Pompidou*, em 1983, na cidade de Paris (França), e integrou, em 1992, a organização da mostra *Brasilien: Entdeckung und Selbstentdeckung*, realizada na Suíça, na *Kunsthaus Zurich*. Logo, seus registros fotográficos se espalharam para o mundo, e junto a isso, seus ideais e visões sobre suas(seus) fotografadas(os).

Os registros fotográficos de Stefania Bril podem ser alocados sob a perspectiva da fotografia humanista, que é uma vertente que ganhou força

após a Segunda Guerra Mundial. Logo, sob essa visão, as(os) profissionais privilegiavam as temáticas em torno da vida cotidiana, os anônimos no ambiente urbano, famílias e crianças, isto é, fotografias voltadas ao humano e à dignidade humana (ZERWES, 2016).

Ademais, compreendo o trabalho de Stefania Bril sob a perspectiva da narrativa visual e, para exemplificar melhor o significado, elenco John Berger, que, ao estudar a linguagem fotográfica, faz o seguinte questionamento: “Qual o formato de uma narrativa fotográfica?”. Nesse sentido, o autor responde que, para fazer uma narrativa, é preciso que os fatos estejam ligados. Berger elenca, também, que “cada narrativa propõe um acordo quanto às não declaradas, mas presumíveis, conexões que existem entre acontecimentos”. Por último, o mesmo autor comenta: “cada passo é um avanço sobre algo que não foi dito” (BERGER, 2017, p. 132).

Sendo assim, percebo que o grande tema das fotografias, aqui expostas, de Stefania Bril são os habitantes das urbes – fato que liga todas as imagens –, mas cada retrato igualmente apresenta suas próprias peculiaridades e significados individuais. Também, a fotógrafa, em seus registros, possui um olhar sensível para o outro, conforme apresentado na imagem abaixo:

Fotografia 1: Maria Miné, Série Gente, Campos do Jordão, 1977.



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

A fotografia parece ter sido obtida em um momento de flagrante, enquanto a fotografada – Maria Miné – estava falando ou mencionando algo, possivelmente para a própria fotógrafa – Stefania Bril. O plano imagético é o fechado, observamos pouco do cenário em torno da retratada, apenas algumas árvores e uma edificação atrás, mas desfocada.

O protagonismo na imagem é todo de Maria Miné e o ângulo normal auxilia a vermos a fotografada em sua plenitude. Logo, a protagonista parece ser alguém que se dedicou a se arrumar para o evento fotográfico – a blusa e o lenço estampados e bem cuidados indicam esse viés. A fotografia foi obtida em Campos do Jordão, local em que Stefania Bril possuía residência, e visitava frequentemente, e lugar em que realizou o I e o II Encontros de Fotografias, respectivamente em 1978 e 1979.

Como podemos observar, a legenda da imagem é constituída do nome de sua fotografada, fato que acompanha todas as fotografias da série

“Gente”. Isso vai ao encontro da ótica humanista que Stefania Bril empregava nos seus retratos do cotidiano, especialmente das pessoas que constituíam as cidades. O olhar para o outro pode ser creditado aos vários deslocamentos que a fotógrafa teve que realizar ao longo de sua vida, e isso causa, em várias(os) imigrantes processos de desterro – nova percepção da saudade, falta do lar e sensação de estranhamento.

Logo, essas angústias e percepções sobre o outro são elaboradas na próxima imagem, em que temos um menino negro, em uma espécie de sacada, olhando ao longe para uma multidão reunida, ainda em Campos do Jordão.

Fotografia 2: O menino batuca em Campos do Jordão, Série Gente, década 1970



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

Não sabemos exatamente o contexto da fotografia, mas o plano médio nos evidencia que o garoto, que foi retratado de costas, está em uma sacada ou algum lugar alto e, abaixo, uma série de pessoas, talvez seja uma feira ou reunião. O ângulo *plongée*, momento em que Stefania Bril está em uma posição superior ao principal elemento fotográfico, mostra a população abaixo, uma série de pessoas – homens, mulheres e crianças –

desfocados. O recurso permite que quem observa a fotografia fixe o momento no próprio menino, ele é o personagem principal.

A solidão do garoto é palpável, o observador ou observadora da imagem se solidariza com aquele menino batucando sozinho e as pessoas lá embaixo. A fotografia evidencia que Stefania Bril tinha entrega ao outro, conseguia capturar as contradições – o fato do pequeno estar sozinho enquanto as famílias estão na rua comemorando ou desfrutando de algo.

A respeito das sensações que a imagem produz, John Berger (2017) entende que a fotografia não é o acontecimento em si, mas a percepção da(o) profissional sobre aquele momento e situação. Ainda sobre as considerações do autor, ele entende que, de forma geral, não temos como saber o que uma(um) fotógrafa(o) diz aos seus fotografados no momento do *click*. Só podemos saber a singularidade daquela(daquela) profissional e/ou obra.

Logo, as fotografias podem ser densas, estarem cheias de informações e significados, como a próxima imagem que apresenta Dona Emília cheirando um lenço ou utilizando-o como uma forma de conforto ou rememorar lembranças.

Fotografia 3: Dona Emilia, Série Gente, Campos do Jordão, década 1970



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

A Dona Emilia, personagem principal da fotografia apresentada, foi registrada no plano médio – podemos visualizar a senhora da cintura para cima, e um pouco do cenário em seu entorno. Logo, observamos que a retratada é uma mulher de meia idade, negra, e seus cabelos estão presos. Ela está em um ambiente aberto, podemos visualizar árvores e uma edificação, talvez muro, atrás de si.

A emoção de Dona Emilia é palpável; nós, observadores, somos convidados a compartilhar desse sentimento que mescla saudade, solidão e carinho. Assim, essas emoções são transmitidas sob a ótica do movimento, como Didi-Huberman (2016, p. 26) explicita:

Mas se a emoção é um movimento, ela é, portanto, uma ação: algo como um gesto ao mesmo tempo exterior e interior, pois, quando a emoção nos atravessa, nossa alma se move, treme, se agita, e o nosso corpo faz uma série de coisas que nem sequer imaginamos.

O ato da personagem cheirar e/ou acariciar o lenço pode, também, remeter às lembranças ou afagos próprios da Dona Emilia. O registro feito por Stefania Bril foi realizado utilizando de luz natural, assim realça, especialmente, o rosto da retratada. Os significados que o gestual do corpo presentes na fotografia pode ser visto, sob a ótica de Ronaldo Entler (2007), como passível de ser transmutado pelo olhar de quem a faz e a vê.

Ainda com base no mesmo autor, devemos observar que trabalhamos com dois tempos nas imagens: o da feitura por parte da(do) profissional e a(o) da(do) observador(a) da imagem (ENTLER, 2007). Logo, compreendo que a fotografia prolonga nosso olhar sob uma determinada cena, no caso, o registro sensível de Stefania Bril sob os afetos e afagos de Dona Emilia para com um acessório que possa remeter a vários significados.

Ainda na série “Gente”, a próxima fotografia é do Senhor Jorge, e podemos observar o olhar sensível de Stefania Bril para o outro que estava ocupando a urbe de Campos do Jordão na década de 1970.

Fotografia 4: Senhor Jorge, Série Gente, Campos do Jordão, Década de 1970



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

A fotografia em plano fechado mostra o senhor Jorge, um homem negro, já idoso e com um sorriso aberto. Também visualizamos pouco do cenário em seu entorno, apenas algumas árvores e uma edificação em desfoque, podendo ser uma ponte ou parapeito. Ainda, Stefania Bril provavelmente utilizou a luz natural, não há indício de *flash*, conferindo, assim, que a luminosidade evidencia o rosto do fotografado.

O retratado está olhando diretamente para a câmera, consciente do ato fotográfico e, além disso, sorri para Stefania Bril, isto é, há uma troca entre o senhor Jorge e a fotógrafa. Em relação a esses encontros, no livro “Notas”, a profissional relata que preconizava, em suas imagens, evidenciar “mil facetas da mesma pessoa” (BRIL, 1987, p. 12). Portanto, é esse o resultado que observamos ao averiguar a imagem apresentada, pois conseguimos apreender sentimentos como alegria, curiosidade, e talvez uma interrogação no olhar do fotografado.

O próximo conjunto de fotografias mostra grupos de pessoas que ocupavam a cidade de São Paulo, ainda na década de 1970. O contexto brasileiro do período, especialmente entre 1963-1973, foi marcado por crescimento, derivado de política interna favorável, o chamado “milagre econômico”. Porém, com a crise do petróleo de 1973, houve abalo na economia mundial, ocasionando diminuição de investimentos dos Estados Unidos em diversos países, incluindo o Brasil, refletindo na produção industrial. Com isso, a dívida externa e os juros aumentaram, com impacto direto no povo brasileiro, com menos investimentos do governo em saúde, educação e moradia (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

Além disso, conforme já mencionado, o país passava pelo período da Ditadura Civil-Militar, em que direitos e liberdades foram suprimidos, e mesmo assim, Stefania Bril foi às ruas para fotografar a cidade, e principalmente, as pessoas que ocupavam as urbes paulistas. Então, a próxima fotografia faz parte da série “Descanso”, em que a fotógrafa registrava o dia a dia do frequentador de São Paulo, que em muitos momentos passava por dificuldades, mas também veremos imagens mostrando o olhar lúdico da profissional.

Fotografia 5: Descanso em Branco, Série Descanso, 1973



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

A série “Descanso” mostra as pessoas que ocupavam a cidade de São Paulo de uma forma diferenciada, estavam em momento de trabalho, porém o cansaço e o desgaste das longas horas de jornada se tornam evidentes quando os retratados são flagrados dormindo ou “cochilando”. No caso da fotografia específica, o plano é o médio, podemos visualizar o senhor descansando, mas também o cenário: a banca de jornais, os periódicos, a calçada e as pessoas em suas atividades cotidianas, caminhando pela rua.

A fotografia evidencia a questão corporal, pois quando estamos trabalhando, ainda mais em um espaço público, é necessário estarmos atentos e termos controle do nosso corpo. Portanto, mesmo durante o cochilo, o senhor mantém parcialmente o domínio sobre a sua corporeidade – a cabeça está pêndula, mas as pernas e os pés estão firmes.

Sobre a questão corporal, David Le Breton (2012, p. 26) exemplifica que “o corpo é similar a um campo de força em ressonância com os

processos de vida o que o cercam”. Assim, mesmo dormindo em um momento inesperado, o senhor retratado sabe que está em seu local de trabalho e mantém um certo controle sobre si mesmo. E são esses flagrantes do cotidiano que Stefania Bril gostava de obter, como a próxima imagem, ainda na série “Descanso”, retrata outro trabalhador da urbe paulistana em momento de cochilo.

Fotografia 6: Descanso de quem guarda carrinhos no Peg Pag, Série Descanso, São Paulo, 1974



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

O descanso de quem guarda carrinhos em um supermercado é realizado nos momentos de menos movimento, entre um cliente e outro. Assim, Stefania Bril utilizou o plano aberto para mostrar o trabalhador, responsável pelo armazenamento, tirando um cochilo junto ao seu material de trabalho. A luz é a natural, possivelmente estava um dia nublado, logo não há incidência de luminosidade no retratado, mas a janela do estabelecimento mostra o reflexo daquele entorno, servindo como um espelho. Portanto, visualizamos os carros estacionados, algumas placas com preços de mercadorias e um reflexo de *outdoor*.

Stefania Bril retratou uma prática comum dos trabalhadores com uma rotina árdua – descansam quando e no momento que conseguem.

Logo, no caso específico, o carrinho é um apoio para os clientes no momento das suas compras, mas também é um suporte para o senhor repousar. As fotografias de forma geral prolongam nosso olhar sob uma determinada cena (ENTLER, 2007), sendo assim, trabalhamos com dois tempos nas imagens: o da feitura e o do observador das imagens, e, além disso, o registro pode ser atemporal.

Assim, mesmo que a fotografia analisada foi feita em 1974, é possível fazermos comparações com a nossa atualidade – momento em que as relações de trabalho são precárias e os direitos trabalhistas estão em declínio. A próxima imagem apresentada trabalha com o aspecto geométrico e a postura corporal de um homem flagrado em outro momento de descanso.

Fotografia 7: Não pise na grama, Série Descanso, década 1970



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

O olhar fotográfico de Stefania Bril foi marcado pelo humor, ironia e facetas singulares ao olhar o outro. Tais elementos estão presentes na fotografia exposta, pois o plano aberto nos permite observar que há um homem com quase todo o corpo deitado na grama, e no mesmo local tem uma placa que consta “Não pise na grama”. E de certa forma, o fotografado

respeita o indicativo, pois não pisa no local, visto que seus pés estão no calçamento.

Stefania Bril utilizou da luz natural neste registro fotográfico e a luminosidade incide sobre o personagem principal, ressaltando-o na imagem. Ainda, a profissional se mantém a uma distância respeitosa do fotografado, possivelmente para preservar o seu momento de descanso.

Compreendo que Bril brincou com os elementos imagéticos da fotografia, o homem com o corpo quase na totalidade deitado na grama, reto, como se fosse parte daquele cenário, e até mesmo, uma extensão do gramado. Em relação ao observar o outro que estava presente no dia a dia da cidade, Stefania Bril compreendia que a(o) profissional da imagem devia demonstrar um interesse pela vida e que soubesse transmitir esse olhar através da fotografia (BRIL, 1978).

Dessa forma, a última fotografia analisada faz parte da série “Paisagem urbana construção/desconstrução”, e mostra a relação e a convivência dos habitantes com uma moradia que possivelmente estava sendo demolida.

Fotografia 8: Demolição, Série Paisagem Urbana Construção/Desconstrução, Avenida João Dias, São Paulo, 1971



Fotógrafa: Stefania Bril/Acervo IMS

As intervenções urbanas presentes no dia a dia das cidades estão refletidas nesta fotografia apresentada. O plano médio nos permite visualizar máquinas de construção, assim como um prédio parcialmente demolido. Noto que, aparentemente, há pessoas ainda morando na edificação, pois há roupas expostas nos varais e os possíveis moradores aparentam estar observando o que está acontecendo no seu lar.

A fotografia foi obtida no ângulo *contre-plongée*, então Stefania Bril estava no andar térreo no momento do *click*. Compreendo que a fotógrafa quis demonstrar a presença das pessoas em um momento de transformação urbanística, pois ela protagoniza os indivíduos presentes na imagem – os possíveis moradores do prédio, assim como, o funcionário que está em uma das máquinas, em posição de descanso.

Logo, a fotógrafa marcou as permanências, as pessoas presentes na edificação, mesmo em meio a demolição e reformas. Em São Paulo, a década de 1960 e a posterior foram marcadas por transformações urbanísticas e os habitantes da cidade, especialmente os de classe mais baixa, foram excluídos das intervenções urbanas (RIBEIRO; PONTUAL, 2009). Além disso, compreendo que a fotógrafa quis evidenciar que as intervenções dependem das articulações com toda a trama urbana, inclusive dos habitantes dessas urbes.

O fascínio que Stefania Bril tinha por retratar o cotidiano, a sua entrega ao outro, se refletia nas imagens que produzia. Assim, nas próprias palavras da profissional, era “uma fotógrafa de calçada” (BRIL, 1987, p. 10). Além disso, priorizava transmitir por meio das fotografias, as emoções e refletir o seu olhar perante a vida.

As emoções referem-se, também, às transformações daqueles e daquelas que passam pelo processo de mudança. Nas palavras de Didi-Huberman (2016, p. 38), “[...]Transformar-se é passar de um estado a outro [...] Inclusive, é por meio das emoções que podemos, eventualmente,

transformar nosso mundo, desde que, é claro, elas mesmas se transformem em pensamentos e ações”. Ainda, o autor também acredita que “[...] as emoções têm um poder – ou são um poder – de transformação. Transformação da memória em desejo, do passado em futuro, ou então da tristeza em alegria”(DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 44).

Assim, é possível estabelecer relações entre o ser fotógrafa imigrante – o retratar o outro, ser uma profissional de calçada –, isto é, que buscava, no dia a dia, formas de interagir e registrar aquela(aquele) habitante da urbe paulistana e interior, com questões identitárias. Compreendo que todos os caminhos de Stefania Bril – desde os trânsitos dentro da Europa para fugir do avanço do antissemitismo e da Segunda Guerra Mundial até a sua chegada ao Brasil refletiram no seu ato de fotografar.

Ainda, esses caminhos ajudaram a construir os elementos identitários da fotógrafa, uma vez que, como Homi Bhabha (2005) acredita, a identidade é um espaço aberto de identificação e de contradição, tendo relação com o outro. Logo, no seu caminhar, encontrou outras(outros) personagens de São Paulo e interior que também mereciam um registro e olhar. Dessa forma, evidenciou os diversos tipos de moradoras(moradores), mas, claro, levando em consideração o seu olhar voltado para o humor, ironia e contradições que fizeram parte das suas características como fotógrafa.

Considerações Finais

O artigo teve como objetivo identificar como Stefania Bril registrou visualmente as(os) frequentadoras(es) da cidade de São Paulo e interior, na década de 1970. Logo, mesmo em meio a Ditadura Civil-Militar, período marcado por conflitos, supressão dos direitos humanos e violações, Stefania Bril registrou um outro lado das(dos) ocupantes das urbes de Campos do Jordão e São Paulo.

Por meio das três séries que apresentei, “Gente”, “Descanso” e “Paisagem urbana construção/desconstrução”, podemos visualizar que o olhar de Stefania Bril para o outro, no caso, os ocupantes das urbes paulistanas na década de 1970, era voltado para a diversidade – corpos femininos, masculinos, idosos, mais jovens, brancos e negros ocuparam seus registros fotográficos. Além disso, a fotógrafa tinha interesse pelas pessoas, fato justificado, por exemplo, na primeira série (Gente), em que as legendas das imagens eram os nomes das(dos) retratadas(os).

Também, Stefania Bril tinha interesse pelo cidadão comum, isto é, era uma “fotógrafa de calçada”, tinha curiosidade pelo trabalhador que ocupava o dia a dia das urbes, que podia estar descansando entre uma tarefa e outra. Ainda, ela não ignorou a miséria, desordem, excesso de jornadas trabalhistas e as transformações urbanas em curso, que tendiam a ignorar os lugares e pessoas mais periféricos.

A fotógrafa retratou as(os) ocupantes das urbes de Campos do Jordão e de São Paulo com o seu olhar singular: irônico e brincalhão, mas levando em consideração as realidades que estavam inseridas(os). Entendo que as pluralidades dos seus registros deve-se, em muito, ao fato de ser uma fotógrafa migrante.

Logo, seus processos de migrar e suas identidades, visto que passou de química a fotógrafa, por exemplo, ajudou a construir uma visualidade para o outro, em cenários distintos e singulares como no dia a dia de Campos do Jordão e de São Paulo. Assim, Stefania Bril, uma fotógrafa imigrante, construiu narrativas visuais das pessoas que ocupavam as urbes paulistas, na década de 1970, de forma heterogênea, olhando para os ocupantes das urbes elencadas de forma singular e propondo novos olhares e construções imagéticas sobre o outro.

Referências

- BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BRIL, Stefania. Focalizando fotógrafas. *In: Encontro Fotográfico de Campos de Jordão*, 1., 1978, Campos do Jordão, SP, 19 jun. 1978.
- BRIL, Stefania. **Notas**. São Paulo: Prêmio Editorial/Kodak Brasileira. Prefácio de Pietro Maria Bardi, Introdução de Sergio Oyama, 1987.
- COELHO, Maria Beatriz. O campo da fotografia profissional no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 79-99, jun. 2006.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34, 2016.
- EDWARDS, Brent Hayes. Os usos da diáspora. Tradução de D'Artghan Rodrigues e Marcos Bagno. **Revista Translatio** – Tradução e Diásporas Negras, Porto Alegre, n. 13, p. 40-71, jun. 2017.
- HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In: SOVIK, Liv (org.). Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALLAL, Maria Clara Lysakowski. Fechar os olhos para ver: discursos fotográficos de Stefânia Bril sobre a cidade de São Paulo (1970). *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS*, 15., 2020, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020.
- IBRAHIM, Carla Jacques. **As retratistas de uma época**: fotografias de São Paulo na primeira metade do século XX. 200. 168f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP, 2005.

MENDES, Ricardo. Stefania Bril: crítica e ação cultural em fotografia nas décadas de 1970 e 1980. *In: Seminário Internacional Histórias da Fotografia*, 1., 2017, São Paulo – MAC-USP, ago. 2017.

MONTEIRO, Charles; ETCHEVERRY, Carolina. Fotografia e cultura visual nas ditaduras latino-americanas (1960-1980). **Diálogos**, Maringá, v. 23, n. 3, p. 196-215, 2019.

PROENÇA, Caio. Os “índios molhados” de Nair Benedicto: fotografia documental. **Sillogés**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 605-630, jul./dez. 2020.

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Arquitextos**, ano 10, v. 109, n. 7, 2 jun. 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio. *In: SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIDERI, Eleni. The Diaspora of the term Diaspora: a working-paper of a definition. **Transtext(e)s Transcultures Journal of Global Culture Studies**, n. 4, p. 32-47, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/transtexts/247>. Acesso em: 5 jun. 2020.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, jun. 2008.

ZERWES, Erika. A fotografia humanista e a construção de uma historiografia sobre a fotografia latino-americana. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 2, p. 314-327, 7 abr. 2016.

Migrações e gênero: Teoria Crítica e Reconstrução Normativa como Método de análise

Lara A. Sosa Márquez¹

O presente capítulo busca analisar as migrações internacionais contemporâneas a partir de uma ótica teórico-crítica e de gênero. A Organização Internacional para as Migrações, em 2019, constatou que a população migrante mundial compreende cerca de 272 milhões de pessoas, e deste total, 47,9% são mulheres. Todavia, percebe-se que a quantidade de pesquisas sobre o tema nas Ciências Sociais e Aplicadas ainda é sutil, nos alertando para a necessidade de aprofundarmos os estudos no assunto. Portanto, por meio da metodologia da reconstrução normativa este estudo busca aprofundar o conhecimento sobre as características das migrações femininas, principalmente as marcas que as condicionantes de gênero deixam no processo de saída, trajeto e chegada ao destino. A escolha teórica se dá pela oportunidade que a Teoria Crítica traz de, ao tensionar o “mundo da vida”, buscando explorar as potencialidades ético-normativas que o contexto atual propicia, promover uma reinterpretação teórica do fenômeno, com lentes que elucidem particularidades e potencialidades do objeto discutido, expondo formas teórico-práticas de alcançarmos um mundo mais justo.

¹ Doutoranda e Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Introdução

Desde os anos 1960, a presença de mulheres varia entre 47%~49% no total da migração internacional mundial. Marinucci, em artigo publicado em 2007, questionou “estamos olhando para um fenômeno novo ou antigo?”. Tal pergunta espanta quando observamos o cenário atual, já que, em 2002, a migração feminina representava 47,5% do total, que eram 150 milhões de pessoas, e em 2020, esta representação era de 47,9% do total de 272 milhões de pessoas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2019).

É possível observar a presença constante das mulheres nos fluxos migratórios, com aumentos proporcionais ao número total. Se olharmos para a história, nos surpreendemos ainda mais, ao notar que elas sempre estiveram ali, desde a época da construção do império europeu, o sequestro de africanos para a Europa e América, até a presença atual na economia do cuidado em países que estão envelhecendo (DONATO; GABACCI, 2016; CERRUTTI, 2020). Todavia, a escassez de estudos que tratem o tema com recorte próprio, persiste.

O esforço deste artigo orbita em realizar uma discussão migratória focada em uma abordagem teórico-crítica e feminista do fenômeno. Este debate é um dos pilares principais da tese em desenvolvimento da autora, que é mulher, pesquisadora e feminista, portanto muitas das angústias e dúvidas de percurso nasceram a partir de uma autoanálise de trajetória, tanto dela quanto de familiares, amigas e entrevistadas ao longo dos anos.

Destarte, salientamos que optamos pela utilização mais frequente do termo “generificação” da migração no lugar de feminização. A justificativa se dá porque, além de não haver uma consolidação conceitual no campo, pois o uso do termo varia – enquanto alguns autores e autoras utilizam feminização, outros e outras optam por generificação –; entendemos que, conceitual, o uso do termo gênero é mais inclusivo do que as noções que

feminino ou feminização podem remeter. Como procuramos falar sobre todas e todes as pessoas migrantes que se identificam com o gênero feminino, independente de serem mulheres cis ou não, acreditamos que o termo se mostra como uma melhor escolha. Sendo assim, nosso estudo engloba todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino, independente do sexo biológico ou do grau de feminilidade performado.

O que se objetiva alcançar com as ideias aqui expostas, que ainda estão em fase embrionária, é uma interpretação teórica de migrações internacionais que não apenas reconheçam a migração de mulheres, mas as legitimem e deem o espaço que merecem dentro das produções científicas, dos espaços públicos de disputa de poder e na formulação de políticas públicas e de integração social.

Busca-se fazer uma arguição focada na migração generificada, com o intuito de compreender para além de teorias clássicas calcadas em preceitos econômicos, mas abrangendo as particularidades sociológicas deste fenômeno. Para realizar tal feito, a proposta inclui o desenvolvimento de uma análise teórica focada nas mulheres e nas complexidades individuais e de trajetória enfrentada por elas. Tal argumentação é feita por meio da Teoria Crítica, utilizando noções de cidadania e de como podemos chegar a reivindicar esse *status* (por meio de noções como reconhecimento e ressonância), utilizando a metodologia da reconstrução normativa.

Procurando compreender a dinâmica de integração e relação entre mulheres migrantes e sociedade de destino a partir de conceitos que incumbem a necessidade de políticas públicas que considerem as mulheres migrantes como sujeitos ativos, queremos não apenas considerar suas contribuições socioeconômicas e políticas, mas confirmar que a subalterna pode e deve falar – na linha do proposto por Spivack – e que, como pesquisadoras, sejamos uma ferramenta de construção desse meio de

campo que canaliza a voz até que possamos quebrar com essa estrutura que ainda nos coloca em diferentes posições de poder, de acordo com nossa classe, raça, gênero e nacionalidade.

Assim, na seção um será possível analisar a migração generificada num marco temporal, acrescentando discussões e nuances próprias da trajetória enfrentada por essas mulheres, enquanto na seção dois, após uma breve revisão das teorias migratórias mais popularmente usadas, nos propomos a apresentar uma ideia do potencial transformador que a teoria crítica e feminista pode trazer, não só para a análise deste fenômeno para o campo das Relações Internacionais e Ciências Sociais, mas de mudanças práticas na vida destas colegas de trajeto e movimento humano e transnacional.

Migração e Gênero: Recorte, Dados e Nuances

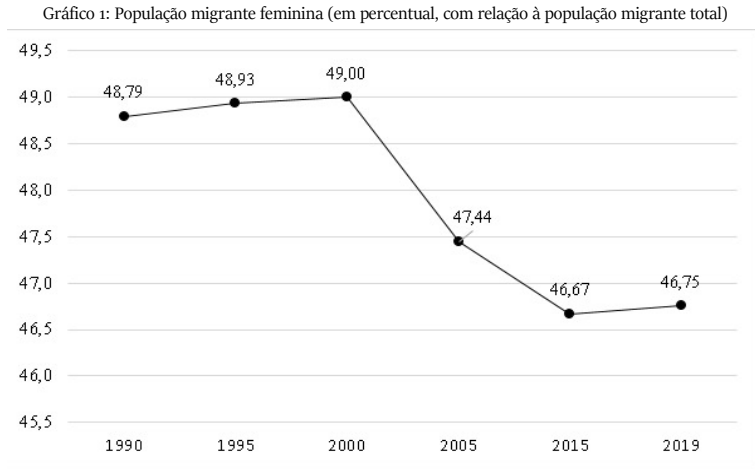
Globalmente, a migração de mulheres demonstra um fluxo contínuo, com uma variação de 49% nos anos 1990 para 47% em 2017, ou seja, as mulheres migrantes representam quase a metade do total de migrantes internacionais mundiais. Há uma variação considerável, todavia, quando se analisa a migração por regiões. Estudos apontam (RUBIANO-MATULEVICH; BEEGLE, 2018) que houve aumento da presença de migrantes mulheres em todas as regiões do mundo, desde 1990, menos na Ásia Oriental e no Pacífico, onde ocorreu um decréscimo de 48,6% em 1990 para 41,7% em 2017.

Na Europa e Ásia Central houve um crescimento leve, de 52% para 52,4%, bem como na Ásia Meridional, de 46,7% para 48,3% no mesmo período. A suposição para as ondas de crescimento e diminuição está atrelada à demanda de trabalhadores migrantes em setores tradicionalmente dominados por homens, afetando a composição de gênero em relação ao emprego. Existe também uma relação de migração

combinada com o nível de ingresso dos países. No período analisado, foi possível notar que países de ingresso alto tiveram uma queda de 49,1% para 43,2%, enquanto países de ingresso médio passaram por um decréscimo de 48,5% para 45,6% e nos de ingresso baixo ocorreu um aumento de 49,2% para 50,2% (RUBIANO-MATULEVICH; BEEGLE, 2018).

Apesar da presença histórica e constante das mulheres nos fluxos migratórios, não existe uma padronização dos dados que nos permita acompanhar com atenção e cuidado essas variações. Grande parte dos relatórios das agências internacionais traz dados sobre a temática a partir da década de 1960, havendo atualizações em 1990 e uma maior constância informacional nos anos 2000. As discussões acadêmicas sobre o tema iniciaram nos anos 1970, mas não causaram uma mudança significativa na forma como se pensava o tema (BOYD; GRIECO, 2003); em 1984, Mirjana Morokvasic fortaleceu a discussão com seu famoso texto *“Birds of Passage are also Women”*, mas os entraves de pensar a migração generificada com suas características próprias é algo que persiste até hoje.

Outro entrave é a diferença nas bases de dados. Informações gráficas produzidas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), ou agências vinculadas, produzem um tipo de informação que pode diferir de outras bases de dados, como pode ser constatado neste gráfico (de elaboração da autora) produzido a partir de dados do Banco Mundial – com margem de erro de 0,5% para os dados da OIM.



Fonte: elaboração da autora, a partir dos dados do Banco Mundial. Ressalta-se que a base de dados não possui informações anteriores aos anos 1990 referente ao tópico.

A crítica pela escassez ou falta de confiança nos dados se dá pela dificuldade que tal questão gera, não só para a convalidação das informações, mas também para a efetivação de políticas públicas e agendas internacionais que abranjam de maneira adequada as dimensões e necessidades impostas pela migração generificada.

Além disso, Donato e Gabaccia (2016) apontam essa falta de dados como uma falha da comunidade acadêmica em não perceber um aumento substancial da migração internacional feminina. Isso demonstra que as mulheres sempre migraram, muitas vezes em grandes fluxos, mas não foram vistas pelos(as) estudiosos(as). Entender a migração feminina passa, também, pela compreensão das causas e consequências dessa migração e da diferença da desigualdade de gênero nesta.

As mulheres historicamente fazem parte dos fluxos mundiais de migração e da construção dos diversos processos globalizadores que conhecemos, elas estiveram presentes na construção do império europeu, bem como no tráfico de escravos. Sua presença varia consideravelmente por região de destino e, embora o sequestro de homens africanos que

foram escravizados foi maior, é possível constatar a presença das mulheres nessas embarcações, inclusive uma queda de 70,4% em 1546 para 6% em 1548 da presença delas nas embarcações escravagistas (DONATO; GABACCIA, 2016).

Donato e Gabaccia (2016) descrevem que, durante o século XIX e início do século XX, a migração internacional era marcada por colonizadores ou trabalhadores assalariados. Portanto, eram homens que migravam primeiro para se estabelecer no país de destino e posteriormente eram acompanhados por suas esposas e famílias – já nesta fase era possível ver um equilíbrio migratório de gênero. O período de 1840 a 1924 foi marcado por grandes ondas de migração laboral globais, procurando principalmente homens para colaborar na reconstrução da Europa pós-Primeira Guerra Mundial, cenário que se repetiu na Segunda Guerra Mundial. A necessidade de migrantes que ocupassem trabalhos e ofícios tradicionalmente destinados para homens levou a uma queda do equilíbrio, mas elas se mantiveram presentes.

A década de 1920 trouxe uma maior regulação para a migração internacional. Dentro destes novos corpos regulatórios estava o controle da entrada exclusiva de homens para certas vagas de emprego e a flexibilização da reunificação das famílias. Isso possibilitou uma maior paridade migratória por gênero (DONATO; GABACCIA, 2016).

A partir desses apontamentos, percebe-se que a feminização das migrações não é um desenvolvimento recente e que está historicamente relacionada à reunificação familiar. A OIM (2009, p. 61) compreende este movimento de reunificação (ou reagrupamento) familiar como um “processo pelo qual os membros da família, já separados através da migração forçada ou voluntária, são reunidos num país diferente do país de origem. Este processo implica um certo poder discricionário do Estado relativamente à admissão.”

É necessário diferenciar o movimento de reagrupamento familiar – que geralmente implica na mudança da mulher e filhos(as) para se estabelecer em outro país com o marido, que migrou primeiro – da migração feminina individual ou com seus – como chefe de família. É nesta discussão que buscamos nos aprofundar e brindar novas perspectivas de análise.

Analizamos que à mulher migrante foi relegado um papel secundário nos processos migratórios. Ela figura como esposa, mãe, filha, irmã, porém ela não é vista como sujeito autônomo, emancipado e livre, capaz (e com direito) de fazer suas próprias escolhas e que possui sua individualidade e necessidades próprias. Podemos dizer que o papel tradicional da mulher em sociedades patriarcais foi transnacionalizado e essa hipótese é reforçada quando notamos que as contribuições socioeconômicas e experiências únicas das mulheres migrantes são ignoradas, baseando-se na conjectura da dominação masculina nos padrões de migração.

Tal argumento também é validado pela marginalização que foi dada a esta abordagem tanto pela academia quanto por governos e agências internacionais. Estes não demonstram esforços coordenados e direcionados para a compilação e análise de dados, padronização de relatórios e espaços (intelectuais e políticos) para acolher estas trajetórias próprias. Essa inércia ou dispersão de foco fortalece as estruturas de poder dominantes na sociedade, reforçando a desigualdade e discriminação por gênero.

Nesse sentido, desdobra-se outra problemática relacionada ao custo da migração para as mulheres. Por um lado, relatórios recentes da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres (2014; 2015), Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais – em inglês, *United Nations Department of Economic and Social Affairs* (UN

Desa) –, Assembleia Geral (2019) e Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013) sinalizam para a importância das mulheres no rol de desenvolvimento sustentável das sociedades e dos países. Alguns deles (UN Desa, 2005; ONU Mulheres, 2015; OIT, 2013) tratam especificamente sobre o efeito da migração nas mulheres, sobre como esse percurso e a trajetória antes do atravessamento têm efeitos profundos nessas mulheres e nas sociedades das quais elas partem, bem como no seu destino. Fica claro, a partir das discussões sobre migração, que as mulheres colaboram para o aquecimento do mercado interno dos países, o envio constante de remessas em dinheiro e recursos para o país de origem colabora indiretamente, ao aumentar a renda disponível das famílias que se traduz em consumo e investimento, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, ou seja, a força de trabalho e a economia dos Estados têm um efeito positivo causado pela mão de obra de mulheres migrantes.

Por outro lado, as migrantes sofrem com o acesso limitado a serviços de saúde e educação. Além de longas jornadas de trabalho atreladas à falta de leis trabalhistas que as protejam – e as dignifiquem, principalmente na área do trabalho doméstico –, como o isolamento físico (pela distância e/ou demora em se reunificar com a família) e social (criado pelas diferenças culturais e barreira linguística). Ainda, estas mulheres passam, em muitas situações, por exaustivas jornadas de trabalho, sem direitos garantidos, com horas extras não remuneradas na casa de seus empregadores, com desvio e abuso de funções, situações que podem acarretar doenças físicas e emocionais, manifestadas na exaustão física, mental e piora da sua saúde mental (SIANTZ, 2013; FRASER, 2018). De acordo com a ONU Mulheres (2015, p. 4, tradução nossa):

durante a jornada, mulheres podem enfrentar custos financeiros, emocionais, físicos e psicológicos da migração. Na verdade, a migração pode ser um processo caro para as mulheres, que podem incorrer em altos níveis de

endividamento por causa das altas taxas de recrutamento, custos de viagem e vida associados à migração.

Alguns desses custos, que podem ser chamados de impactos, são visualizados nos relatórios emitidos pelo *Inter-agency Coordination Group Against Trafficking in Persons* (ICAT, 2018). O estudo aponta para um uso criminoso da tecnologia, pela qual os traficantes estão conseguindo cooptar pessoas em todos os estágios do crime, desde o recrutamento, controle até a exploração de vítimas. Por meio da *dark web*, perpetradores criam perfis falsos em aplicativos de rede social e recrutam vítimas e, por meio do uso da criptografia, conseguem conduzir transações financeiras e outros movimentos criminosos de forma anônima e não rastreável. Essa interação também facilita o direcionamento de vítimas potenciais, principalmente com crianças e mulheres jovens, que facilmente podem estabelecer relações de confiança e serem levadas a situações de exploração².

Essa proteção de dados facilita as transações e expande o mercado de tráfico internacional de pessoas. Os dados (ICAT, 2018) apontam que, em 2018, mulheres e meninas representavam 94% das vítimas globais de tráfico com fins de exploração sexual. Os criminosos se aproveitam, ainda, das grandes plataformas *online*, pelas quais podem não apenas divulgar o “serviço”, como também controlar e coagir as mulheres, por meio de serviços de *Global Positioning System* (GPS) ou câmeras de vigilância que as controlem e usar serviços de *live-streaming* para alcançar uma fatia maior desse mercado, na qual circulam “consumidores” que não poderiam estar tendo contato direto com as vítimas, mas podem fazê-lo de forma *online*.

² Dados do ICAT (2019) informam que o *National Center for Missing and Exploited Children* dos Estados Unidos reportou um aumento de 846% de casos de suspeita de tráfico sexual infantil, no período de 2010 a 2015, apontando uma correlação direta com o uso da Internet para vender crianças por sexo.

Esse mal uso da tecnologia e o aumento vertiginoso do tráfico internacional de mulheres é facilitado por fatores como a ausência de um quadro jurídico que forneça ferramentas necessárias para conduzir processos de combate a essas atividades de forma efetiva e bem sucedida, a disponibilidade e preparação limitada aos profissionais de combate ao tráfico, bem como a falta de capacidade e experiência da aplicação das leis, por diversos fatores, como a natureza transnacional e complexa do tráfico internacional de pessoas, e fraca cooperação – e falta de interesse público – entre as instituições nacionais, internacionais, setores privados com relação ao combate (ICAT, 2018, p. 2).

Traficantes exploram as vulnerabilidades das mulheres, principalmente as que estão em situação de pobreza, violência doméstica, falta de oportunidades e apoio, dependência química, *status* migratório, entre outros (ICAT, 2018, p. 3). É comumente apontada a ação dos coiotes, em fronteiras, para facilitar o tráfico internacional de mulheres (LOTFI; DUARTE, 2020), a internet surge como uma ferramenta facilitadora da identificação e vítimas potenciais, mas é importante ressaltarmos o fato de que mulheres que estão buscando migrar, bem como as que migraram mas não conseguiram regularizar sua situação migratória, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade psicossocial tão grande que facilmente são feitas vítimas desse tipo de prática.

Além disso, a OIM (2018) aponta que, no período de 2002 a 2006, a maior parte das vítimas entrou no processo do tráfico internacional de pessoas por meio da migração econômica. Os impactos sentidos por vítimas de tráfico internacional são diversos. Além do trauma do que passaram, o medo de serem coagidas ou terem material pornográfico vazado na internet são constantes (ICAT, 2018).

Nessa discussão de custos da migração, é importante trazer o estigma que as mulheres enfrentam quando retornam à casa, sendo vítimas de

tráfico internacional ou não. As dificuldades de reintegração na sociedade e área de trabalho são diversas, quebrar a barreira que muitas vezes é construída pela família que não aceita essa decisão “fora do normal” é dolorosa. Ademais, muitas mulheres sofrem pelo processo de *transational mothering* (ONU MULHERES, 2015), que consiste na criação dos filhos à distância. Aqui não existe apenas o impacto da rejeição por parte de muitos membros da comunidade, dado o “abandono” do lar e dos filhos(as), mas também a possibilidade de a migração ter refletido negativamente no desenvolvimento de crianças, tanto em termos de saúde física e mental – pois muitos pais não assumem o rol da “mãe” de levar ao médico, zelar e cuidar – quanto em questões emocionais e até mesmo de assiduidade escolar, uma vez que estudos apontam para uma maior evasão escolar de filhos de mães migrantes (SIANTZ, 2013; ONU MULHERES, 2015).

Esse cenário piora para as mulheres migrantes laborais, que normalmente são destinadas para a área do cuidado. A OIM (2018) apontou que, em 2015, dos 258 milhões de migrantes internacionais, 48,8% eram mulheres, e desse total de migrantes mundiais, 105,3 milhões eram migrantes laborais. Portanto, essa segmentação do mercado de trabalho, no qual as mulheres migrantes são contratadas em ocupações “tradicionalmente femininas”, como enfermeiras, secretárias, cuidadoras, no ramo do vestuário etc., as coloca em uma posição de disparidade salarial com os homens migrantes, que normalmente estão concentrados em ocupações nas quais recebem salários melhores. Portanto, essas condicionantes de gênero, que estavam no país de saída, são espelhadas no país de destino, como no caso do espelhamento da desigualdade de ganhos.

Mulheres migrantes laborais se submetem a trabalhos em empregos que são socialmente invisibilizados e desvalorizados, muitas vezes informais e não regulamentados, reforçando o estereótipo do

entrelaçamento entre o gênero feminino e o trabalho doméstico e de cuidado. Estando em uma situação de grande vulnerabilidade, reforçam-se as estruturas de poder sociais, pelas quais as mulheres podem ficar submetidas a relacionamentos abusivos por não ter condições financeiras suficientes para a própria manutenção e enviarem dinheiro para a família, ou em situações de exploração laboral, abuso sexual e psicológico por parte de empregadores que as ameaçam com cortes de salários ou denúncias por sua condição irregular – e, neste caso, destaca-se a vulnerabilidade das mulheres migrantes laborais em contrair doenças sexualmente transmissíveis por meio do abuso (SIANTZ, 2013). Elas não possuem a proteção do Estado – porque elas não estão documentadas, portanto “não existem” – e precisam dos recursos para ajudar as famílias na origem.

Numa espécie de reféns, essas mulheres muitas vezes acabam por procurar parceiros em *sites* de relacionamento, buscando ampliar seu guarda-chuva sobre cidadania e ficarem protegidas (PARREÑAS, 2015). A contrapartida desse argumento é que muitas dessas mulheres perdem sua autonomia quando se casam, mas acabam entrando em relacionamentos com relações de poder desiguais, nos quais elas não podem trabalhar ou sair de casa sozinhas, ou seja, adquirem a cidadania formal, mas perdem sua autonomia para tal.

A ONU em suas agências deixa clara a importância das mulheres para o desenvolvimento sustentável, discute-se sobre a necessidade de protegermos as mulheres migrantes, existe o alerta quanto aos perigos que a informalidade e irregularidade documental traz para as mulheres, sobre a importância de existirem ferramentas de acolhida e proteção. Mas como funciona, na prática, o processo de cidadanização dessas mulheres? Para além do importante debate de Marshall (1967) sobre direitos e deveres correlatos, onde entram as expectativas das mulheres migrantes? De que forma analisamos a qualidade da inclusão social delas na sociedade

de destino? A quais custos elas devem se expor – muitas vezes, colocando suas próprias vidas em risco – para terem o direito de acessar uma vida digna?

Devemos reconhecer que as mulheres migrantes possuem trajetórias únicas, com determinantes próprios e que precisam ser analisadas de forma distinta ao padrão geral da migração masculina. Buscando analisar teoricamente a migração generificada, seus impactos e as noções de qualidade de cidadania e integração social, discutiremos, na seção seguinte, abordagens teórico-críticas e feministas de analisar o fenômeno, procurando destacar o impacto positivo, de relevância e transformação social das mulheres nas sociedades.

Estudos Migratórios e Teoria: Breve Revisão das Principais Teorias Utilizadas pelo Campo

Até o século XX, a Sociologia predominantemente viu a migração como um fator secundário. Entendido como consequência do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e mobilidade populacional – internamente, principalmente, pelo êxodo rural para áreas urbanizadas. A centralidade do tema surge no século XX, com fluxos migratórios expressivos da Europa para os Estados Unidos – como consequência dos resultados da I Guerra Mundial e da instabilidade da região, bem como do crescimento econômico exponencial dos Estados Unidos.

A partir dos anos 1990, é possível ver uma mudança de foco. As escolas começam a discutir a estratificação social e a divisão do trabalho nos países desenvolvidos. Aqui as mulheres e outras minorias passam a entrar na análise, a partir do ponto da discussão da alocação destes grupos em mercados secundários de trabalho e o tensionamento com os trabalhadores e trabalhadoras nativos que são protegidos por sindicatos e gozam de todos os direitos previstos pelo guarda-chuva normativo da

cidadania e dos direitos trabalhistas. Autoras como Gabaccia (1992) foram precursoras nessa discussão, apontando a abordagem econômica dos processos migratórios – algo que é possível de ver até hoje. Assim, as análises passam a ser macrosociológicas, passam a apurar-se mais dados quantitativos do que qualitativos (SASAKI; ASSIS, 2000; SINKE, 2006).

Existem outros tipos de abordagens teóricas para as migrações, como as históricas (SINKE, 2006), mas damos um enfoque ao que é conhecido como “Economia da Migração”. Isto se dá por uma escolha de adequação ao tema principal deste trabalho e à predominância das análises econômicas nos processos migratórios. As principais linhas são a teoria de *push and pull*, as análises neoclássicas e as de sistema-mundo.

O geógrafo inglês Ernest George Ravenstein consagrou-se como o primeiro (e talvez único) autor clássico sobre o tema, ao elaborar as “Leis das Migrações” (publicadas em 1876, 1885 e 1889), versando sobre quais seriam os conjuntos e princípios referentes à migração. As “leis de Ravenstein” ficaram notoriamente conhecidas como a teoria de *push and pull*. Em suma, o autor defende que o mundo é dividido por fronteiras nacionais e a migração é um acontecimento entre atores políticos. O caráter de atração *versus* repulsão se dá pelos fatores que “empurram” a pessoa migrante – pobreza, medo, doenças, fome, desemprego – e os que “puxam” – segurança, oportunidades, estabilidade, liberdade etc. – e essas características, inclusive, estendem-se aos países que enviam, bem como aos que recebem (NOLASCO, 2006).

A teoria neoclássica foi fundada por Everett Lee, em 1966. Herdando as análises de Ravenstein, Lee apresenta uma formulação de interpretação: para além dos fatores de atração e repulsão, ele inclui que existe um conjunto de fatores (“fatores intervenientes”) que impelem ou previnem fluxos migratórios – estes podem ser vistos na forma de leis, fronteiras, custos, barreiras linguísticas e outras questões individuais.

Lee interpreta as migrações a partir de uma visão da economia política que supõe que todos os indivíduos possuem as características do racionalismo, individualismo e liberalismo. Esta tríade seria o que leva os indivíduos a tomarem uma decisão racional e livre, na qual eles “optam”, entre distintas alternativas, por aquela na qual consigam os melhores resultados com os menores custos. Os fatores intervenientes estariam localizados na “passagem” da origem para o destino e, nesse “cálculo”, as pessoas migrantes terão, no curto prazo, custos maiores que lucros, mas, num tempo mais dilatado, supõe-se que os ganhos superarão os custos. Nessa relação de leitura como decisão microindividual, existe uma interpretação macro da teoria econômica neoclássica.

Segundo essa ótica, as migrações ocorrem por diferenças de pagamento salarial entre os países e, diferente dos processos de *push and pull*, os trabalhadores e as trabalhadoras se deslocam de países buscando uma melhor relação salário/trabalho. Assim, nos países de origem reduz-se os custos com trabalho e os salários aumentam, enquanto nos países de destino ocorre o contrário. A partir de um cenário de pleno emprego, essa perspectiva macroeconômica neoclássica vislumbra que “neste processo de transação de trabalhadores um mecanismo tendente ao equilíbrio internacional de salários e trabalho, que quando atingido a migração cessará” (NOLASCO, 2006, p. 25).

Já a teoria do sistema-mundo, conceituada por Immanuel Wallerstein (1974), aponta o mundo como um único sistema capitalista, no qual todos os espaços estão interligados de forma política, econômica e cultural. O autor refere uma imagem tripartida do mundo, desenhada como centro à semiperiferia e à periferia, e nesta perspectiva, a migração internacional seria uma consequência natural da formação e desenvolvimento mundial do mercado capitalista. Assim, os fluxos de movimento internacional de pessoas são resultado da variável necessidade de força de trabalho que a

economia capitalista possui no seu processo de acumulação, e da ação dos trabalhadores(as) em busca de emprego ou de melhores condições laborais e salariais.

Aqui, Wallerstein desenvolve as noções de dependência que existem entre os países, independente do seu grau de desenvolvimento. Notadamente marcado por grandes assimetrias de poder político, militar, econômico, de desenvolvimento social, investimentos e outros, o centro seria o grande *hub*, enquanto a periferia, com escassez de poder, pouco desenvolvimento e sistemas político-econômicos fragilizados, funcionaria como o emissor de pessoas migrantes. Neste cenário, a semiperiferia funciona como um corredor, ou “atenuador de tensões”, entre esses dois lados, já que o poder do centro se sobrepõe sobre a periferia (NOLASCO, 2006).

Haas (2014) comenta que existe um abandono da teorização em detrimento de uma inundação cada vez maior de trabalhos empíricos. Postulamos, também, que há uma adoção mais comum e corriqueira de abordagens teóricas tradicionais pois, como apontado pelo autor anteriormente citado, a migração é um fenômeno diverso, complexo, heterogêneo e multifacetado.

Esta breve revisão das teorias mais populares utilizadas pelos estudos migratórios servem para que nossa proposta seja apresentada com esse pano de fundo, mostrando quais são os potenciais diferenciais teóricos que buscamos brindar. Enquanto as teorias supracitadas estão focadas no “cálculo” que as pessoas migrantes fazem antes de tomar a decisão de sair, nossa escolha se dá pelo que passa nas entrelinhas desse processo, mas que nos parece a maior riqueza teórica: as trajetórias individuais e o caráter multifacetado de escolher migrar.

Teoria Crítica e Reconstrução Normativa como Metodologia de Análise para o Campo

Pensando em metodologias utilizadas em Sociologia, é comum ver uma oscilação que varia entre a esfera dos campos qualitativo e quantitativo, numa espécie de competição por qual dessas ferramentas de análise pode nos trazer resultados mais apurados e adequados à realidade. Visto como a perspectiva da ciência, o método quanti foca-se no uso da estatística para balizar os estudos, enquanto o quali, apontado como a perspectiva da interpretação, procura esclarecer, por meio da lógica dos processos e estruturas sociais, o fenômeno analisado e suas dimensões, a partir de casos particulares (ALONSO, 2016).

Nos últimos anos, contudo, abriu-se espaço para a colaboração, deixando a rivalidade de lado, e permitindo que os e as cientistas sociais utilizem ambos os métodos de análise para realizar estudos no campo. Como ambas as abordagens possuem diferentes ferramentas, é possível adotar sistemas que se complementem. No caso dos estudos migratórios, existem vantagens em utilizar, do campo quantitativo, a amostragem e os questionários *online* que, uma vez padronizados estatisticamente, nos ajudam a ter uma dimensão gráfica, percentual e tabelada do fenômeno. Do campo qualitativo, podemos adotar os estudos de interações cotidianas, como observação participante, entrevistas e grupos focais, ou estudos de experiências e/ou processos, que trabalham com narrativas biográficas, biografias e análise de trajetória.

As teorias tradicionalmente utilizadas e comentadas na segunda seção deste artigo usaram diversos métodos, complementares ou não, para realizar suas análises e apontamentos. Não pontuamos que eles estejam equivocados ou que não devam ser mais utilizados, mas defendemos o argumento de que uma reinterpretção teórica é necessária e, mais do que isso, possível.

Dessa forma, buscando trazer um contraponto teoricamente coerente e cientificamente válido, que renove o que até agora foi proposto, baseamo-nos na Teoria Crítica e no princípio da metodologia da Reconstrução Normativa para colocar lentes diferentes ao analisar o fenômeno da migração internacional generificada.

Honneth (2003, p. 92, tradução nossa) aponta que a Teoria Crítica, buscando reconsiderar os objetivos normativos do presente, “deve estar orientada para o fenômeno social cujo nome já indica uma ruptura com o passado”. Sendo assim, o autor aponta que os novos movimentos sociais já não são apenas baseados no desencadeamento de descontentamentos com o sistema capitalista ou apontamentos de desconformidade laboral – que seriam características tradicionais de movimentos sociais –, mais do que isso, esses novos movimentos estão mais orientados às políticas de identidade, muito em vista do multiculturalismo e da globalização, lutando cada vez mais por suas convicções axiológicas coletivas. Parte-se do princípio que os problemas tradicionais das sociedades capitalistas persistem, ainda operam como pano de fundo, mas foram superados por novos objetivos político-morais que apenas os próprios novos movimentos sociais poderão nos informar, e à Teoria Crítica cabe a função de ouvir e orientar-se de acordo com essas novas palavras, termos e descrições de lutas.

Retrospectivamente, a dialética da pesquisa e teoria, formulada por Horkheimer, foi o postulado teórico que teve maior influência sobre a Teoria Crítica. O filósofo alemão buscava, construindo uma crítica ao fracasso do projeto científico sob a manutenção do capitalismo – que contribui para a perpetuação de injustiças sociais e dificulta as transformações sociais –, propor, por meio do seu programa de pesquisa dialética, e a partir do esclarecimento do que é um sujeito cognoscente e o que é objeto de estudo, superar o positivismo empírico, ligando a pesquisa,

a teoria e a transformação social. Para o autor, o objetivo da pesquisa científica é construir uma pesquisa concreta e isso se daria pelo constante tensionamento entre o quadro teórico com práticas reais, levando a uma constante adequação e redefinição da construção teórica, em detrimento das configurações concretas do objeto. Assim,

A pesquisa é guiada por preconcepções teóricas que são esclarecidas à luz de seus interesses de conhecimento e objetivos emancipatórios. Nesse sentido, Horkheimer concebeu um entrelaçamento da teoria filosófica com a prática científica especializada: em primeiro lugar, a teoria deve manter informadas as investigações empíricas em seu programa de pesquisa e quadro de questionamento; a ligação com a pesquisa social oferece uma base crítica para sua construção em função da mudança de processos empíricos. Em segundo, a teoria é constantemente questionada pelo processo investigativo, de modo a oferecer, progressivamente, uma síntese teórica que esteja em contato com as evoluções sociais contemporâneas eficientes. Por fim, a teoria proporciona uma estrutura reflexiva para a abordagem empírica sem permitir a segmentação do fenômeno social. [...] **O materialismo dialético de Horkheimer pretende ir além do sentido tradicional da metafísica, substituindo o ponto de vista especulativo desta pela prática científica investigativa autorreflexiva** – sem, no entanto, se dissolver em propósitos científicos. (VOIROL, 2012, p. 97-98) [grifou-se]

Para Horkheimer, no entanto, essa dialética deve permanecer aberta. Por seu caráter incompleto e inacabado, considerando que a realidade se modifica “sob os movimentos da práxis, a qual não pode ser inteiramente apreendida por nenhum conceito teórico” (VOIROL, 2012, p. 99), não faria sentido ser um conceito fechado. Seguindo uma ideia de “humildade do conhecimento”, a dialética aberta propõe-se a estar em constante diálogo e modificação com o objeto, permitindo ser afetada por aquilo que é postulado pelo sujeito cognoscente e não determinada por um arcabouço teórico duro.

Outro ponto importante de influência para o desenvolvimento da Teoria Crítica – e crucial para compreender a proposta do artigo – foi a publicação do livro “Conhecimento e interesse” (1968) por Jürgen Habermas. Nesta obra, o autor lança uma nova relação entre filosofia e pesquisa-científica, brindando uma nova alternativa teórica, baseada em três princípios constitutivos do conhecimento: empírico-analítico, hermenêutico-histórico e crítico-emancipatório – atemo-nos às discussões deste último, pois é o mais relevante para a discussão da reconstrução normativa. A partir das reconstruções que partem do interesse crítico-emancipatório do conhecimento, Habermas apresenta uma reflexão não-transcendental, que busca diferenciar “reconstrução” de “reflexão”, pois o primeiro refere-se a um sujeito empírico anônimo atuante, não a um sujeito abstrato transcendental (VOIROL, 2012). Para Habermas,

A reconstrução surge como um método que busca revelar estruturas profundas vistas como precondições de práticas (linguísticas) de atores sociais. Ela assinala um conjunto de regras fundamentais que são consideradas como condições primárias de ações racionais (sentenças linguísticas). [...] Um sujeito que age (usuário da linguagem) pode ser capaz de desenvolver argumentos coerentes num discurso sem conhecer as regras que ele necessariamente segue quando realiza atos: ele sabe ‘como’ realizar ações sem conhecer as precondições que possibilitam essas ações. As estruturas profundas devem ser descobertas para que se possam expor essas precondições relacionadas a um conhecimento do qual os sujeitos agentes não estão reflexivamente cientes. Em outras palavras, **a reconstrução racional explicita um conhecimento implícito e transforma o ‘saber como’ em um ‘saber que’.**” (VOIROL, 2012, p. 93-94) [grifou-se]

Podemos apontar que a primeira vez que a reconstrução foi citada em Teoria Crítica foi nesse intento habermasiano, que a tratava como “racional”. Neste sentido, seria algo discutido naquilo que o teórico alemão considera “mundo da vida”, por meio de discussões daquilo que afeta a

vida de todos e todas, na esfera pública. Para ele, a partir do momento em que notamos que os conhecimentos e competências que os sujeitos agentes utilizam, mas não refletem sistematicamente sobre, é necessário utilizar métodos específicos – que diferem do senso comum – para acessar essa informação que é replicada, mas não refletida. Habermas propõe que tal processo seja feito por meio da reconstrução racional, que ocorre quando refletimos de forma sistemática acerca de regras tácitas e o conhecimento presente na nossa prática cotidiana, sem antes tê-lo pensado (VOIROL, 2012).

A reconstrução tem um objetivo muito claro, o de articular métodos descritivos, interpretativos e explicativos num mesmo quadro teórico (VOIROL, 2012), ou seja, esta metodologia não se afasta das práticas mais tradicionais da Sociologia ou Ciências Sociais, pois podem – e devem – ser utilizadas de forma conjunta. Aqui propomos dar um passo a mais nas análises teóricas de migração e, como postulado por Horkheimer (1937), pensar e utilizar a Teoria para além de uma “nova” abordagem teórica, mas como uma “atitude política”. Neste sentido, fundamentamos o uso da reconstrução “normativa”, como proposta por Axel Honneth (2014).

Honneth (2014) aponta que para fazermos a crítica, precisamos questionar de onde ou a partir de quem/qual instituição vieram os conhecimentos tácitos e práticas cotidianas que temos. Para o autor, a resposta pode ser encontrada se nos voltarmos às instituições – as quais constituímos, colaboramos para os seus postulados e encaramos como “norma”. Sendo assim, a reconstrução normativa seria, grosso modo, perguntar qual tarefa demos às instituições, quais conceitos – para o autor, valores normativos – escolhemos em algum momento da história e que estão corporificados e canalizados por meio destas. Trata-se de “normativa” porque foi nesses aparatos institucionais que fixamos os critérios do que é certo ou errado, aceito ou rejeitado, bom ou ruim; não

se trata de uma discussão de verdade absoluta, mas sim do que foi acordado socialmente em algum momento da história da vida humana.

Assim, guiando-nos pelos princípios propostos por Horkheimer, da Teoria Crítica como atitude política, e dos estabelecidos por Honneth, de resgatar metodologicamente o que foi discutido e acordado para chegarmos até aqui, pode-se analisar a generificação da migração sem tentar fazer o fenômeno encaixar em um arcabouço teórico ou reduzindo-o a generalidades pressupostas por uma racionalidade econômico-liberal. O maior objetivo da reconstrução normativa é o de encontrar caminhos para a emancipação dos sujeitos. Aqui, emancipação trata-se da construção de um projeto de vida individual, livre e autônomo, com a redução constante e gradual das desigualdades e injustiças sociais que pesam sobre os grupos subalternos e marginalizados, neste caso, pessoas migrantes do gênero feminino.

Conceitos Teórico-Críticos Feministas Utilizados para a Análise

Quando observamos a migração para além de um pensamento calcado em análises econômicas e de finanças pessoais, é possível notar que todo o fenômeno é perpassado pela questão da cidadania. Essa discussão engloba, para além do tabelamento proposto por Marshall (1967), uma relação correlata de direitos e deveres, questões de xenofobia, patriotismo, acesso a direitos, (ir)regularidade, desigualdade, machismo e, o que nos parece mais destacável, a noção de pertencimento.

Percebemos, por meio da revisão das teorias, que a análise sobre tudo aquilo que engloba e forma um indivíduo como o que ele é, com identidade, expectativas, vontades e frustrações, fica olvidado pelas teorias aqui postas como tradicionais. Nosso intuito com a teoria crítica é quebrar esse paradigma e acrescentar às análises teóricas as nuances humanas e particulares que englobam esse fenômeno, não apenas para caracterizá-lo

mais sobre aquilo que ele é, um fenômeno humano, mas também para melhorar um fator crucial, frequentemente esquecido nas discussões acadêmicas, que é a qualidade da integração desses novos e novas habitantes às sociedades de destino.

Nesse sentido, evocamos uma vez mais Fraser e a potencialidade da teorização feminista teórico-crítica em relações internacionais, para apontar que “necessitamos de estruturas teóricas que nos permitam projetar esperanças utópicas, imaginar alternativas emancipatórias e infundir todo o nosso trabalho com uma crítica normativa da dominação e da injustiça” (FRASER, 2018, p. 237).

Nancy Fraser (2018, p. 235) fez uma proposta de abordagem teórica que se caracterizava por ser “impura, eclética e neopragmática [...] abrangendo a variação total dos processos pelos quais os significados socioculturais de gênero são construídos e contestados”, porque isso nos permitiria maximizar “nossa habilidade de contestar a atual hegemonia de gênero e de construir uma contra-hegemonia feminista”. A justificativa e urgência para tal abordagem, segundo a autora, se dá pelo fato de que o gênero está espalhado por todas as esferas de sociabilização e sociabilidade humana.

Poder de gênero atravessa domicílios, redes de parentesco e a totalidade de instituições que formam a sociedade civil. [...] Luta de gênero se espalha pela vida cotidiana [...] Infunde identidades pessoais e identidades coletivas, afinidades sociais e antagonismos sociais e bom senso mais ou menos partilhado (FRASER, 2018, p. 236).

A variedade de eixos estratificantes e de poder que cruzam e atravessam os espaços e arenas, que são carregados de hierarquia e luta de gênero, que requerem a teorização, complicam o projeto feminista (FRASER, 2018). Esse projeto está assentado na esperança de

compreender contra o que lutamos e, para isso, necessitamos de uma abordagem teórica que seja, como apontado por Fraser (2018, p. 236), “sutil e poderosa”. A autora afirma que “precisamos de estruturas que sejam sensíveis à especificidade, mas que ainda assim nos permitam alcançar objetos muito grandes de investigação, tais como a economia global” e aqui acrescento as migrações internacionais generificadas.

Como forma de colaborar com a proposta de desenvolvimento de uma teoria crítica feminista eclética e neopragmática, buscamos contribuir com uma visão teórica do fenômeno ancorada nos princípios da Teoria do Reconhecimento (HONNETH, 2009) em intersecção com as análises propostas em Ressonância (ROSA, 2019). O intuito, junto com discussões, é repensar as categorias de análise tradicionalmente utilizadas em estudos migratórios, que frequentemente ignoram o fator do gênero.

Mas para concluir tal feito, precisamos primeiramente retomar Marshall (1967). Em sua obra, o autor aponta que “ser cidadão” ou “cidadã” não é só cumprir com esse *checklist* de direitos e obrigações correlatas – votar, pagar impostos etc. –, mas que se uma pessoa que adentra a uma comunidade e é por ela acolhida, à ela deveria ser outorgado o *status* de cidadania. Afinal, a cidadania é isso mesmo: um *status*, uma classificação político-social que nos coloca em um espectro mais favorável de pertencimento social – se visto pela lógica daquilo que podemos aproveitar do Estado, cumprindo com nossas funções cidadãs. Entretanto, como proposto por Llovera (2011), a cidadania também pode operar como uma ferramenta de exclusão, já que não fazer parte gera uma punição – por exemplo, no Brasil, muitas pessoas migrantes não podem prestar concursos ou ser beneficiárias do ProUni, por não terem a cidadania brasileira, apesar de gozarem da permanência.

Mas como reivindicar uma condição de cidadania, que pode – ou não – nos permitir fazer parte, integrar uma comunidade de fato? Honneth

(2009) vai apontar que, para tal feito, é necessário primeiramente nos “reconhecemos” como sujeitos dignos de direito. Tal percepção vai ocorrer por meio da análise de três esferas: a dimensão emotiva (confiança em si mesmo, ideais, necessários para seus projetos de autorrealização), a jurídico-moral (reconhecimento do sujeito como autônomo e moralmente imputável, desenvolvendo o autorrespeito) e o da estima social (os projetos podem se tornar objeto de respeito solidário). Apenas quando essas três dimensões, que são interligadas, estão ressonando uma com a outra, a pessoa é capaz de vislumbrar-se como um sujeito de direitos, com legitimidade para reivindicar o seu espaço no mundo, enxergando-se de forma autônoma e emancipada, como dono ou dona do seu próprio destino – o que aqui entendemos por cidadania plena e efetiva. É assim, também, que se origina a gramática dos conflitos sociais, por meio da qual os movimentos sociais se fortalecem e eclodem, tensionando contra a estrutura opressora do Estado.

A análise da noção de autonomia parte do princípio de quebrar com a noção de que ser autônomo(a) está relacionado com não depender de outros coletivos ou grupos sociais (HONNETH; ANDERSON, 2011), pensando na categoria de ressonância (ROSA, 2019) para refletir sobre a qualidade da relação das mulheres migrantes nas sociedades de destino.

Hartmut Rosa (2019) aponta que não apenas é necessário reconhecer-se, mas que também é essencial analisarmos como estamos encaixados nas sociedades. Não cabe neste artigo estendermo-nos muito acerca das complexas discussões teóricas desenvolvidas pelos autores, mas, como forma de simplificar o debate, podemos apontar que a teoria de Rosa busca analisar, para além do reconhecimento, como as pessoas (no nosso caso, as migrantes) afetam e são afetadas pelo ambiente no qual estão envolvidas. Esta proposta versa sobre a noção de efetivamente fazer parte de um grupo social, poder existir com as nossas simplicidades e

complexidades e transformar o meio no qual estamos, bem como seremos transformados por aqueles e aquelas que nos cercam.

Denotamos que estas categorias de análise colaboraram com uma abordagem teórica distinta das tradicionais, focada na pessoa migrante e na qualidade de integração que está tendo, buscando compreender mais sobre as questões sociológicas e individuais da migração, que são aquelas que acompanham os(as) migrantes durante todo esse processo – vinda, chegada e estadia, embasada na metodologia de reconstrução normativa que, como apontado por Caux (2011), nos dá a possibilidade de desvelar instâncias de eticidade já existentes (pelos fatos) e criticá-las à luz dos valores incorporados no tempo vigente, criando a capacidade ontológica de interpretar a realidade existente em termos de potenciais práticos.

Assim, como apontado por Fraser (2018), acreditamos que análises que englobem a noção de autonomia da mulher migrante, suas motivações e expectativas e o que lhe atrapalha no processo de inserção devem ser estudadas com mais afinco e atenção. E pensando na máxima de Spivack (2010), “pode o subalterno falar?”, defendemos que estes trabalhos devem ser construídos não apenas por meio da ótica da própria autora, mas canalizando, de forma escrita, a experiência e o olhar das próprias mulheres migrantes.

Foi assim que pudemos notar, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas de forma *online*, que algumas migrantes africanas sofrem o choque de serem reduzidas a mulheres negras e que fogem da fome e da guerra no continente de origem, e migrantes venezuelanas são reduzidas a discussões sobre política no seu país de origem. Além disso, identificamos que muitas mulheres já têm grandes noções de autonomia ao migrar, quebrando o paradigma de “seguir o marido”, como em migrações femininas de décadas atrás. Mulheres têm migrado porque querem se profissionalizar no exterior, encontrar um

novo emprego e novas condições de futuro para si e sua família, mas não englobando apenas noções de melhoria de vida financeira, e sim atingir patamares de liberdade que muitas vezes não possuem no seu país – como utilizar a vestimenta que querem, maquiagem etc.

Como Nancy Fraser (2009) aponta, por mais que avanços tenham ocorrido no campo dos direitos das mulheres e, mais importante, no “acesso” aos direitos por parte das mulheres, existe uma infinidade (os 99%) de mulheres que continuam em trabalhos altamente precários, em situações de abuso psicológico, físico e sexual, tanto pelos seus parceiros e seus chefes – e muitas vezes são “chefes mulheres” que não remuneram de maneira adequada, destratam e cometem diversos crimes de preconceito, racismo e xenofobia com empregadas migrantes. Nesse sentido, precisamos colocar mais esforços em compreender quais são as dificuldades que essas migrantes enfrentam, tanto no processo de inserção e integração social quanto acerca dos direitos trabalhistas e civis que podem estar sendo desrespeitados.

Em um mundo com população cada vez mais idosa, especialmente no Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), temos um fluxo migratório mais elevado de mulheres para essas regiões, buscando trabalhar na economia do cuidado. Mas, frequentemente, tais mulheres têm jornada tripla: dois empregos e sua própria casa e filhos. Assim, é necessário pensar no abandono, solidão e isolamento que essas mulheres sofrem.

Siantz (2013) aponta que mulheres migrantes sofrem mais com depressão dado o isolamento político-social e econômico, os casos mais graves continuam sendo o de mulheres negras e asiáticas, que, em razão do preconceito, são excluídas e vítimas de racismo e/ou xenofobia com frequência. Versar sobre categorias de análise que trabalhem a autopercepção das mulheres migrantes é uma forma de empoderamento autônomo. Essas mulheres migraram por decisão própria, em sua

maioria, buscando conquistar sonhos e ideais que são particulares e que devem ser respeitados.

Outro contraponto que se faz às teorias tradicionais são as noções de *bonding* e de *bridging*. Apontar que pessoas migram simplesmente por um cálculo, que tem por trás toda uma noção financeira, anula uma parte visceral para compreender-se o agir humano: a necessidade de estabelecer relações (*bonding*) e de criar pontes para relações futuras (*bridging*). Porém, analisando pela perspectiva de Harmut Rosa de ressonância social, poderemos compreender de forma mais adequada não só como essa dinâmica se dá, mas como podemos nos portar como Estado e sociedade para colaborar em práticas que sejam saudáveis para a inserção com qualidade delas e deles em nossas sociedades.

Por fim, gostaríamos de destacar o potencial transformador de sociedades intrínseco à mulher migrante, seja no seu microcosmo individual ou reflexos macro que são sentidos em comunidades. Pensando em agência, notamos que existem três divisões: a) agência econômica: os dados constataam que mulheres enviam remessas e recursos para auxiliar sua família no país de origem de forma mais acentuada do que homens – apesar de estarem majoritariamente empregadas em trabalhos que paguem menos. Essa ação colabora na migração de outras pessoas de sua rede familiar de amigos que almejem sair do país, impactando na noção de autonomia e no projeto de vida de outras pessoas, gerando uma emancipação em efeito cascata – emancipação aqui é vista como o potencial emancipatório de criar seu próprio projeto de vida; b) agência estrutural: a mudança de papel de provedor homem para provedor mulher impacta nas estruturas sociais, pelas quais as mulheres podem passar a ser mais respeitadas como indivíduos próprios e autônomos, tendo mais ingerência sobre as decisões da família e a mudança de figura dos papéis sociais; e c) agência coletiva: refere-se ao aprendizado e

ressignificação que muitas dessas mulheres passam a ter de si mesmas, a noção de mudança de projeto de vida, o contato com pautas mais progressistas que podem – e em muitos casos são – levadas para seus países de origem, disseminando e reforçando a importância do acesso aos direitos, igualdade de gênero e oportunidade para mulheres.

Fica claro como mulheres migrantes têm um potencial transformador destacável e necessário, principalmente em conjunturas como as atuais, na qual movimentos feministas interseccionais como o de Fraser, Arruzza, Bhattacharya, Davis e Ngozi lutam para fortalecer a autonomia de mulheres, jovens e crianças no intuito de quebrarmos cada vez mais os padrões de gêneros patriarcais e culturalmente impostos a nós, que frequentemente minam nossa autonomia e autenticidade, reduzindo-nos a papéis secundários, em todos os espaços por onde rondamos.

Destaco, por fim, a fala de encerramento da ex-Presidenta Dilma Rousseff em curso proporcionado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) nos meses de maio, junho e julho de 2021, quando a mandatária apontou que devemos sempre lembrar que todos os espaços são espaços de poder e que nós, mulheres, frequentemente somos vítimas de misoginia por estarmos disputando esse espaço com homens – sejam nossos colegas, chefes, migrantes etc. A narrativa masculina e das dores e dificuldades sofridas pelo homem ainda é dominante nos círculos de estudos teóricos sobre migrações e relações internacionais, mas, como apontado por Dilma Rousseff, a cada vez que somos oprimidas e tentam nos forçar a diminuir por “este não ser um lugar de mulher”, aponto que devemos nos fortalecer e unir como mulheres, colegas, migrantes e fazer frente a este tensionamento que, com luta, iremos vencer.

Considerações Finais

Este artigo se propôs a discutir, ainda que de forma breve, sobre a generificação da migração, por meio de um aporte teórico-crítico, explicando a utilização da metodologia da reconstrução normativa, buscando fortalecer o uso de um arcabouço teórico-metodológico contrastante aos tradicionais. Pensar sobre migração é um exercício desconfortável, pois dada a dimensão e sua heterogeneidade, não temos uma única resposta para os questionamentos levantados. Porém, evidencia-se cada vez mais a urgência em falar sobre o tema, dado o crescimento constante da população migrante mundial, com destaque especial para a migração generificada, que compõe quase a metade do total.

Por meio da constatação de que quase 50% das pessoas migrantes mundiais são pessoas que se identificam com o gênero feminino – e que tal presença é histórica, apenas foi apagada –, o uso da reconstrução normativa, aliado a outras metodologias como entrevista e estatística, bem como a adequação de noções conceituais de teoria crítica (como cidadania, emancipação e autonomia), mostram-se com grande potencial teórico-prático para colaborar na visibilização dessas mulheres e na construção de políticas públicas que não sejam apenas desenhadas “para” elas, mas construídas “com” elas.

As mulheres migrantes são transformadoras. Como foi possível ver, a agência delas espraia-se em multicosmos e colabora na emancipação e autonomia de outras mulheres, modifica padrões sociais e fortalece a luta antipatriarcal, mostrando que suas (e nossas) trajetórias como migrantes devem ter seu próprio recorte e análise individual, além da constatação de serem fortes agentes de mudança. Não buscamos postular o abandono das teorias tradicionais ou esgotar a discussão, nem fechá-la ao que foi aqui proposto – afinal, iria contra o princípio teórico-crítico da dialética aberta

e do questionamento aos valores normativos –, mas sim, propomos debater sobre novas possibilidades que podem funcionar na complementariedade dos estudos e, mais ainda, ter um impacto positivo e prático na vida dessas mulheres, no sentido de emancipatório e de maior justiça social.

Esta proposta teórica ainda está sendo construída e faz parte da tese de doutoramento da autora, que é mulher, migrante e pesquisadora, então aqui foram abordados questões e desenvolvimentos teóricos, mas também existe uma carga do que ela própria sentiu e sofreu, não apenas em sua própria trajetória, mas também acompanhando e observando trajetórias de familiares, amigas e entrevistadas. O intuito deste trabalho é poder trazer inspiração para que pensemos teoria migratória fora da caixa, que incluamos o que se perdeu nas últimas décadas de teorização: o fator humano. Esta é a maior riqueza dos fenômenos que temos a oportunidade de trabalhar, a voz e a história de tantas mulheres incríveis, que fizeram travessias das mais diversas, por diferentes motivos e com expectativas distintas, mas todas em busca do que nos fortalece como humanidade: a autonomia de perseguir seus próprios objetivos – e, em muitos casos, o permitir-se *ser* a partir da noção do amor-próprio, quebrando paradigmas estruturantes de sociedades patriarcais. O potencial desta utopia não pode ser desconsiderado apenas por ser particular e talvez inalcançável de modo coletivo, pelo contrário, deve ser valorizado e categorizado como fator que possui uma capacidade teórica e pessoal de transformação social e estreitamento de laços globalizantes.

Referências

- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. *In*: ALONSO, Angela. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um Manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Estudio mundial sobre el papel de la mujer en el desarrollo**. Informe del Secretario General. 17 jun. 2019. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/74/111>. Acesso em: 6 jan. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Gender Indicators**. Data Bank – Gender Statistics. Disponível em: https://databank.worldbank.org/id/2ddc971b?Code=SG.POP.MIGR.FE.ZS&report_name=Gender_Indicators_Report&populartype=series. Acesso em: 29 jan. 2021.

BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas**: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Unesp, 2018.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: incorporating gender into International Migration Theory. **The Online Journal of the Migration Policy Institute**. March 1, 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 24 dez. 2020.

CAUX, Luiz Philippe de. A reconstrução normativa como método em Honneth. **Revista Peri**, Florianópolis, SC, v. 7, n. 2, p. 83-98, 2015.

CERRUTI, Marcela. “5 rasgos destacados de la migración intra-regional en América del Sur”. **Portal de Datos Mundiales sobre la Migración (GMDAC): una perspectiva global. Estadísticas de la inmigración y emigración**, Berlim, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://migrationdataportal.org/es/blog/5-rasgos-destacados-de-la-migracion-intra-regional-en-america-del-sur>. Acesso em: 1 maio 2021.

DONATO, Katharine M.; GABACCIA, Donna. The Global Feminization of Migration: past, present and future. **The Online Journal of the Migration Policy Institute**, [s.l.], v. 1, 1 jun. 2016. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/global-feminization-migration-past-present-and-future>. Acesso em: 5 nov. 2020.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009

HAAS, Hein de. Migration Theory: *Quo Vadis?* **International Migration Institute**, Oxford, n. 100, nov. 2014. Disponível em: <https://www.imi.ox.ac.uk/publications/wp-100-14>. Acesso em: 30 maio 2020.

HONNETH, Axel. **El derecho de la libertad**: esbozo de una eticidad democrática. Serie Ensayos. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, v. 17, p. 81-112, 2011.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117-154.

Inter-Agency Coordination Group Against Trafficking in Persons (ICAT). Human trafficking and technology: trends, challenges and opportunities. **Relatório da Secretaria-Geral**, Nova Iorque, NY, n. 7, 2018. Disponível em: https://icat.un.org/sites/icat/files/human_trafficking_and_technology_trends_challenges_and_opportunities_web.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

LLOVERA, María Dolores Vargas. Ciudadanía e inmigración: la nueva frontera entre la pertenencia y exclusión. **Revista LiminaR: Estudios Sociales Y Humanísticos**, México, v. 9, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/liminar/v9n1/v9n1a5.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

LOTFI, Tatiana Ferreira; DUARTE, Carolina Bessa. Migração feminina e vulnerabilidades: a violência de gênero nas três etapas do processo migratório. **Fronteiras em Movimento: gênero e migrações**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 7-12, dez. 2020.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration? **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women. **The International Migration Review**, Winter, v. 18, n. 4, Special Issue: Women in Migration, p. 886-907, 1984.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais**: conceitos, tipologia e teorias. Centro de Estudos Sociais (CES). Oficina do CES n. 434. Portugal: Universidade de Coimbra, mar. 2016. Disponível em: https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

ONU MULHERES. Women migrant worker's contributions to development. **Policy Brief**, n. 2. Relatório da Secretária Geral, 2015. Disponível em: <https://www.unwomen.org//media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2017/policy-brief-women-migrant-workers-contributions-to-development-en.pdf?la=en&vs=5117>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Domestic workers across the world**: global and regional statistics and the extent of legal protection. Genebra, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_173363.pdf. Acesso: em 10 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Informe sobre las migraciones en el mundo 2020**. Genebra, 2019. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_es.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

ROSA, Hartmut. **Resonance**: a sociology of our relationship to the world. Cambridge, UK: Polity Press, 2019.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. **Servants of globalizaion**: migration and domestic work. 2. ed. Estados Unidos: Stanford University Press, 2015.

RAKOTONARIVO, Andonirina. Who are the women on the move? A portrait of female migrant workers. **Organização Internacional do Trabalho**, [s.l.], 18 dez. 2020. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/who-are-the-women-on-the-move-a-portrait-of-female-migrant-workers/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. In: ENCONTRO DA ABEP, 12., 2020, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, out. 2000. Disponível em: https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 2 dez. 2020.

SIANTZ, Mary Lou de Leon. Feminization of migration: a global health challenge. **SagePub Journals**, [s.l.s.n.], 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.7453/gahmj.2013.065>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SINKE, Suzanne M. Gender and Migration: historical perspectives. **Center for Migration Studies of New York**, Estados Unidos, v. 40, n. 1, p. 92-103, 2006. Disponível em: <https://www.webdepot.umontreal.ca/Usagers/ramirez/MonDepotPublic/HST%206651%20Sinke%20j.1747-7379.2006.00004.x.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SPIVACK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UN DESA). **Third coordination meeting on international migration**. Population Division. Nova York, 2005. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/events/coordination/4/docs/Report_Third_CoordinationMeeting.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UN DESA). **International Migration 2019**. Population Division. Nova York, 2019. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/>

publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

VOIROL, Olivier. Teoria Crítica e Pesquisa Social: da dialética à reconstrução. Dossiê Teoria Crítica. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 93, jul. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/7NdMkRSDNSmp4zQg6CFHHJC/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2021.

O estereótipo dos imigrantes na revista “Jornal das Moças”: A Piada como um Meio Educador (1949-1950)

*Augusta Schutz*¹

Durante todos esses anos de imigração contínua para o Brasil, muitos dos imigrantes passaram (e passam) por situações de xenofobia e preconceito por imigrarem de outros países com culturas, religiões e valores diferentes do povo brasileiro. O “Jornal das Moças”, além de ser dedicado às mulheres do lar e ter caráter “educativo” para a convivência na sociedade, expressa preconceitos em diferentes aspectos, e com os imigrantes não foi diferente.

Compreendendo a Revista “Jornal das Moças”

Desde iniciada a pesquisa com a fonte primária “Jornal das Moças”, muitos artigos chamaram a atenção. O Jornal carrega, desde sua criação, um histórico não muito agradável para nós, mulheres do século XXI. Sobre o contexto de circulação do “Jornal das Moças”, Almeida (2008, p. 120) pondera que o início da sua circulação foi no Rio de Janeiro, sob a predição da *Belle Époque*. A *Belle Époque* brasileira, segundo a autora, compreende o período entre o final da década de 1880 até meados dos anos 1920. A principal característica desta fase foi o crescente processo de modernização que os maiores centros urbanos brasileiros passaram, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo. O Rio de Janeiro era a cidade que

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

representava mais os ares de Paris, berço da *Belle Époque* europeia. Em relação à cultura e às relações sociais, Antunes (2008, p. 121) esclarece:

[...] os hábitos da população também sofreram mudanças advindas do frenesi que se insinuava no convívio no então Distrito Federal. Na nova sociedade em formação, a herança dos séculos anteriores se tornara ultrapassada e somente lhe era possível subsistir se renovada segundo as novas regras sociais. Esse clima perdurou até meados da década de 1920.

O contexto de circulação do “Jornal das Moças” não aconteceu somente na chamada *Belle Époque* brasileira, mas se estendeu por todo o conturbado período da ditadura Vargas, que se alongou de 1930 a 1945. Durante seu período de circulação, o País passou por diversas mudanças políticas e sociais, como o crescimento da indústria, devido à inclusão do Brasil no rol dos países produtores de aço; a cooptação dos movimentos sindicais; e o estabelecimento de ampla censura nos meios de comunicação por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Apesar das diversas mudanças e acontecimentos de diferentes ordens, o “Jornal das Moças” não se atinha a ocorrências do cotidiano sociopolítico brasileiro (ANTUNES, 2008, p. 122-124), contudo encontram-se fragmentos políticos e de ordem econômica em algumas publicações. O periódico “Jornal das Moças” era uma “revista semanal ilustrada”, que circulou entre 1914 e 1965, contabilizando 51 anos de edições e publicações, todas as quintas-feiras. Encaixava-se no estereótipo da revista feminina, que se ocupa de assuntos mundanos, domésticos e fúteis, e sugeria condutas femininas pautadas na imagem da mulher moderna de classes mais abastadas: a que se preocupa com seu lar, com a sua vida em sociedade e que não estende sua preocupação além dos cuidados com o marido, filhos, casa e com algumas festas religiosas ou

pagãs, como o mês de Maria ou com o Carnaval, por exemplo. Essas eram as civilidades insinuadas ou prescritas pela Revista.

Ao pesquisar se o “Jornal das Moças” já havia citado, em alguma de suas publicações, os imigrantes no Brasil, causou surpresa haver apenas oito notas sobre o assunto, a maioria publicada nos anos 1950, e poucas anteriores a esse período. Partindo dessa premissa, é possível confirmar que o “Jornal das Moças” foi um periódico educativo, e com isso, as informações, mesmo parecendo “jogadas” ou fazendo parte das piadas “inocentes”, tinham o objetivo de fazer as mulheres olharem o mundo ao seu redor de acordo com os próprios valores dos escritores do Jornal e tornarem a mentalidade das mulheres leitoras quase que homogênea de acordo com as normas sociais idealizadas no período. No século XX, a maior parte da organização familiar era baseada no patriarcado. Sendo assim, a sociedade (masculina) criou modelos estereotipados de comportamentos que, passados entre as gerações, estabeleceram então uma diferenciação, uma separação, de comportamentos específicos nas diferentes organizações sociais.

A ideologia dominante, que junto com a dominação de classes passava à dominação do sexo masculino sobre o feminino, vinha pela imprensa, pela escola, pela igreja, dissolvida nas instituições políticas e sociais. Na educação escolar os ideais de mulher submissa, obediente, recatada, prendada, certamente eram ensinados as jovens estudantes (LOURO, 2003, p. 30).

Sobre as mulheres no período dos anos dourados, Santos (2016, p. 51) descreve que, após a participação feminina nos esforços da Segunda Guerra Mundial, os discursos midiáticos no Brasil acompanharam as campanhas interacionais, promovendo o retorno da mulher aos afazeres domésticos como também ao matrimônio e à maternidade. Nos anos 1950 do século XX, o Brasil passava por um período de dualidade em respeito

ao papel feminino na sociedade. Por um lado, a tentativa de fazer com que as mulheres acompanhassem e se inserissem no processo de modernização e industrialização para conquistar seu lugar no espaço público, e por outro, a ideologia patriarcal que suplicava o retorno da mulher à vida doméstica e o papel do homem no comando do lar, que havia ficado abalado com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

O que era esperado para as mulheres era sua extrema dedicação ao matrimônio, a vocação para a maternidade e o cuidado do lar. O papel “da ‘rainha do lar’ considerado ideal era propagado pelos discursos familiares e revistas femininas como única alternativa para que a mulher atingisse sua felicidade natural” (SANTOS, 2016, p. 39). Os dois principais domínios que eram impostos pela sociedade eram: o matrimônio, direcionado especialmente à mulher, para a manutenção do bem-estar do casamento, esposas deveriam se dedicar a manter a união familiar e deixar o marido satisfeito; e a sexualidade, satisfazendo as expectativas sociais relativas ao destino da mulher, como a moralidade imposta pelo ideário social, pelo qual as mulheres eram persuadidas a restringir sua sexualidade.

Jornal das Moças faz questão de manter-se dentro dos ‘limites da moral e dos bons costumes’, estar sempre de acordo com ‘bom senso’, claramente a favor da ‘família estável’, considera que a prioridade da vida feminina deve ser o lar. A revista não faz distinções de classe, como se os modelos veiculados pairassem acima das diferenças sociais. Procura veicular valores morais conservadores e manter as relações de gênero nos moldes tradicionais; seu discurso é quase que homogêneo, não comportando grandes transformações no decorrer do tempo (BASSANEZI, 2005, p. 113).

As revistas deste período são uma importante fonte de informação e referência para as mulheres, principalmente as leitoras de classe média, já que a maioria era letrada. As revistas femininas transpassam o espaço

doméstico e procuram agir como guias de ação, conselheiras manipulativas, companheiras de lazer ou alienação. Na procura do ideal da felicidade conjugal, as páginas do “Jornal das Moças” (1945-1960) eram consultadas.

Sobre o período citado, Bassanezi (2005, p. 114) considera necessário lembrar que a sociedade brasileira vivia uma série de transformações proporcionadas, entre outros fatores, pelo desenvolvimento econômico, com um processo de crescimento urbano, desenvolvimento industrial e o aumento das possibilidades nos campos profissional e escolar, tanto da população geral quanto da feminina. A historiadora elucida sobre as distinções de gênero da época focada, pela qual os homens delegavam autoridade e poder sobre as mulheres e eram considerados “chefes da casa” no modelo dominante de família. As mulheres, por sua vez, eram definidas a partir dos papéis femininos tradicionais: “prioritariamente mães, donas de casa e esposas, vivendo em função do homem”. As características “próprias das mulheres” se englobavam no termo “feminilidade” (pureza, doçura, resignação, instinto materno etc.). A autora relata sobre as revistas:

As revistas defendem, neste aspecto da relação homem mulher, um claro sentido de desigualdade de gênero, admitem e reforçam uma hierarquia de poderes na sociedade conjugal onde o polo dominante é o masculino. Nas publicações dos anos 1950, esta posição é justificada comumente por referências às leis da natureza, mas também podem servir como argumentos as leis do Estado, o costume social, o ‘temperamento do homem brasileiro (ou latino)’ e as inalteráveis leis divinas, além de ideais cristalizados de ‘harmonia familiar’ (BASSANEZI, 2005, p. 118).

O periódico *Jornal das Moças* tinha como função penetrar no pensamento das mulheres leitoras, para assim, construir uma identidade única e aceitável em níveis patriarcais na sociedade.

Gênero

A revista “Jornal das Moças” era dedicada somente às mulheres. Assim, entende-se o que é gênero e o porquê da importância em trazer à luz a história das mulheres. Para abordar a história das mulheres, Michelle Perrot (2007) explica como foram vistas na historiografia: sobre as variadas formas de escrever sobre as mulheres até o momento em que realmente tem início a história das mulheres. Demonstra que, ao longo do tempo, as mulheres passaram a ser, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos de suas próprias experiências e relatos, o que proporcionou uma mudança radical na maneira em que se escreve sobre a história das mulheres.

A mulher, por muito tempo, foi silenciada e tida como invisível perante a historiografia. A sua atuação na sociedade era apenas no ambiente privado da família e do lar. Apesar de existir uma abundância de discursos sobre as mulheres, ainda se tornavam invisíveis pelo silêncio das fontes, como também pouco apareciam em locais públicos. Dessa forma, Perrot (2007, p. 17) explica que:

A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. [...] As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas.

Argumenta que os corpos femininos sempre foram subjugados, violentados e dominados das mais variadas formas. A autora aborda questões como a longevidade das mulheres como um evento recente, resultado não de fatores naturais, mas sim, de fatores sociais a que estão expostas; e a necessidade do silêncio em relação ao sangue menstrual, visto como um tabu associado à impureza, tornando-o um assunto

silenciado, relativo a uma mistura de pudor e vergonha. Outra questão que Perrot (2007) expõe é sobre a virgindade das mulheres, considerada o capital mais precioso que uma moça solteira poderia ter, e a todo o momento vigiado pela família e sociedade.

Contando com os estudos sobre diferenças entre os sexos e para a compreensão das diferenças entre os sexos e a dominação simbólica, Roger Chartier (1992) reflete sobre quais são os limites da validade e os critérios de pertinência da oposição entre feminino e masculino. Inicia examinando a relação das mulheres com a escrita, caracterizada no século XVII e XVIII (e talvez ainda no século XIX) como o recurso frequente ao anonimato ou ao pseudônimo que dissimula a identidade verdadeira do autor, como também a distância em relação à edição e destinação das obras a um público restrito, próximo, cúmplice. Em razão disso, pode-se concluir que estes traços singularizam uma escrita feminina contida e dominada, privada de propriedades que qualificavam a escrita masculina: a difusão impressa, o nome próprio, a busca de um público grande, anônimo e longínquo. Relata os exemplos práticos da diferença entre a mulher e o homem:

O risco de investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal está sempre presente. Conforme mostram os exemplos práticos de escrita supostamente 'própria' às mulheres, o essencial é deslocar a atenção, para apoiá-la nos usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos. Desta forma, não se contentar com um diagnóstico prematuro caracterizando uma especificidade a partir de uma diferença, mas definir a natureza e o assento desta diferença que, mesmo marcando a prática feminina, pode encontrar sua razão num código de comportamento partilhado pelos dois sexos (CHARTIER, 1992, p. 39).

O autor considera o objeto maior da história das mulheres o estudo dos discursos e das práticas, o manifesto em registros múltiplos que

garantem que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos, como, por exemplo: a divisão das atribuições e dos espaços públicos, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública, o que demonstra que as representações da inferioridade feminina são repetidas e mostradas, e se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros (CHARTIER, 1991, p. 40).

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica auxilia a compreender como a relação de dominação, que está presente em uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal.

O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como 'natural', portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções (CHARTIER, 1991, p. 42).

Acerca da definição de gênero de Joan Scott (1995, p. 86), ele “[...] é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Em outras palavras, é um saber sobre as diferenças sexuais. Além disso, considera gênero uma relação inseparável entre o poder e o saber, explicando que gênero estaria interligado a relações de poder, o que, para a historiadora, seria uma primeira forma de dar sentido a essas relações. As historiadoras feministas dos anos 1980 insistiam que o gênero também era fundamentado nas qualidades sociais de distinções baseadas no sexo, em vez de determinadas biologicamente. Para Scott (1995), há duas principais aplicações de gênero: primeiro “gênero” é sinônimo de “mulheres”, para aceitabilidade política desse campo de

pesquisa, o que demonstra uma vantagem em indicar que as informações sobre mulheres também são informações sobre os homens; e segundo, a rejeição sobre o determinismo biológico.

A autora procura as origens do patriarcado como, por exemplo, através da ideia de Catherine MacKinnon, a qual acredita que o patriarcado é baseado na objetificação sexual. Para a historiadora, o problema é que é baseado na diferença física entre mulheres e homens. Através da teoria marxista de gênero, Scott (1995) conecta o patriarcado ao capitalismo, relatando que o problema é que a economia ainda é o fator causal. E por fim, também traz explicações psicanalíticas para gênero: a Escola Anglo-Americana (Nancy Chodorow) acredita que a mente consciente e a experiência infantil são fundamentais; e a Escola Francesa (Jaques Lacan) considera a mente inconsciente e a comunicação simbólica aspectos fundamentais.

Periódicos e Leitura

Os periódicos são de extrema importância histórica, visto que é através deles que conseguimos nos transportar para uma época e entendermos todo o contexto da sociedade em determinado tempo e espaço. Luca (2008, p. 141) pondera “[...] a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente”, na medida que a subjetividade das fontes é valorizada. Além disso, Luca (2008, p. 140) explica sobre o valor histórico dos jornais e revistas:

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.

O cuidado sobre conteúdo e idealizadores no texto é essencial, bem como o aprofundamento metodológico apurado para compreender periódicos, sendo eles: objetividade e neutralidade do que é publicado em periódicos, prestando atenção ao público que é destinado, notícia e interpretação de acordo com o texto que aquele conteúdo foi produzido. Luca (2008, p. 140) entende que o historiador,

[...] de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

É importante que, num primeiro momento, não se tome como verdade absoluta aquilo que é apresentado pela fonte, o que acaba se tornando um desafio.

O historiador francês Roger Chartier também tem feito importantes contribuições à história do livro e práticas de leitura. Em “A ordem dos livros”, o autor explica que os livros são um suporte para o texto:

[...] manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que devem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro (CHARTIER, 1994, p. 17).

Com essa passagem, também é possível compreender sobre textos, práticas da escrita, livros e leitura. Para Chartier (1994, p. 18), os autores que produzem textos desejam que sejam lidos e assimilados conforme o sentido que os autores inicialmente prescreveram. Os impressores e editores realizam uma organização gráfica do texto, para que assim

transforme o livro, e os leitores estejam livres para ler como desejarem, transgredindo, buscando outros significados e reformulando. As práticas de escrita, edição e leitura possibilitam ao pesquisador de história uma completa visão do universo editorial. Para o autor, “não há texto fora do suporte que o dá a ler”, ou seja, não há compreensão de um texto “que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor”. Explica a distinção entre texto e livro como o ato de escrever e de produzir um livro. Além disso, também concorda que não existem textos abstratos, os textos sempre chegam aos leitores através de um suporte, podendo esses suportes serem os livros e os mais variados formatos. As obras, para Chartier (1994, p. 24), significam “investidas de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e motivos que lhes dão estrutura e as competências ou expectativas dos públicos que delas se apoderam”.

Também explica sobre os procedimentos da produção de textos, definindo que o mais importante são “as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção”. Em relação ao autor de texto, define que não pode ser aplicado a qualquer um que escreveu uma obra, mas sim, o autor distingue entre todos “escritores”, além de que para ser um autor é necessário muito mais do que fazer circular suas obras entre o público por meio da impressão.

A relação entre História e Literatura é igualmente necessária, e para Chartier (2002, p. 256), a materialidade do texto e a corporalidade do leitor devem ser compreendidas. Muitas vezes, consideram os textos como se existissem em si mesmos, independentemente das materialidades que são seus suportes e veículos. Explica que “contra essa abstração dos textos, deve-se lembrar de que as formas que os dão a ler, a ouvir ou a ver participam de uma construção de sua significação. O mesmo texto, fixo em

sua letra, não será o mesmo se mudam os dispositivos de sua inscrição ou de sua comunicação”. Seguindo, é preciso lembrar que a leitura também carrega uma história e uma sociologia, e os textos possuem significação que dependem das capacidades, dos códigos e das convenções de leitura próprios às distintas comunidades que constituem, na sincronia ou na diacronia, seus variados públicos (CHARTIER, 2002, p. 257).

Pierre Bourdieu (1983, p. 2) estabelece uma relação entre a alta costura e a cultura, e descreve a estrutura do campo de produção nos seguintes termos:

Chamo de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto. Neste campo particular que é o campo da alta costura, os dominantes são aqueles que detêm em maior grau o poder de constituir objetos raros pelo procedimento da ‘*griffe*’; aqueles cuja ‘*griffe*’ tem o maior preço.

Bourdieu (2003, p. 206-208, *apud* LALLEMENT, 2018) destacou na imprensa feminina os adjetivos que eram associados com mais frequência aos diferentes costureiros. Notou que de um lado se tem “luxuoso, exclusivo, prestigioso, tradicional, refinado, selecionado, equilibrado, durável”, e do outro, “super *chick*, *kitsch*, humorístico, simpático, engraçado, deslumbrante, livre, entusiástico, estruturado, funcional”. Dessa forma, relatou que a partir das posições que os diferentes agentes ou instituições ocupam na estrutura do campo – e que, neste caso, correspondem muito estritamente à sua antiguidade –, pode-se prever e, deste modo, compreender, suas tomadas de posição estéticas, pela forma como se exprimem nos adjetivos empregados para descrever seus produtos. Expressa que os que lutam pela dominação fazem com que o campo se transforme e se reestruture constantemente.

Troças e Traços

A seção que irei analisar é a nomeada de Troças e Traços a qual era constante e linear nas publicações do Jornal das Moças. Dependendo da época em que era publicada, situava-se nas páginas iniciais ou nas páginas finais da revista. Como apresentado em seu título, a seção reúne texto de cunho humorístico, piadas com o propósito de provocar descontração em seu público leitor. As piadas são um recurso utilizado na imprensa e retratam fatos cotidianos em que aqueles que as leem possam se ver inseridos naquelas breves histórias. Como explica Albuquerque (2016, p. 99):

Piadas se constituem em um denso *corpus* de análise, pois nelas é possível visualizar uma gama de discursos controversos, polêmicos e, a depender do viés em que estão inseridas, são baseadas e reforçadas com modelos, representações carregadas de preconceitos que estigmatizam sujeitos, determinados grupos sociais, no caso a mulher, inserida em um contexto marcado de dominação masculina e colocada como objeto risível de destaque, tendo em vista o amplo acesso e circulação da revista.

A revista Jornal das Moças tem como característica ser difusora da ideologia dominante e principal mantedora da ordem social e familiar; era usada como uma grande aliada para a educação das moças. Por muito tempo, foi a revista mais popular no Brasil entre a imprensa feminina. Ditava regras comportamentais e estabelecia o perfil feminino adequado e aceito na sociedade da época. A forma que a revista abordava os assuntos de cunho feminino e as temáticas dos artigos propagavam o que era o certo e o errado. As piadas que compõem o Jornal das Moças na seção Troças e Traços possuíam variadas temáticas. Mesmo que destinadas ao público feminino, encontramos piadas que ridicularizam o papel da mulher, assim como encontramos também piadas baseadas em estereótipos

predominantes na sociedade como, por exemplo, os imigrantes no Brasil. Possenti (1998) entende que as piadas veiculam uma ideologia que reproduzem os valores arraigados na sociedade, sendo um aliado na investigação de certa posição política. As piadas são “peças linguísticas” em que é possível entender o funcionamento ideológico, sob a máscara de descontração e divertimento.

De acordo com Liebel (2005), “a *charge* é uma representação artística que faz um corte transversal no tempo ao expor elementos que provocaram alguma ruptura na normalidade histórica e, por isso, mereceram alguma espécie de crítica ou registro em desenho”, além de trazer consigo as ideias e preconceitos do seu autor-desenhista, também demonstra toda a linha editorial do meio no qual é inserida. Dessa forma, a utilização de *charges* como uma fonte legítima de análises históricas é tão importante quanto a matéria jornalística. Outro fator a ser analisado é a sua composição, levando em consideração o lugar no qual o desenho é ambientado, as mensagens que estão contidas no segundo plano da *charge* e as expressões das personagens. Liebel (2005) explica: “o teor da *charge*, entretanto, se encontra nos traços não permanentes. Constituem os traços não permanentes das caricaturas aqueles utilizados pelo desenhista para demonstrar as emoções dos personagens”.

A regularidade encontrada nas piadas do Jornal das Moças retoma sentidos que são levados ao mesmo espaço do dizer, cristalizando-se e construindo estereótipos sobre a feminilidade e outras minorias existentes na época, que são naturalizados e, por isso, considerados normais na sociedade contemporânea. Piadas são lugares para tipos e tipos que são humilhados. Nelas emergem representações desses diferentes tipos, como vizinhos, criadas, mulheres consideradas burras e os imigrantes. Portanto, qual era o objetivo da coluna em demonstrar seu preconceito sobre os imigrantes?

Os Imigrantes no Brasil

É importante entender a situação em que os imigrantes se encontravam nos anos 1950 no Brasil. Ser um imigrante é, sobretudo, estar à procura de melhores condições de vida, se inserindo numa nova realidade social. Entretanto, tal inserção possui significados diversos de acordo com o contexto sócio-histórico engendrado (BARROSO, 2016, p. 2).

O processo imigratório brasileiro tem se dado de forma complexa. Nele, diferentes nacionalidades participaram ao longo de todo nosso processo histórico. Geralmente, entre os pesquisadores, ele se divide em quatro períodos fundamentais: o primeiro período é chamado de “grande imigração”, com início em 1870, cuja característica principal é o fato de ser subsidiada para a lavoura de café e para a colonização de pequenas propriedades; o segundo período compreende os anos de 1906 a 1914, com o notável aumento de imigrantes portugueses e espanhóis, além do início da imigração japonesa; o terceiro período consiste nos anos de 1918 a 1945, e teve como característica a retomada da imigração portuguesa e o aumento de outros grupos; e por fim, o último período, o qual, para os historiadores, teve início após o final da Segunda Guerra Mundial e se perpetua até os dias atuais. Entretanto, mesmo sendo a mais longa fase dentre os quatro períodos citados, continua sendo pouco estudada (OLIVEIRA, 2006, p. 8-9).

Na sessão Troças e Traços é possível ver piadas sobre judeus e japoneses. Sobre os judeus é uma “piada”, contudo, sem *charge*:

Figura 3 - “Piada” sobre judeus



Fonte: Jornal das Moças (1950).

De acordo com Decol (2001, p. 153):

Nos cem anos entre as décadas de 1870 e 1970, mais de 5 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil (BASSANEZI, 1996). A imigração em geral teve seu auge na última década de século XIX, tendo voltado a crescer nas primeiras décadas do século XX e nos anos 50. Comparada aos demais fluxos, a imigração judaica é relativamente recente nas terras brasileiras: judeus participaram muito pouco do primeiro e mais intenso fluxo migratório, em que predominava o elemento rural.

A partir de 1940, os judeus foram um dos únicos grupos imigrantes sistemicamente pesquisados pelos censos demográficos brasileiros, e o motivo foi porque, na pergunta sobre religião, existia a categoria “judeus”. A partir do censo brasileiro feito em 1940, a existência de informação censitária é uma vantagem para o pesquisador em resgatar a história (DECOL, 2001, p. 1). Após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa,

os judeus da Europa Ocidental que emigravam para o Brasil deslocavam-se para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como também para as colônias agrícolas do sul. Nessas cidades onde se encontravam o maior número de imigrantes judeus – Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – novos conflitos sociais surgiram tendo a imigração como importante fator desencadeante. Na década de 1920, as elites intelectuais começaram a prestar mais atenção nos judeus e usavam a linguagem de influência eugênica do antissemitismo europeu. Infelizmente, apenas o fato de a maioria dos imigrantes judeus serem do Leste Europeu, pós-revolução Russa, serviu como um motivo para que os principais intelectuais e políticos brasileiros confirmassem seus preconceitos de que todos os judeus eram comunistas e exploradores econômicos (CRUZ, 2009, p. 234).

Os judeus obtiveram sucesso econômico e ainda conseguiram manter uma cultura e uma religião própria, o que contribuiu ainda mais para que a comunidade judaica ficasse mais aparente aos olhos das elites pensantes do Brasil, intelectuais e políticos de variados matizes ideológicos elaboraram um discurso em torno do “problema judaico”, elaboraram um discurso racista e de intolerância. Muitas das queixas contra os judeus estavam acusações de dualidades: tanto capitalistas demais quanto comunistas demoníacos viviam nas cidades e nunca poderiam ser lavradores e poderiam ser criminosos e bem-sucedidos demais. Como explica Cruz (2009, p. 175):

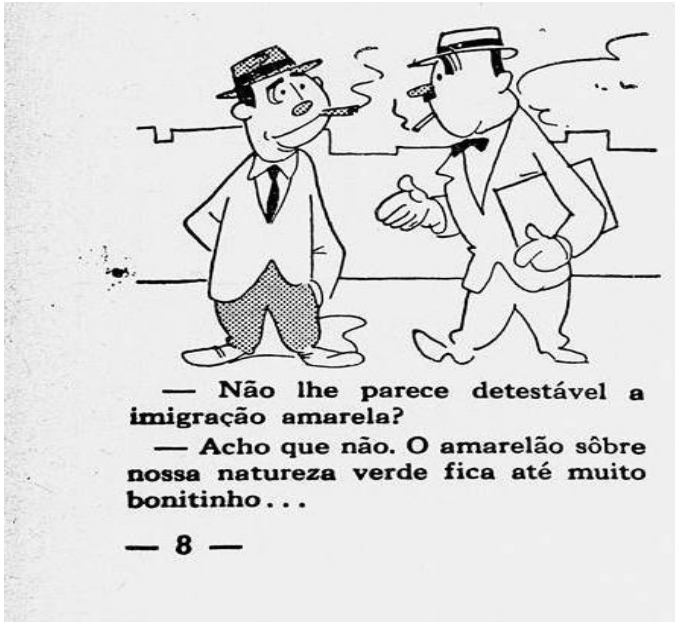
Para entender a reação negativa das elites do período, é preciso atentar para duas questões cruciais: em primeiro lugar, o incentivo a entrada de imigrantes judeus teve, desde o início, a intenção de ‘salvar’ a economia agrícola do país; em segundo lugar, os judeus eram demasiadamente diferentes, pois mantinham seus hábitos, costumes, enfim sua cultura adotada nos países de origem e, por isso, chamava muita atenção frente aos demais imigrantes instalados no país. Assim sendo, os judeus contrariaram as expectativas das

elites no que diz respeito a ‘salvação’ da agricultura brasileira, já que a maior parte deles se instalou nas cidades e dedicavam-se ao comércio e indústria; e, por manterem sua própria cultura e casarem entre si, não contribuíam para a ‘europeização’ da cultura nacional, o grande ideal das elites enveredadas na teoria do branqueamento.

A piada sobre os imigrantes judeus publicada no *Jornal das Moças* demonstra explicitamente o teor desqualificativo sobre os judeus. A piada tem como local o Catete no Rio de Janeiro em que os dois imigrantes se encontravam e conversavam sobre suas vitórias e glórias do passado, recordando os cargos de importância que ocuparam no seu país de origem. Ambos os imigrantes judeus possuíam cachorros “vira-latas” (sem raça definida) e então, os cachorros iniciam uma conversa tal qual os donos, pergunta de onde emigraste e cita três cidades europeias, o vira-lata número dois responde uma cidade inexistente, e então, a piada de cunho preconceito e desmoralizante acontece: “sabes, na minha terra eu não era um pobre ‘vira-lata’: era um verdadeiro galgo”. Na piada, a questão do preconceito é existente pelo fato de que os imigrantes judeus, ao conversarem com as pessoas brasileiras, comentavam sobre o seu passado em suas cidades natais, onde abandonaram seus empregos, e dessa forma, informavam os cargos em que atuavam. Os homens não gostavam que os judeus possuíssem um cargo bom de emprego, menosprezando suas capacidades, comparando-os com cachorros vira-latas, que não possuem nem raça e nem prestígio perante uma sociedade elitista.

A segunda piada e *charge* estão relacionadas aos imigrantes japoneses no Brasil, nomeados como imigração amarela de forma preconceituosa:

Figura 4 - “Piada” sobre imigrantes japoneses



Fonte: Jornal das Moças (1949).

A imigração japonesa iniciou no Brasil em 1908 e fixou-se principalmente nos estados de São Paulo e Paraná. Luana Ueno (2019, p. 102) explica:

Com a chegada dos primeiros imigrantes, o discurso se transmuta e baseia-se nas teorias raciais da Europa do século XIX e no ideal de ‘branqueamento’, em que os intelectuais e eugenistas brasileiros acreditavam que seria possível um melhoramento da população brasileira através da introdução de imigrantes brancos, pois além de branquear o país, eles trariam a modernidade. Assim sendo, a entrada de orientais e negros era vista por alguns grupos de forma pejorativa, o que causaria uma ‘degradação racial’. A partir de 1914, mais especificamente devido a estratégia expansionista-político-militar japonesa, o discurso antinipônico ganha um novo elemento: o perigo amarelo. Esse perigo estava na possibilidade de que as conquistas militares permitissem o domínio da raça amarela sobre a raça branca.

Os imigrantes japoneses sofreram muitos obstáculos ao longo de sua trajetória imigracionista para o Brasil, desde as más condições de trabalho nas fazendas cafeeiras em São Paulo, como também; desilusão da impossibilidade de retorno ao Japão e as tensões vividas nas próprias comunidades no pós-guerra e principalmente o racismo antinipônico (MAESIMA, 2012, p. 41). Para melhor compreensão, é necessário entender como se deu a trajetória dos imigrantes japoneses, que pode ser dividida em duas fases: a primeira fase iniciou com a chegada das primeiras levas de imigrantes japoneses no Brasil em 1908 e foi denominada como “experimental” –, nesta fase, a insegurança sobre o sucesso do trabalho dos japoneses nas fazendas trazia uma tensão, tanto para os imigrantes como para os donos das fazendas. Nesse momento também, o governo japonês se esforçava para que a emigração para o Brasil acontecesse com o menor número de problemas possíveis (SAKURAI, 2000, p. 210-214). Esta fase foi interrompida com o acontecimento da Segunda Guerra Mundial, pois o Brasil se manifestou contra o Japão na guerra e as relações diplomáticas entre ambos foram retalhadas no ano de 1941 e os representantes diplomáticos japoneses foram retirados do país. Nos anos mais intensos da guerra, não somente os imigrantes e descendentes japoneses viveram sob restrições do governo brasileiro, mas também os italianos e alemães (SAKURAI, 2000, p. 20).

Durante a Segunda Guerra Mundial, diversos discursos preconceituosos e racistas predominaram no país, como o perigo alemão, o perigo comunista e da conspiração judaica e o perigo amarelo, e contribuíram para potencializar a intolerância racial e desumanização dos indivíduos. Na questão da imigração japonesa, mesmo antes de chegarem ao Brasil, havia um discurso que alimentou o mito do perigo amarelo e a ideia de que os imigrantes japoneses eram agentes ameaçadores, sendo considerados um perigo. Takeuchi (2002, p. 2) explica:

A colônia japonesa como minoria inserida, mas não incluída, dentro de uma sociedade majoritária e num contexto de nacionalismo exacerbado, viu-se avaliada por um prisma intolerante em relação aos seus valores culturais. Identificamos aqui o desprezo pela cultura japonesa vista como estranha e inferior. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os nipônicos passaram a ser vigiados como suspeitos de sabotagem e de espionagem. A *niponicidade* tornou-se inadmissível enquanto que qualquer manifestação cultural (culto aos antepassados, ao imperador, conversas em idioma natal) poderia ser avaliada como atitude suspeita, antinacional e ‘prova’ de sua falta de assimilação e de lealdade.

O discurso antinipônico foi se tornando cada vez mais institucionalizado, a partir do Governo de Vargas. Com a Revolução de 1930, e posteriormente, com o Estado Novo (1937-1945), ocorreu a centralização do poder e uma política de nacionalização que afetou duramente a comunidade nipônica (TAKEUCHI, 2007, p. 2-3). Na década de 1940, era notável uma intolerância contra o grupo étnico japonês, manifestada de várias maneiras, que iriam desde discursos políticos até artigos, jornais e livros publicados por intelectuais, cientistas e políticos contrários à imigração japonesa (MAESIMA, 2012).

A partir de 1914, mais especificamente devido à estratégia expansionista-político-militar japonesa, o discurso antinipônico ganhou um novo elemento: o perigo amarelo. Esse perigo estava na possibilidade de que as conquistas militares permitissem o domínio da raça amarela sobre a raça branca. O discurso que tratava os imigrantes japoneses como “amarelos” foi modificado e alterado diversas vezes. Primeiramente, foi relacionado ao diferente, o Japão era conhecido como o país dos samurais, das cerejeiras e das gueixas, considerado um país de rápida modernização e um país “inofensivo e feminino”. Contudo, com a chegada dos primeiros

imigrantes, o discurso se transmuta e baseia-se nas teorias raciais da Europa do século XIX, o ideal de “branqueamento” (UENO, 2019, p. 113).

Na *charge* apresentada, dois homens de terno, gravata e chapéu, fumando cigarro, e um segurando um jornal, parecem estar conversando no dia a dia. O primeiro fala: “não lhe parece detestável a imigração amarela?” – a palavra detestável tem como significado no dicionário: digno de ser detestado; que inspira aversão, ódio; abominável; e a imigração amarela é referente aos imigrantes asiáticos, mais precisamente os japoneses, ou seja, transmite a abominação aos japoneses. Esse discurso transmitido sinaliza o descontentamento dos brasileiros com os imigrantes japoneses, esses que vieram ao Brasil para trabalharem nas fazendas cafejeiras e conseguiram uma vida melhor. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, o discurso racista e preconceituoso prevaleceu e até piorou. O segundo homem, de forma irônica, responde: “Acho que não, o amarelo sobre nossa natureza fica até bonitinho” – o que significa: trabalhando para o povo brasileiro na natureza fica até “aceitável” o imigrante japonês.

Concluo que, através do “Jornal das Moças”, podemos analisar diversos aspectos sociais presentes na sociedade da década de 1950. Além de a revista contribuir para o estudo de gênero, as poucas publicações sobre os imigrantes no Brasil trouxeram uma reflexão diferenciada. A coluna Troças e Traços representa a verdadeira face das piadas pejorativas e ideológicas da sociedade de 1949 e 1950. O objetivo não é apenas proporcionar divertimento, mas sim, trazer para as leitoras em forma de *charges* e piadas o pensamento estereotipado dos imigrantes judeus e japoneses na sociedade brasileira. Através da “piada”, para essas leitoras mulheres, os judeus são vistos como um imigrante sem raça, sem emprego e que contam vantagem. Mesma coisa ocorre no caso dos japoneses, que são considerados detestáveis até que trabalhem para o Estado, quando são

considerados “bonitinhos”. As piadas como diálogos da vida cotidiana representam muito das noções populares e folclóricas da época. Importante ressaltar que os estereótipos transmitidos através das piadas encontradas perduraram por anos e depois da Segunda Guerra Mundial se intensificaram no Brasil. A elite intelectual propagava o discurso preconceituoso e racista por não aceitar as qualidades e o modo de viver dos imigrantes no país e, por fim, pelo discurso de branqueamento da sociedade.

Referências

- ALBUQUERQUE, Dálete Cristiane Silva Heitor. **A revista que pode deixar em sua casa porque não há perigo de perversão**: a representação da mulher nas colunas da revista *Jornal das Moças* (1930-1945). 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2016.
- ALMEIDA, Núcacia Meyre Araújo de. **Jornal das Moças**: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945). 2008. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE, 2008.
- BARROSO, Márcia Regina Castro. Ações e representações institucionais: imigrantes no Brasil na década de 1950. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2016.
- BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 112-148, 2005.
- BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. *In*: PATARRA, Neide Lopes (org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996. p. 3-35.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas entre os Séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1994.

CRUZ, Natália dos Reis. A imigração judaica no Brasil e o anti-semitismo no discurso das elites. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 225-250, out. 2009.

DECOL, René Daniel. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 147-160, jun. 2001.

LIEBEL, Vinícius. Humor gráfico: apontamentos sobre a análise das charges na História. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Associação Nacional de História, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira**: Londrina, 1930/1958. 2012. 219 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles**: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua**: análises linguísticas de piadas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SAKURAI, Celia. **Imigração tutelada**: os japoneses no Brasil. 2000. 191 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000.

SANTOS, Polyanna Soares dos. **Mulheres nos Anos Dourados**. 2016. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, PB, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses**: a saga do Povo do Sol Nascente. São Paulo: Companhia Editorial Nacional; Lazuli, 2007.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)**: Módulo III. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

UENO, Luana Martina Magalhães. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908- 1934). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 41, p. 101-115, jun. 2019.

Migrações Contemporâneas: o deslocamento de Mulheres Venezuelanas

*Claudia Musa Fay*¹
*Giselle Perna*²

Introdução

O presente capítulo apresenta os resultados preliminares do projeto de pesquisa “Migrações e deslocamentos: relações internacionais, dinâmicas econômico-sociais e lógicas identitárias”, financiado pelo CNPq. O principal objetivo do estudo é compreender o fenômeno das migrações internacionais no mundo contemporâneo através de um olhar multidisciplinar que une diferentes formas de conhecimento com o intuito de analisar os deslocamentos humanos, contatos, acolhimento, redes de sociabilidade, questões sanitárias e de saúde.

As migrações contemporâneas têm aumentado consideravelmente nos últimos anos motivadas por indivíduos que necessitam deixar seus países devido às crises econômicas, conflitos armados e intempéries climáticas, entre outros. Procura-se abordar as dificuldades e barreiras enfrentadas a partir do estudo da qualidade de vida dos migrantes e refugiados no país de acolhimento.

O recorte escolhido foi a migração venezuelana, a realidade da mobilidade migratória da mulher fronteiriça, centrada na figura das migrantes venezuelanas, que entram no Brasil assoladas pela fome e a miséria de seu país, e que se deparam com uma triste realidade que vai

¹ Prof. PPGH História da PUCRS

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

além das rupturas emocionais dos laços afetivos. São obstáculos nos itinerários que as acompanham na tentativa de sobreviver em uma sociedade que as invisibiliza e as subjuga a meros corpos racializados, interferindo na construção de suas identidades e de uma esperança na busca de uma vida melhor.

Para compor o arcabouço teórico acerca da invisibilidade da mulher que vive nesse limiar fronteiriço, faz-se uso das Epistemologias do Sul, aqui representado por teóricas como Glória Anzaldúa e Maria Lugones, cujo conceito de “feminismo decolonial” vem de uma tradição teórica latino-americana, que rompe com o paradigma do pensamento hegemônico, norte-global. Fazendo parte do grupo Modernidade/colonialidade, junto com diversos pensadores latino-americanos, como Walter Dignolo e Anibal Quijano, problematizam questões da colonização e da descolonização na América Latina. Foi possível entender, com a contribuição destes autores, que os fluxos migratórios femininos são qualitativamente diferentes dos compostos por homens (LUGONES, 2008), pois trata-se de um grupo social vulnerável, suscetível a vários tipos de violência, principalmente o trabalho escravo, a exploração sexual e o tráfico humano.

Para Lugones (2008), a base do pensamento pós-colonial nas pesquisas sobre migração vai além das marcadas por oposições entre os sexos e de categorias sociais. Trata-se de compreender, dentro da lógica de dominação da cosmogonia patriarcal, como essa mulher migrante lida com a dupla opressão que lhe pesa: o controle do poder capitalista global e a angústia causada pelo seu gênero.

A carência de um movimento que promovesse um ponto de vista mais amplo das camadas complexas de opressão fez criar-se o “feminismo decolonial” (LUGONES, 2008), capaz de representar as indígenas, asiáticas, negras e latinas. Nessa perspectiva de mulheres invisibilizadas e

racializadas, podemos inserir as que se situam no processo de mobilidade, em que o quadro de desigualdade acarreta determinadas condições de fragilidade dentro na lógica dos direitos civis, cuja dinâmica fragmenta o alcance das esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho.

Ao problematizar as políticas do feminismo hegemônico, a partir de um legado intelectual de mulheres negras, indígenas, chicanas e mulheres que habitam as fronteiras do Sul Global, o “feminismo decolonial”, enquanto movimento teórico-metodológico, possibilitou a visibilidade dos processos de colonialidade e modernidade, cujo objetivo central era romper com a tradição imposta pelas teorias feministas do Norte sobre os conhecimentos e saberes oriundos do Sul, que resultaram no esquecimento histórico fundamentado numa suposta superioridade endossada pelas relações de poder. Pelas percepções de Miñoso (2012, p. 146), revisar os estudos subalternos vai ao encontro da:

[...] necessidade de um feminismo que se nutra dos aportes teóricos da análise da colonialidade e do racismo - não como fenômeno, mas como episteme intrínseca à modernidade e seus projetos libertadores. Um feminismo, então que seja cúmplice e alimente-se dos movimentos de comunidades autônomas que no continente efetivam processos de descolonização e restituição de genealogias perdidas, que apontam a possibilidade de outros significados da vida em comunidade e reorganizam os horizontes já conhecidos e estabelecidos universalmente.

A crítica aos aportes hegemônicos no que concerne às produções acadêmicas sobre o Sul global possibilitou compreender as origens de submissão dessas mulheres da fronteira. A raça, o sexo, a cor e o gênero são as operações específicas de um sistema que justifica e naturaliza a violência dessas mulheres (MIÑOSO, 2012, p. 152). Dessa forma, mulheres cujo *status* de migrante soma-se às demais categorias de opressão tornam-se um terreno fértil de pesquisa e aprendizados para as pensadoras de

Abya Yala. Adotamos o conceito “feminismo decolonial”, também utilizado pela autora Françoise Vergès, ativista e historiadora francesa. Segundo Vergès (2020, p. 46), sua pesquisa procura, através de fatos simples, cotidianos, iluminar a estrutura profundamente racializada, estratificada e marcada pelo gênero que permite a sociedade burguesa funcionar há séculos.

Ao estudar a relação entre o regime neoliberal e as cidades do século XXI durante o confinamento imposto pelos governos para frear o vírus COVID 19, ressaltou-se que a Pandemia tornou ainda mais visível a divisão profunda entre vidas tornadas vulneráveis e vidas protegidas. Para Vergès, as diferenças de classe, gênero e raça ficaram ainda mais evidentes. Entre nós, ao iniciarmos a pesquisa em 2020, observamos que também em nossa cidade as desigualdades se acentuaram durante a pandemia.

A ascensão de políticas restritivas traz à tona a porosidade das fronteiras nacionais (BASSO, 2003), evidenciando a precariedade dos deslocamentos e fazendo com que diferentes áreas de conhecimento, de forma transversal, criem um debate crítico em torno das migrações e as especificidades concernentes ao tema. Aquele que rompe com as fronteiras de seu país passa a ser tratado como “incômodo”, algo que deve ficar esquecido, à margem (NEVES, 2007). Os esforços dos Estados em invisibilizar essas pessoas aprisionam o migrante à precariedade do processo e a uma existência restrita, longe dos direitos que lhes conferem (REDIN, 2013).

O novo cenário das migrações contemporâneas vem sendo marcado por uma significativa circulação de pessoas, e, em especial, a presença massiva de mulheres, que chama a atenção da sociedade em seus diversos segmentos. De fato, até o final dos anos 1970, as principais correntes de pesquisas ligadas às teorias migratórias – estruturalistas e neoclássicas – focavam no homem e na sua busca por trabalho como um dos

determinantes para a ocorrência dos fluxos, negligenciando assim, as especificidades da presença feminina nas dinâmicas migratórias (PEIXOTO, 2005).

No entanto, nos últimos anos, em decorrência dos aportes dos movimentos e da “feminização da migração” (MARINUCCI, 2007) que resultaram no aumento quantitativo da feminização da pobreza, e paralelamente ao desenvolvimento dos estudos feministas (TONHATI, 2019), a migração feminina foi introduzida nas pesquisas acadêmicas (GRIECO; BOYD, 2003). As mulheres passavam de meras acompanhantes das reunificações familiares para protagonistas de seus processos.

Se por um lado, a possibilidade de “melhorar de vida” no país de destino impulsiona essas mulheres a migrarem, por outro, elas se deparam com uma triste realidade: além da indiferença e a perseguição sofrida pelo *status* de migrante, elas enfrentam também os preconceitos de gênero, que já lhes confiam uma situação de opressão e diminuição por ser mulher. Essa dupla recusa, aliada às dificuldades no acesso aos determinantes de saúde (moradia, alimentação, saneamento), reforça as desigualdades sociais, pobreza, a discriminação de gênero e a violência.

Este estudo justifica-se, portanto, na necessidade de desenvolver pesquisas em torno da interdisciplinaridade entre gênero, migração e História Oral, cuja finalidade é reconstituir os fluxos migratórios oriundos da Venezuela, bem como o protagonismo da mulher nesse processo através de suas memórias. A metodologia da História Oral foi a forma que encontramos para restabelecer os elos que nos ligam ao passado, numa tentativa de responder às inquietações do presente, incorporando à História outros pontos de vista e contribuindo para a integração dos seus diversos sujeitos. Antônio Torres Montenegro (2003) coloca, na utilização da História Oral como técnica de pesquisa, uma outra forma de ver os acontecimentos, possível de ser recuperada através da memória. Reflete a

respeito do significado que os conceitos adquirem na diversidade dos atores, tempo e lugar e de que forma este pensar articula o passado ao presente.

Delimitado nos estudos da Feminização da Migração, suas especificidades e dilemas, o recorte procura elucidar as migrantes venezuelanas, mulheres entre 18 e 50 anos, que cruzaram as fronteiras assoladas pela fome em seu país de origem, através da migração forçada. Essas mulheres, que chegaram ao país através da Região Norte, viram no Brasil um destino oportuno, foram recepcionadas e interiorizadas através da Operação Acolhida do Governo Federal em parceria com estados e municípios, chegando até Porto Alegre entre os anos de 2016 e 2020.

Ressalta-se que a presente pesquisa concentra-se ainda, em fase inicial, baseando-se, num primeiro momento, na análise quantitativa de dados obtidos através do Governo Federal, Polícia Federal, Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, bem como uma revisão bibliográfica sobre os temas migração e gênero, através do olhar das epistemologias do Sul, focadas no Feminismo Decolonial, cujo movimento teórico-metodológico busca compreender o lugar da mulher subalterna e seus diferentes atravessamentos categóricos. A análise final do trabalho será marcada pelas análises das entrevistas dirigidas às migrantes venezuelanas residentes na capital gaúcha, com a finalidade de melhor compreender as especificidades que envolvem o processo de migração, em suas esferas mais profundas, através dos sonhos e dificuldades dessas mulheres.

Mulheres Migrantes: A Realidade das Mulheres Fronteiriças e o Silêncio de Corpos

A fronteira é o espaço caracterizado por travessias externas e internas, permitindo o experimentar de identidades múltiplas que

compõem o trânsito na contemporaneidade, mas também é um espaço de tensões e negociações identitárias e de silenciamento de corpos e vozes desses sujeitos, em especial da mulher. As mulheres fronteiriças estão submetidas a diferentes níveis de opressão: o primeiro, por serem consideradas sujeitos em movimento, diaspóricas; e o segundo, o subjugamento de gênero. Essa exclusão vem a reforçar sua subalternidade, circunscrevendo-as a um silêncio eterno.

Para Grosfoguel (2010), existe um apagão histórico, criado pelas ciências ocidentais, que buscou invisibilizar a fala de alguns sujeitos, em especial aqueles que nascem ou vivem nos sistemas de fronteira, formando assim o que ele denomina de “ego-política” que desvincula o sujeito e suas falas a partir de seu lugar geográfico e étnico-racial. De acordo com a escritora Gloria Anzaldúa (2016), pertencer à fronteira não é uma escolha. Em sua obra “Consciência mestiça”, considera a fronteira mais que um espaço geográfico, e sim, um território onde habitam diferentes variáveis, entre elas o gênero, a classe, a política e a religião, ambas compelindo estes sujeitos fronteiriços à exclusão histórica e social. No que concerne ao gênero, para as mulheres fronteiriças, não há critérios nem escolhas, apenas são impostas às periferias desse sistema-mundo de onde suas vozes e corpos não são ouvidos. O silêncio ao qual estes sujeitos fronteiriços são submetidos parece ainda maior quando se amalgamam condicionantes opressores, tais como o gênero e a raça. Para Spivak (2018, p. 17), o fato de ser indiana, terceiro mundista, periférica, ainda é mais delicado se somado à variável gênero: “Se o discurso subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelo problema subjacente à questão de gênero”.

A condição da mulher fronteiriça na América Latina desde a colonização foi marcadamente determinada pelo controle de corpos e sexualidade, colocando-as em um lugar inexpressivo através de estratégias

de dominação. A mulher colonizada seria o sujeito mais subalterno por excelência, sendo seu corpo o primeiro território a ser conquistado e ocupado pelo colonizador (BALLESTRIN, 2017), limitando-as à chancela da inferioridade *versus* superioridade, do humano e não humano.

Neste sentido, as mulheres que atravessam as fronteiras, oriundas da migração forçada, deparam-se com a vulnerabilidade em detrimento do seu gênero, sofrendo abusos físicos, psicológicos e sexuais, sendo reduzidas à desumanização e restringindo-as a corpos selvagens, negando-se a sua existência e a possível construção de identidades representativas (GONZALEZ, 1988, p. 69). Para Liliana Suárez Navaz (2008, p. 24), esse sistema geopolítico global, pautado na exclusão dos sujeitos subalternizados que vivem às margens da economia, reforçados pelo racismo e o silêncio cultural, tem trilhado efeitos nocivos às mulheres.

Mulheres, as maiores vítimas das desigualdades sociais, estão criando novas formas de migração, em que buscam não só melhorias na qualidade de vida, mas também o reconhecimento social. Essas novas perspectivas e protagonismos salientam a importância de se estudar os movimentos migratórios a partir das questões de gênero, colocando as variadas formas de entrelaçamento deste com questões no âmbito do cenário mundial. Navaz (2008, p. 24) salienta que mulheres migrantes, cujas corporalidades pensam e vivem nos territórios de fronteira, testemunham reações diversas em seus processos. Uma delas seria a desconfiança e o receio manifestados pelas “diferenças culturais”, que inviabilizam a sua integração com a sociedade de acolhimento, intensificando a exclusão, enjaulando-as em uma diferença construída com base no colonialismo e na ideia de uma inferioridade.

Na historiografia sobre os estudos das migrações femininas, pode-se notar que durante boa parte da história, as mulheres foram postas de lado. A literatura científica, até meados dos anos 1970, analisava a migração

feminina no quadro das reunificações familiares, e não como agentes autônomas no processo. Para a pesquisadora Mirjana Morokvasic (1984), tal afirmação é explicada pelo fato de que até esta data a imigração masculina parecia ser claramente dominante.

Com um papel de coadjuvantes nas pesquisas migratórias até meados da década de 1970, a presença massiva das mulheres nas mobilidades modificou-se – de acordo com Mirjana Morokvasic (1984) – na década de 1980, quando um crescente número de mulheres migrantes passou a liderar os processos de mobilidade. Floya Anthias (2000), ao analisar os processos de mobilidade do século XX, cunha o conceito de “feminização das migrações” com o objetivo de caracterizar tal movimento. A expressão veio reforçar as mudanças que nas últimas décadas envolveram as mulheres no contexto das mobilidades, não somente pelo fato de reconhecer sua importância, mas também a contribuição econômica e social, que as coloca como sujeitos ativos.

Saltando aos olhos pelas precariedades e situação de violência que as condiciona (MOROKOVASIC, 1984), destaca-se que a maioria dos estudos sobre a mobilidade feminina está relacionada a fluxos para o Norte Global, esquecendo-se de que as migrações oriundas Sul-Sul apresentam processos ainda mais precários (BASTIAN; PIPER, 2019). As migrantes procedentes do Sul Global somam, além do gênero, categorias de opressão tais como raça, etnia, religião, classe social, espaço geográfico e orientação sexual. As mulheres fronteiriças, como as venezuelanas, originárias de um fluxo Sul-Sul, encontram-se vulneráveis por serem racializadas, terceiro-mundistas e subalternas.

Ao desconsiderar a condição da mulher diaspórica na sociedade, despertou uma preocupação latente no que concerne às epistemologias dos povos subalternos. Trata-se de uma inquietação presente nos movimentos feministas contra-hegemônicos criados a partir do

pensamento fronteiriço oriundos das zonas periféricas e pós-colonialistas, através do olhar das feministas decoloniais. Para essas mulheres, o feminismo ocidental criou uma categoria única de “mulher”: as mulheres do terceiro mundo como o “outro”, uma generalização que as compele como pobres, selvagens, sem instrução, vítimas do racismo e do patriarcado e passíveis de uma salvação. O olhar do feminismo ocidental possui uma visão etnocêntrica que ignorou as diversidades e as múltiplas culturas à qual pertencem as mulheres do Sul.

Os escritos hegemônicos colonizam de forma discursiva as heterogeneidades materiais e históricas das vidas das mulheres de terceiro mundo e por tanto, produzem e representam um composto singular, a ‘mulher’ do terceiro mundo, uma imagem construída através do discurso legitimador ocidental. (MOHANTY, em NAVAZ; CASTILLO, 2008, p. 112)

Caberia, portanto, para os Feminismos do Sul, discutir questões vinculadas à reconstrução identitária das mulheres que cruzam as fronteiras; suas implicações para a formação das novas subjetividades que afloram dos sujeitos femininos emergentes dos entre-lugares e dos discursos fronteiriços. A discussão se centra principalmente no modo como essas subjetividades foram invisibilizadas em função das relações de poder existentes nesse espaço, engendradas nas opressões concernentes a raça, gênero, classe e sexualidade.

Da Migração Venezuelana às Mulheres sem Rosto

No início do século XXI, as migrações internacionais alcançaram uma dimensão sem precedente, com boa parte da população em trânsito, especialmente o Sul Global, que surge como um novo destino. Embora os países do Norte ainda sejam os locais mais procurados, o fluxo em direção ao Sul do Planeta já conseguiu equiparar-se, e este processo tende ainda a

crescer. Para Baeninger (2011), quando o Norte Global fecha as suas portas através de políticas restritivas para o cruzamento de suas fronteiras, criando, assim, barreiras sociais como forma de conter o trânsito de pessoas, o Sul Global entra na “Rota do Possível”, reconfigurando um novo conceito de migração – SUL-SUL, e tornando-se um desafio metodológico, que visa compreender as inter-relações com a desigualdade social. Segundo dados do Observatório de Migrações Internacionais (OBMigra, 2018), a presença de imigrantes traz desafios para diversos setores da sociedade e o conhecimento rigoroso do fenômeno é importante para inserção dos migrantes e o desenvolvimento sustentável. Entre os anos de 2010 e 2018, foram registrados o ingresso de 774,2 mil imigrantes no Brasil, sendo que para os nacionais da Venezuela, a parcela aumenta consideravelmente desde 2016.

Assolada por uma instabilidade interna de quase uma década, a população venezuelana tem vivido nos últimos anos uma crise econômica e política sem precedente que levou a um aumento radical da pobreza com um impacto direto na sua qualidade de vida. A dificuldade de satisfazer necessidades básicas da população nas esferas da saúde e alimentação levou os nacionais à ausência de proteção do Estado e violação constante dos seus direitos fundamentais, provocando uma onda de violência extrema e a fuga em massa do país. Até março de 2020, foram registrados cerca de cinco milhões de venezuelanos fora do país, com uma grande concentração na América Latina.

Para Cláudia Vargas Ribas (2018), socióloga venezuelana, entre os anos de 2014-2015, ocorre uma virada no perfil socioeconômico dos migrantes venezuelanos. Com o acirramento da crise, entre estes anos, a participação de uma população altamente desfavorecida e desqualificada tornou-se a maior parte dentro do fluxo. Segundo Castelan (2020), considerar esses migrantes como os mais vulneráveis vem de encontro à

forma como se deslocam, uma vez que muitos fazem a travessia andando, sujeitos a diferentes interpelações e a um percurso altamente perigoso. Pela proximidade das fronteiras, o Brasil passa a ser um dos destinos escolhidos para milhares de refugiados. Em 2016, segundo a Organização Internacional para as Migrações da ONU (OIM), através da primeira rodada do monitoramento do fluxo migratório venezuelano, o Brasil foi classificado como o quinto país em número de refugiados da América Latina, atrás somente da Colômbia, Peru, Equador e Chile.

De acordo com Beaninger (2018), o Brasil é uma escolha possível, mas não desejada pelos venezuelanos. Dada a desqualificação profissional e a carência de recursos, o deslocamento transfronteiriço aparece como uma alternativa viável, de baixo custo e curta distância (BAENINGER, 2018). A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016, também reconheceu o fluxo de migração venezuelana como o maior deslocamento populacional dentro da América Latina. De acordo com o Plano Regional de Resposta aos Venezuelanos (R4V, 2020), organizado pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), os migrantes que chegam através da fronteira Brasil-Venezuela vêm necessitando assistência humanitária – alimentação, atendimento à saúde, abrigo e documentação – sendo mulheres e crianças a parcela mais vitimizada deste processo.

Em resposta, o Brasil viu-se obrigado a elaborar políticas que foram desde o bloqueio da fronteira em 2018 até a criação, no mesmo ano, do programa de acolhimento e interiorização dos migrantes para outras regiões do país, cuja característica importante é a forte presença de militares nas fronteiras. Para Baeninger (2018), essa ação do poder público em articular uma realocação para os migrantes vai de encontro ao conceito de “migrações dirigidas”, característico do período do pós-guerra, e que contribuem para uma construção efetiva de integração social

(BAENINGER, 2018). O Programa de Interiorização de venezuelanos é um processo de alianças estatais e organizações não governamentais, com finalidade de abrigar, documentar e introduzir no mercado de trabalho, porém para alguns críticos essa política migratória de realocação configura-se como “políticas de controle”, e rompe com todo discurso dos direitos humanos, forjando assim, uma ilusória aceitação, que esconde uma política que legitima o controle de corpos restrito e coercivo. Com abrigos lotados, onde a oferta é maior que a procura, muitos venezuelanos ficam nas ruas de Boa Vista, sobrevivendo com o mínimo de dignidade. As mulheres são as mais prejudicadas, sem empregos e tendo que sobreviver, muitas são obrigadas a entrar no mercado da prostituição. Destituídas de suas identidades, ficaram conhecidas como “as *ochentas*”, apelido dado pelo valor de oitenta reais cobrado pela venda de seus corpos (MIGRAMUNDO, 2019).

Visando resolver este impacto, o Plano de Interiorização do Governo Federal, adotado para atender à demanda emergencial dos venezuelanos, mostra o intuito de desenvolver estratégias como a integração e interação destes imigrantes nas comunidades dos 645 municípios cadastrados. O programa abarca a criação de políticas públicas locais, acesso a benefícios assistenciais, oportunidades de acesso a benefícios assistenciais e oportunidades de emprego (CONNECTAS, 2018), atuando em três eixos programáticos: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização. Aqui no Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo na capital, o número de interiorizados cresce a cada ano. Entre os anos de 2016 e 2019, foram interiorizados cerca de 2.191 migrantes para a capital. Já em 2020, do total de 17.385 venezuelanos entrando no Brasil, 18% foram interiorizados pelo programa, sendo que 47% deles eram mulheres com idades entre 25 e 34 anos (CONARE, 2019).

Os migrantes que chegam aqui, recebem ajuda de Organizações não governamentais que formaram parceria com a Prefeitura. A assistência vai desde abrigos ao encaminhamento de documentação, aulas de línguas e cestas básicas. Cada município recebe um valor dado pela ACNUR, destinado ao abrigo e alimentação destes venezuelanos recém remanejados. O Rio Grande do Sul concentra cerca de 7% dos migrantes venezuelanos, sendo a capital Porto Alegre a líder em números. No que concerne a vagas de emprego, o Rio Grande do Sul é um dos estados da Região Sul que mais oferece vagas, atrás somente de Santa Catarina. De acordo com dados da Polícia Federal, cerca de 90 mil migrantes internacionais vivem hoje no Rio Grande do Sul, e o estado ocupa o segundo lugar dentre os estados brasileiros a conceder mais autorizações de residência a imigrantes. No ano de 2018, foi responsável por 35% de todas as autorizações concedidas no país. Com foco na população venezuelana, no ano de 2018, foram realizados em Porto Alegre cerca de 128 registros (124 temporários e quatro residências). Entre os anos de 2019 e 2020, foram 567 registros de venezuelanos (561 permanentes)³.

Segundo dados do Centro Ítalo Brasileiro de Apoio e Instrução aos Imigrantes (Cibai), uma instituição que desde 1958 acolhe e auxilia migrantes no Rio Grande do Sul, entre o início de janeiro e o final de agosto de 2019, passaram pela instituição 6.726 migrantes. Nos últimos dez anos, foram cadastradas na entidade pessoas vindas especialmente de Haiti (35,7%), Uruguai (14,3%), Senegal (9,9%), Argentina (7,7%), Peru (4,9%), Venezuela (3,2%) e Bolívia (1,1%).

Os primeiros migrantes venezuelanos a serem interiorizados para a Capital chegaram em 5 de setembro de 2018, através de um voo fretado pela Força Aérea Brasileira (FAB) que trazia 221 migrantes. O segundo voo

³ OBMIGRA disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>.

chegou no mesmo mês, no dia 12, com cerca de 200 migrantes, sendo 67 mulheres e 56 homens. Todos foram alojados em um prédio na Capital, alugado pela ACNUR. Segundo dados do Cartão Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, Porto Alegre, em 2019, concentrava 4,4% da população venezuelana residente no país, cerca de 2.677 migrantes venezuelanos, sendo a maioria mulheres.

Considerações Finais

Em 2017, o Alto Comissariado das Nações Unidas relatou que cerca de 50% de mulheres migrantes vivem em precariedade, sendo vítimas constantes de estupros e forçadas à prostituição. Cerca de 34 milhões de mulheres em idade reprodutiva vivem em situação de crise, enfrentando o machismo, a misoginia e o racismo, que as levam a uma grave violação de seus direitos sexuais e reprodutivos. Isso nos mostra que a situação das mulheres migrantes é determinada por uma estrutura fortemente patriarcal que visa anular toda a possibilidade de existência, solapando-as a uma invisibilidade e silenciamento eternos, através da negação dos atravessamentos identitários (LUGONES, 2018).

A violência à qual essas mulheres são submetidas vai além das esferas físicas. Soma-se também, a violência simbólica e estrutural, baseada no gênero, raça, classe e nacionalidade. O cenário das migrações, analisado sob a perspectiva feminina, reafirma a precariedade da condição da mulher nas sociedades contemporâneas, que, apesar do discurso de “igualdade” nas relações sociais e de trabalho, mostra que as mudanças são lentas na história de desigualdade que subjuga a mulher com base no gênero. A condição de migrante revela a submissão pelo gênero de forma explícita, estampada nas relações de trabalho e nas diferentes formas de violência.

Compreender a migração feminina através destas relações supracitadas nos força a olhar também para as relações socioeconômicas, no que concerne aos abusos laborais. Morokvasic (1984) relata que o trabalho ao qual as mulheres migrantes são submetidas nem sempre é reconhecido como atividade econômica. O fato de o trabalho feminino já ser visto como uma extensão do trabalho doméstico (FEDERICI, 2021) visibiliza a inter-relação entre exploração e trabalho da mulher em ambientes domésticos e no sistema econômico. Para a migrante mulher restam atividades laborais que a aproxima do sistema de servidão.

A inserção da mulher migrante a subempregos trata-se de um reflexo de uma cultura heteropatriarcal, que coloca a mulher sempre numa relação de dependência do homem. Para Silvia Federici (2021), o trabalho doméstico “não desempenha nenhuma função na organização capitalista”, posicionando a mulher a uma situação de subordinação ao homem, atribuindo a sua exclusão da produção social. As migrações femininas estão associadas, em grande parte, à rede de cuidados, enfatizando a inserção da mulher nas atividades de reprodução dos papéis de gênero. Esse papel feminino de reproduzir os cuidados trata-se de um disfarce para evidenciar o destino biológico das mulheres (FEDERICI, 2021) e um instrumento de consolidação patriarcal de exploração masculina do corpo feminino.

Na América Latina, o desenvolvimento do colonialismo foi o marco temporal para compreender a universalização da cosmogonia patriarcal. Além da conquista de territórios, o colonialismo viabilizou o domínio de corpos, transformando as relações de gênero e sexualidade (SEGATO, 2016). O sistema de gênero moderno e colonial, cunhado por Lugones (2007), identificou que as relações de poder e saber dentro da América Latina regeram todo um pensamento que invisibilizava, sobretudo, as mulheres a um “outro racializado” (CURRIEL, 2014).

O Sistema Colonial moderno de gênero torna-se uma ferramenta importante para se entender toda a violação imposta à mulher, em especial às mulheres do Sul, cujos corpos racializados são vilipendiados dentro da sociedade capitalista e patriarcal. As migrantes venezuelanas que cruzam as fronteiras para o Brasil, desamparadas de aspectos jurídicos, psíquicos e emocionais, deparam-se com obstáculos e privações. As mulheres que atravessam as fronteiras, através da migração forçada, estão mais vulneráveis à violação dos direitos humanos. Além das dificuldades que elas podem sofrer no país de origem, mulheres e meninas em mobilidade sofrem com a subjugação em detrimento do seu gênero, abusos físicos, psicológicos e sexuais, e considerar que elas acumulam fatores de opressão é o primeiro passo para a criação de estruturas que as aproximem de serviços básicos de saúde e assistência social.

O conhecimento da realidade dessas migrantes transfronteiriças através da bibliografia foi a motivação para a realização desta pesquisa, que tem como justificativa ouvir o depoimento de algumas migrantes, visando compreender como se deu o processo e as etapas da migração, o enfrentamento delas como sujeito duplamente vulnerável, o que as motivou a migrar e suas experiências de ruptura com o local de origem. Lembrando que o processo de migração, além da promessa de algo novo, é, ao mesmo tempo, um processo de ruptura com suas origens, ouvi-las é o início para tirá-las da invisibilidade.

Referências

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Ação contra a violência sexual e de gênero**: uma estratégia atualizada. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Acao_contra_a_violencia_sexual_e_de_genero.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Acao_contra_a_violencia_sexual_e_de_genero. Acesso em: 16 set. 2020.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANTHIAS, Floya. Intersectional what? Social divisions, intersectionality and levels of analysis. *Ethnicities*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 3-19, 2013. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1025.9583&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

ANZALDÚA, Glória. **Borderlands/La Frontera: la nueva consciencia mestiza**. Tradução de Carmen Valle Simón. Madrid: Capitán Swing, 2016.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, Erlan José Peixoto; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 79-86.

BAENINGER, Rosana (org.). **Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

BAENINGER, Rosana; ANTICO, Cláudia. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL. **Programa institucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil contemporâneo: migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**, Campinas: FUNAP, 1996. v. 2.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICO, Jóice (coords.). **Atlas Temático Migrações Venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. 400p.

BAENINGER, Rosana; SIMAI, Szilvia. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, ano XXIV, n. 68, p. 49-62, 2011.

BASSO, Pietro. Racismo de Estado e antirracismo de classe. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 24, p. 57-71, 2015.

BASSO, Pietro. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. In: TAVARES, Maria Augusta; GOMES, Cláudia (orgs.). **Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista**. UFPB: João Pessoa, 2013. p. 83-133.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**. Migration Policy Institute: Washington, 2003.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Estratégia de interiorização**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 10 out. 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; SOARES, Fagno da Silva. História Oral entre reflexões e memórias: revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. esp. 1, p. 426-446, maio 2016.

CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, Irantzu Mendia *et al.* (edits.). **Otras formas de (re)conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Donostia, País Vasco: Universidad del País Vasco/HEGOA, 2015. p. 45-60.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**. Lisboa: Fim de Século, 2005.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVIII, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

CASTLES, Stephen; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 4. ed. New York: The Guilford Press, 2009.

CONARE. **Refúgio em números 4ª edição**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.

DIAS, Letícia Otero. O feminismo decolonial de María Lugones. In: ENCONTRO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO, 8., 2014, Dourados, MS. **Anais [...]**. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 1.

FROTA, Gustavo. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. 112 p.

LISBOA, Teresa Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**. Florianópolis: UFSC, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social: desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (orgs.). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 11-22.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-972, set./dez. 2014.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **Memória e diálogo**: escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral. São Paulo: Letra e Voz; Fapesp, 2011.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações internacionais contemporâneas**. CSEM/IMDH, junho, 2005. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>. Acesso em: 27 set. 2020.

- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista Venezolana de la Mujer**, Mérida, Venezuela, v. 14, n. 33, p. 37-54, 2010.
- MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Solar**, Lima, ano 12, v. 12, n. 1, p. 141-171, 2016.
- MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Sobre por que é necessário um feminismo decolonial**: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-GiqsoqaSQ1sxGgwydI1C.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.
- MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, Paris, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.
- MOROKVASIC, Mirjana. Mulheres são a maioria em êxodos de curta distância. **Folha de São Paulo**, São Paulo, World Midia (caderno especial), 19 jun. 1991, p. 16.
- NAVAZ, Liliana Suárez.; CASTILLO, Rosalva Aída Hernandez. **Descolonizando el feminismo**: teorías y practicas desde los márgenes. Catedra, 2008. Disponível em: <<http://colegiodesociologosperu.org/nw/biblioteca/descolonizando.pdf>> Acesso em: 1 jul 2015.
- OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183-196, 2006.
- PEIXOTO, João (coord.). **O tráfico de migrantes em Portugal**: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005.

- PERNA, Giselle. Elas merecem ser lembradas: migrantes venezuelanas na capital – uma análise a partir da interface Gênero-Migração. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.
- REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt (coords.). **Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análises históricas**. Traduzido por Christine Rufino e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 64-65.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.
- VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.
- ZAMBERLAN, Jurandir. **Imigrante: a fronteira da documentação e o difícil acesso às políticas públicas em Porto Alegre**. Porto Alegre: Solidus, 2013.

Biografias

Claudia Musa Fay



Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1985), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990) e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, orienta trabalhos de mestrado e doutorado. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Aviação Civil, História Contemporânea, História do Brasil, História de Empresas, História Oral, Migração e Deslocamentos. Coordenadora do Laboratório de História Oral (LAPHO) do PPGH - PUCRS. É membro da Associação Internacional AREIA (Audio archivio delle migrazioni tra Europa e América Latina) e da ABHO (Associação Brasileira de História Oral); pesquisadora na Rede Internacional de estudos de língua, história e cultura italiana, que envolve as Universidades de Nantes (França), Calabria (Itália), Groenigen (Holanda) e PUCRS (Brasil).

Helen R. Rotta



Graduada em História pela Uniritter. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, desenvolvendo a dissertação intitulada “A identidade judaico-brasileira, a partir de porto Alegre, na Iminência da Fundação e Israel (1945-1950)”. Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), desenvolvendo a tese intitulada “Judias, Brasileiras e Mulheres: Os caminhos para a Construção de uma Identidade Feminina Diaspórica entre as Imigrantes Judias na Revista Corrente (1945-1964)”. Desenvolve suas pesquisas em história contemporânea nas áreas de Identidades, Diásporas, História Cultural do Político, Memória, Crítica Feminista.

Fundadora e idealizadora do Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero e História das Mulheres da PUCRS, que hoje se chama Liliths. É membra e pesquisadora no grupo de pesquisas Epistemologias, Narrativas e Políticas Afetivas Feministas. Autora do livro “A contribuição da História Social nos estudos da História das Mulheres: problemas, rupturas e possibilidades”, publicado pela editora Sociologia, Política e Cidadania. Contribuiu para a elaboração do livro “Narrativas situadas: costuras epistemológicas afetivas feministas”, publicado pela editora Fundação Fenix e organizado por Caroline Marim e Cristina Ribas, com o capítulo “Epistemologia feministas, história social e regimes autoritários: um estudo de casos”, em parceria com Maria Eduarda Merz. Participou do livro “As Direitas no Brasil: discursos, práticas, representações”, publicado pela Editora Fi, com o capítulo “Entre a ‘mãe cívica’ e a degenerada: construção das mulheres no espaço público brasileiro”. Autora em parceria com o pesquisador e professor Dr. Vinicius Liebel, do departamento de História da UFRJ, no artigo “Diásporas: questões e perspectivas sobre os estudos dos imigrantes e refugiados no século XX e XXI”, publicado pela Veritas Porto Alegre. É curadora e idealizadora do curso *online* “ Migração, refúgio e diáspora na perspectiva de gênero”, em parceria com a pesquisadora Caroline Atencio. É mãe do Martin e professora entusiasmada.

Caroline Atencio Nunes



Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas e mestra pelo Programa de pós-graduação em História da mesma instituição. Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES na modalidade de pesquisadora, desenvolvendo a tese intitulada “Permanências Árabe-palestinas em Pelotas (RS): diálogos de vidas transnacionais e diaspóricas (1948-1980)”, com previsão de defesa em março de 2023. Editora da revista discente “Oficina do Historiador”, e participante do grupo de pesquisa “Movimentos Migratórios na América Latina: uma perspectiva Histórica da PUCRS”, tendo foco em estudos sobre migração, Oriente Médio, mundo muçulmano, relações Islã-Occidente, bem como o estudo das relações de Gênero vinculadas ao mundo muçulmano, investigando os limites e possibilidades do Feminismo islâmico. Recentemente tem realizado leitura, traduções e produção de artigos e resenhas vinculados a teorias migratórias que cercam os conceitos de diáspora e transnacionalismo.

Organizou, em colaboração com a Ma. Helen Rotta, o curso *online* “Migração, refúgio e diáspora na perspectiva de gênero”.

Maria Clara Lysakowski Hallal



Graduada em História pela FURG. Mestra em História pela UFPEL, desenvolveu a dissertação intitulada “Imagens da cidade: representação e modernização na cidade do Rio Grande na década de 1950”. Especialista em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), desenvolvendo a tese intitulada “Ver para registrar: narrativas visuais dos(as) habitantes da urbe de São Paulo pelas lentes de Hildegard Rosenthal (1940)”. Desenvolve suas pesquisas nas áreas de Migração, Gênero, Cultura Visual e Processos identitários. Pesquisadora do Laboratório de Política e Imagem (LAPI - UFPEL). Editora assistente da revista acadêmica “FACES de CLIO”, a qual está vinculada ao PPGH-UFJF. Foi mediadora da mesa “Questões de identidade: mulher, migrante e judia na obra de Stefania Brill”, a qual fez parte do Fórum “Stefania Brill no plural”. Publicou o artigo intitulado “Trajetórias e possibilidades: caminhos percorridos por fotógrafas imigrantes na cidade de São Paulo” na revista *Mouseion* (UNILASALLE). Também, publicou o artigo “Imagens de outros, imagens de si: identidades visuais fotográficas de Alice Brill”, no livro “Identidades e fronteiras: perspectivas históricas”, publicado pela editora Casalettras. E publicou o artigo “Apesar da timidez, eu não tinha dificuldade. Metia a cara, pronto! Eu tinha muito jeitinho brasileiro?: memórias e narrativas sobre o ato de fotografar da imigrante Hildegard Rosenthal, nos anos 1940”, no livro “História cultural, memórias e resistências” da editora Fi. Ministrou a oficina de História Oral, na Universidade Federal do Rio Grande e foi palestrante do curso *online* “Imigração, Refúgio e Diáspora na perspectiva de gênero”, ministrando a atividade palestra “Ato de fotografar: perspectiva de imigração e gênero nas fotografias de Hildegard Rosenthal”.

Lara Marquéz Sosa



Mulher, latina, migrante e pesquisadora. Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com período de doutorado-sanduíche no Institut für Soziologie pela Goethe-Universität Frankfurt am Main. Mestre em Ciências Sociais pelo mesmo programa na PUCRS e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dedicação exclusiva, sob orientação do Prof. Dr. Emil Albert Sobottka. Bacharelada em Relações Internacionais pela Faculdade América Latina. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Emancipação e Cidadania (PUCRS), do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações (NEPEMIGRA) e membra ativa do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE/UFRGS). Atua nos campos de Relações Internacionais, Sociologia e Ciência Política, com ênfase em migrações, gênero e Teoria Crítica. Tem experiência de participação em congressos e seminários nacionais e internacionais, bem como publicações em revistas científicas e divulgação científica por meio de entrevistas e *podcasts* abordando questões concernentes aos campos de trabalho, com recorte especial para a genirificação das migrações desde 2020.

Augusta Schutz



Graduada em História pela PUCRS. Foi bolsista na Iniciação Científica com o tema “Representações da natureza brasileira na literatura e no pensamento social (1923-1945)”. Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, desenvolvendo a dissertação intitulada “História Social: a moda feminina através da imprensa. (1951-1959)” e estudante no Institut Français de la Mode (IFM): Understanding Fashion: From Business to Culture. Desenvolve suas pesquisas em história social nas áreas de Moda, Vestuário, Gênero, Consumo, Crítica Feminista, Imprensa. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e História das Mulheres LILITHS-PUCRS. Uma eterna curiosa.

Giselle Hirtz Perna



Formada em História pela PUCRS em 2006 e pós-graduada também pela PUCRS na área de Patrimônio Histórico Artístico Nacional na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Atuou como jornalista no Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2008 e 2010, quando passou a trabalhar no setor de comunicação da Companhia Carris, também como jornalista. Tem experiências em coberturas jornalísticas em eventos como Feira do Livro (2009), *Top Of Mind* (2010), Carnaval (2010) e Expointer (2012). Teve uma breve pausa profissional para se dedicar a mais linda das funções e aprendizados: ser mãe da Valentina. Atualmente cursa o segundo semestre do Mestrado em História na PUCRS, com pesquisa na área das migrações femininas, delimitada na análise das migrantes venezuelanas residentes na capital de Porto Alegre, sob o olhar das perspectiva gênero-migração.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org